

O CIVILISMO DAS CAMADAS MÉDIAS URBANAS

NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

(1889 - 1930)

Décio Azevedo Marques de Saes

Orientador: Michel M. Soares Echeverri

Campinas

- 1971 -

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
 - A - Tema
 - B - Algumas abordagens anteriores
 - C - Uma hipótese diretriz

2. O processo histórico de formação das camadas médias urbanas
 - A - Grupos "destituídos" e grupos ascendentes: sua origem e situação espacial.
 - B - Alguns traços gerais das camadas médias urbanas: heterogeneidade, insignificância numérica.

3. As relações entre as camadas médias urbanas e as oligarquias na Primeira República
 - A - O sistema político brasileiro na Primeira República: grau de abertura e capacidade de integração das camadas médias urbanas.
 - B - A subordinação ideológica e política das camadas médias urbanas às oligarquias.
 - C - As camadas médias urbanas como instrumento político das dissidências oligárquicas.

4. As relações entre as camadas médias urbanas e o empresariado industrial na Primeira República.
 - A - A passividade política do empresariado industrial. As dificuldades de um "industrialismo".
 - B - Camadas médias urbanas: um possível agente do "industrialismo"?

5. As relações entre as camadas médias urbanas e o grupo militar na Primeira República.
 - A - O grupo militar: a representação política das camadas médias urbanas?
 - B - A atuação política do grupo militar na Primeira República:
 - I - A Proclamação da República.
 - II - O grupo militar como instrumento político das oligarquias: o "Hermetismo".
 - III - A ambiguidade do "tenentismo".

6. Conclusão

- A - As camadas médias urbanas: as suas possibilidades concretas de sustentação de um projeto político ao mesmo tempo "particularista" e "universalizante".
- B - A História posterior: o Estado Novo.

1. INTRODUÇÃOA - TEMA

O objetivo de nosso trabalho é avaliar o teor e a importância da atuação política das camadas médias urbanas ao longo da Primeira República Brasileira (1889-1930). A importância do tema se evidencia quando consideramos que, para grande parte dos sociólogos latino-americanos (1), as classes médias introduziram a primeira cunha nos sistemas de dominação oligárquica(2) vigentes, por um período mais ou menos extenso, na maioria dos países da América Latina. Aceitando ou não este enunciado, devemos, contudo, reconhecer que ele estimula tentativas de aferição do papel político desempenhado pelos setores sociais intermediários nas diferentes sociedades políticas integrantes do bloco latino-americano.

No que diz respeito ao caso brasileiro em particular, a mera suspeita de que as camadas médias urbanas tivessem uma parcela de responsabilidade na desintegração do sistema político oligárquico em funcionamento, "grosso modo", até 1930, bem como na consequente constituição de um Estado bonapartista e de um sistema político fomentador de uma cultura política de tipo populista, seria suficiente para induzir o estudioso das ciências sociais à pesquisa sobre o tema. Porém ainda que tal suspeita fôsse infundada, restaria a semelhante estudo a utilidade de fornecer dados sobre os antecedentes políticos daqueles grupos sociais - as camadas médias urbanas - cuja crescente importância econômica, social e política, a partir da década de 1960, não mais pode ser desconhecida (3).

(1) - Consultar, por exemplo, autores como Gino Germani, Política y sociedad em una época de transición, Ed. Paidós, Buenos Aires; Jorge Graciarena, Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina, Ed. Paidós, Buenos Aires; José Nun, "Os golpes militares da classe média" in Claudio Veliz (coordenador), América Latina - Estruturas em crise, Ed. IBRASA, São Paulo, 1970.

(2) - Não empregamos, aqui, "oligarquia" na sua acepção tradicional, qual seja, a de "governo de poucos", mas sim no sentido mais corrente na literatura sociológica e política latino-americana, isto é, de "grupo de dominação cujo poder político real emana da propriedade da terra e do consequente controle que exerce sobre o comportamento dos que nela trabalham".

(3) - Temas intimamente relacionados com as camadas médias urbanas, como o surgimento/crescimento de novos segmentos do setor terciário

A despeito disso, o estudo sobre o comportamento político das camadas médias urbanas na Primeira República Brasileira ainda está por ser feito. Raros são os ensaios já publicados que, de uma maneira explícita, tomam-no por tema. Enquanto a atuação política de outros grupos sociais na Primeira República tem merecido tratamentos detalhados em obras precipuamente dedicadas aos mesmos (1), os setores sociais intermediários têm sido um personagem fugaz, que faz aparições rápidas em cena, em obras mais vastas e inspiradas por uma visão panorâmica da História econômica, social e política da Primeira República. Porém, existem algumas razões ponderáveis para essa escassez de estudos sobre o tema:

a) o próprio atraso dos estudos sobre a Primeira República em geral. Só recentemente - na última década - vieram a público os trabalhos de autores nacionais como Paula Beiguelman, Nícia Vilella Luz, Edgar Carone e outros, aos quais veio se adicionar o resultado do esforço de pesquisadores estrangeiros como Warren Dean, June Hahner, Joseph Love e outros. Até o aparecimento destas obras, a visão sobre a Primeira República mais difundida entre os estudiosos das ciências sociais era aquela inspirada em esquemas explicativos simplificadores, defendidos em ensaios sócio-políticos de interpretação da História do Brasil, cujo mérito maior era o pioneirismo (já que tentavam uma fuga aos métodos e estilo da historiografia tradicional).

b) a insignificância numérica e econômica das camadas médias urbanas durante a Primeira República pode ter levado muitos estudiosos a daí deduzirem a sua desimportância política (2). Entretanto, esse raciocínio, mesmo num plano estritamente teórico - isto é, abstraída a história da Primeira República Brasileira - merece reparos, já que grupos sociais de pequena expressão sócio-econômica podem vir a desempenhar, através de sua vanguarda ou seus porta-vozes, um papel nuclear no sistema político, desde que a defesa dos verdadeiros interesses desse grupo não conflite com a sustentação de um projeto político mais abrangente, "consumível" por outro(s) grupo(s) social(is) e arregimentador de uma base social de sustentação para a sua política. Assim, por exemplo, no Egito, a partir de 1953, o grupo militar no Po

(cont.) em decorrência da continuação do processo de industrialização, o consumo supérfluo como símbolo de "status", o processo de concentração da renda e as suas consequências econômicas, sociais e políticas, a tecnocracia e os sistemas políticos fechados - deverão se constituir, nos anos vindouros, em objetos de reflexão obrigatória para economistas, sociólogos e politólogos brasileiros.

der, oriundo das camadas médias, por um lado desenvolveu extraordinariamente o setor público da economia, o aparelho de Estado e a burocracia governamental, iniciando, assim, um processo de recrutamento para os quadros que revalorizou as camadas médias urbanas; por outro lado, realizou uma reforma agrária que, ao mesmo tempo, destruiu o lastro econômico da dominação política exercida pela elite proprietária e lhes garantiu o apoio do campesinato e dos assalariados rurais (aos quais abriram a perspectiva) de ascensão à condição de pequenos proprietários rurais)(3). Mas voltaremos a este problema na terceira parte desta introdução e em outros momentos de nossa exposição.

c) a dificuldade de delimitação teórica das "camadas médias". O bastante conhecido debate sobre a questão tem levantado, entre outros, os seguintes problemas:

I) Os setores sociais intermediários constituem uma classe social (isto é, a "classe média"), definida segundo a tradição marxista (4), ou, ao contrário, configuram-se como estratos ou camadas, isto é, grupos integrantes de sistemas de estratificação social construídos mediante o recurso a critérios de ordem econômica (nível de renda e/ou consumo, por exemplo), social (nível de prestígio) ou política (grau de Poder)? A insistência com que temos nos referido,

(1) Consultem-se, por exemplo, com relação aos grandes proprietários de terras, Victor Nunes Leal, Coronelismo, Enxada e Voto, Rio, 1949, bem como Maria Isaura Pereira de Queirós, "O mandonismo local na vida política brasileira" in Três Estudos de História e Sociologia, Ed. Anhembi, 1957, São Paulo; com relação ao empresariado industrial, Nívia Vilela Luz, A luta pela industrialização do Brasil, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961, e Warren Dean, A Industrialização de São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971; com relação ao operariado urbano, Everardo Dias, História das Lutas Sociais no Brasil, Ed. EDAGLIT, São Paulo, 1962.

(2) A esse respeito, basta lembrar que, em 1920, enquanto 70,1% da população brasileira viviam da exploração do solo e sub-solo e 12,9% do trabalho na indústria (considerando-se que devia ser mínima a porcentagem de empregos indiretos contidos nesse total, dadas as características do setor industrial à época), apenas 1,8% viviam das profissões liberais e 1,5% da administração (Fonte: Recenseamento do Brasil - 1920, citado por Bóris Fausto, A Revolução de 1930, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1970).

(3) Consultar, a respeito, Anouar Abdel-Malek, "Nasserismo e Socialismo" in Problemas e Perspectivas do Socialismo, Ed. Zahar, Rio, 1969.

até aqui, às "camadas médias urbanas" já sugere a nossa preferência teórica, mas retornaremos ao assunto a seguir.

II) A extraordinária heterogeneidade (ocupacional, social, cultural) não impedirá que os setores sociais intermediários conquistem unidade e coesão, construindo um projeto coletivo que os transforme (para empregar a linguagem de Sartre) de série em grupo? Ou, ao contrário, ela será suficiente para manter os diferentes segmentos da camada intermediária em estado de isolamento, na melhor das hipóteses a reboque de grupos sociais mais amplos, definidos e poderosos?

III) Seja classe social ou estrato, terá a camada intermediária condições de participar ativamente dos processos de transformação social? Ou esse papel está reservado apenas a grupos polares e antagônicos, como os senhores rurais e o campesinato, o empresariado industrial e o proletariado?

O tom ainda hesitante e impreciso das respostas dadas pelos cientistas sociais a tais questões tem obstaculizado, evidentemente, as pesquisas empíricas sobre o comportamento político dos grupos sociais intermediários, mormente as realizadas nas sociedades subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento.

Fatores restritivos como a reduzida bibliografia sobre a Primeira República Brasileira (e, em particular, sobre os setores médios urbanos) e o estado embrionário das formulações teóricas sobre o problema das "classes médias" estabelecem os limites deste trabalho. Trata-se de trabalho provisório, balizado pela exiguidade do tempo disponível à pesquisa, e que visa, sobretudo, levantar hipóteses a serem aferidas e aprofundadas em estudo posterior. Assim, a fonte primordial de informação a que recorreremos foi o conjunto de ensaios interpretativos existente sobre o período; apenas secundária e complementarmente, pelo motivo já exposto, apelamos para a consulta de fontes primárias, como jornais e documentos. Com relação ao vazio teóri

(4) - Não podendo resumir, aqui, a teoria marxista das classes sociais, gostaríamos de lembrar o conceito marxista de classe social, tal como exposto sinteticamente por Lênin: "On appelle classes de vastes groupes d'hommes, qui se distinguent par la place qu'ils tiennent dans un système historiquement défini de la production sociale, par leur rapport (la plupart du temps fixé et consacré par la loi) aux moyens de production, par leur rôle dans l'organisation sociale du travail et donc, par les moyens d'obtention et la grandeur

co ocasionado pelo estado ainda débil das investigações sôbre o entrelaçamento da estrutura de classes e os sistemas de estratificação social, devemos advertir que não procuramos fugir, no curso de nosso trabalho, aos problemas já mencionados. Contudo, as nossas respostas são precárias e provisórias, antes de tudo operacionais: objetivaram primordialmente fornecer um instrumental teórico mínimo que nos permitisse tirar algum proveito do trabalho de pesquisa histórica concreta.

B - ALGUMAS ABORDAGENS ANTERIORES

Se o estudo profundo e específico do comportamento político das camadas médias urbanas não foi ainda realizado, os ensaios sôbre a História do Brasil ou a Primeira República apresentam, contudo, algumas idéias ou hipóteses sôbre o tema. Tais formulações podem ser agregadas, de modo grosseiro, em duas diferentes correntes teóricas:

I) Para parcela ponderável dos nossos autores (1), os setores médios urbanos foram os grandes antagonistas da política desenvolvida pelas oligarquias regionais ao longo da Primeira República. Tais análises, quaisquer que sejam as suas particularidades, apresentam alguns pontos comuns:

- os grandes proprietários de terras monopolizaram o Poder político e criaram um "círculo de ferro" oligárquico mediante o total contrôle dos centros políticos de decisão locais (municipais), regionais (estados) e nacional (união);

- as massas rurais (assalariados, "camponeses" trabalhando em regime de moção ou parceria, e mesmo pequenos proprietários) (2) constituíram um instrumento de consolidação da dominação política das oligarquias rurais, pois lhe conferiram, através do voto (manipulado à vontade pelos "coronéis"), um revestimento formal e a indispensável aparência de legitimidade;

(cont.) de la part des richesses publiques dont ils disposent. Les classes sont des groupes d'hommes dont l'un peut s'approprier le travail de l'autre, par suite de la différence de la place qu'ils tiennent dans un régime détérioré de l'économie sociale" (V.I. Lénine "La grande initiative", Oeuvres Choisies, vol. II, Moscou, 1947, p.589, citada por Rodolfo Stavenhagen, Les classes sociales dans les sociétés agraires, Éditions Anthropos Paris, 1969).

- a aceleração do desenvolvimento econômico a partir dos fins do século XIX (sobretudo, graças à economia cafeeira) provocou o crescimento dos centros urbanos e o aparecimento de uma classe média citadina a prestar serviços (profissões liberais, comércio importador e exportador, burocracia) ao complexo sócio-econômico agrário;

- tal classe, contudo, incapaz de romper o "círculo de ferro" oligárquico, permaneceu marginalizada do processo político;

- O Exército brasileiro teria se convertido, pelo fato de a sua oficialidade ser oriunda predominantemente da classe média, no porta-voz dos vagos anseios desse grupo social na arena política;

- tal função política do Exército teria se evidenciado, primordialmente, em dois momentos históricos distintos - em primeiro lugar, durante o governo de Floriano Peixoto, com a eclosão do florianismo e jacobinismo, e, posteriormente, ao longo da década de 1920, com a irrupção do tenentismo e as revoltas de 1922, 1924 e 1930.

- Esta linha de análise endossa, implicitamente, a tese de José Nun (3) segundo a qual, nos países da América Latina, a classe média vê compensada a sua debilidade organizacional através da atuação de um grupo institucional de alto grau de coesão, o Exército, que se faz seu representante político, lutando pela sua integração no sistema político ou mesmo pela destruição do sistema político vigente como condição prévia para a satisfação das suas demandas sócio-econômicas.

II) Se, entretanto, esta tese prevaleceu durante muito tempo entre os estudiosos das ciências sociais, hoje ela começa a ser encarada com

(1) Entre outros, Nelson Werneck Sodré, Formação Histórica do Brasil, Ed. Brasiliense, 1964, Virgínia Santa Rosa, Que foi o tenentismo, Ed. Civilização Brasileira, 1963, e Hêlio Jaguaribe, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político, Ed. Paz e Terra, 1969

(2) Quase todos os autores são concordes em afirmar que, no caso brasileiro não chegou a existir uma classe média rural (pelo menos, seguramente no período coberto pela Primeira República). Na verdade, o desenvolvimento, no Brasil, de economias primário-exportadoras como as da cana de açúcar e do café (Nordeste e São Paulo, em fins do século XIX) se acompanhou de um processo de concentração da propriedade rural que levou à consolidação de uma estrutura agrária baseada no latifúndio. Assim, não chegamos a possuir uma extensa camada de pequenos proprietários rurais que, como nos E.U.A. e na França, forneces-

maiores reservas. Trabalhos recentes (4) dão ênfase, pelo menos, a duas afirmações em frontal oposição às hipóteses centrais da corrente anterior:

- a classe média, por uma série de razões (processo histórico de formação, posição no conjunto da sociedade, etc.), não teria ostentado condições sócio-políticas de mover uma oposição cerrada à dominação oligárquica. Nessa perspectiva, seria minimizado o seu suposto papel de "grande antagonista" das oligarquias durante a Primeira República;

- o Exército não se constituiria na vanguarda política das camadas médias, agindo antes movido por razões de ordem profissional (função de manutenção da ordem legal e da segurança nacional, prestígio da corporação, etc.) que propriamente por determinação dos seus laços (aliás, de existência problemática) com os setores médios. Disso constituiria indício o descompasso (organizacional e/ou ideológico e/ou programático e/ou quanto aos métodos políticos) entre os tenentes da década de 1920 e os setores médios civis.

Em suma, enquanto alguns autores entendem que a classe média foi a grande antagonista política das oligarquias regionais e que o Exército - sobretudo através da sua expressão mais radical, a jovem oficialidade - foi a sua vanguarda política, outros consideram que a debilidade (econômica, social, política) da classe média a impediu de assentar baterias contra os fortins oligárquicos e que o Exército - particularmente o tenentismo - não foi o intérprete, no campo político, dos seus anseios.

A nosso ver, essa divergência nasce das diferentes perspectivas com que os autores encaram o problema da delimitação dos interesses das camadas médias urbanas e da sua tradução num programa político. Curiosamente, este trabalho prévio indispensável não tem merecido a devida atenção dos nossos ensaístas. E, no entanto, um empreendimento como a aferição do papel do exército como representante de um grupo social determinado depende de uma delimitação dos interesses que esse organismo supostamente representa. De qualquer maneira, uma idéia sobre os interesses das camadas médias existe em

(cont.) sem base social de apoio a políticas populistas (um indício desse fato é que o populismo brasileiro sempre se apoiou nos estratos urbanos). Por esta mesma razão, escolhemos como objeto de reflexão exclusivamente as camadas médias urbanas.

todos os trabalhos (mais ou menos vaga, mais ou menos explícita), e é em função dela que varia o peso político atribuído aos setores médios durante a Primeira República.

Um dos ensaios mais conhecidos e conceituados sobre o tema "classe média/tenentismo" é o de Virgínio Santa Rosa(1), não só pelo pioneirismo de seu esforço de interpretação sócio-política (a data da publicação original é 1933), como também por ter fornecido a uma série de obras posteriores a sua matriz interpretativa. Centrando a sua análise na atuação dos tenentes na década de 1920 e inícios da década de 1930, Santa Rosa procura estabelecer os vínculos existentes entre a "pequena burguesia" e os tenentes. Curiosamente, subverte a tradição teórica de identificação da pequena burguesia com as classes médias, ao englobar no primeiro conceito "...o funcionário das administrações públicas e particulares, o empregado do comércio, o proletário dos campos e das fábricas"(2). Se o conceito de pequena burguesia aparece tão elástico, tal se deve ao fato de que o critério empregado na sua definição não é tanto a situação dos indivíduos na estrutura ocupacional, mas sobretudo o "padrão de vida", encarado possivelmente como nível e estilo de consumo. Assim, "...a nossa pequena burguesia" é "formada exclusivamente pelas classes médias das cidades, o operário das fábricas e os párias quase inconscientes dos campos", pois "...o grau reduzido do padrão de vida brasileiro não permite que sejam muito profundos os sulcos que distinguem êsses diversos setores de nossa idade econômica, e a pobreza de nossa existência material e o meio feudalismo de nossa economia não consentem maiores caracterizações no quadro social"; esta é a razão pela qual "...todos êsses elementos se agruparam numa única classe" (3). A duvidade e as imprecisões inerentes a semelhante definição (4) não im-

(3) - Consultar José Nun, ob.cit.

(4) - Entre outros, Maria do Carmo Campello de Souza, "O Processo político-partidário na Primeira República" in Brasil em Perspectiva, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968, e Bóris Fausto, A Revolução de 1930, Ed. Brasiliense, 1970.

(1) - Virgínio Santa Rosa, ob. cit.

(2) - Virgínio Santa Rosa, ob. cit. pg. 27

(3) - Virgínio Santa Rosa, ob. cit. pg. 27

(4) - Deixando de lado a violação da tradição conceptual segundo a qual o princípio básico de definição da classe social é a posição dos indivíduos no conjunto das relações sociais de produção, e não o "padrão de vida" (critério classificatório que serviria, entretanto, para

pedem que o autor considere a pequena burguesia opositor fundamental, durante a Primeira República, à dominação política dos grandes proprietários rurais, que, de resto, viram o seu círculo oligárquico fortalecido pela integração/absorção, a título de sócio menor, do empresariado industrial nascente (5). É verdade que a firmeza conceptual das primeiras páginas se esvai ao longo do ensaio, e o autor termina por reconhecer que: 1) a massa rural, subordinada económica, social e politicamente ao "coroneis", não ostentava condições de fazer frente comum com as classes médias urbanas na defesa de interesses afins. Bem ao contrário, a população rural acabava de convertendo, pela via do "voto de cabresto" imperante, num instrumento de consolidação e legitimação da dominação política das oligarquias (6) 2) os interesses e os programas políticos das classes média e operária não eram necessariamente idênticos; dêsse modo, o autor reabriu um fosso entre os dois grupos sociais, antes coberto por uma aparente similaridade de padrão de vida (7).

(cont.) hierarquizar camadas ou estratos numa pirâmide social distinta da estrutura de classes, embora a ela de algum modo relacionada), a maior inconsistência aparece na atribuição, a grupos tão diferentes como o operariado e a classe média tradicional (profissionais liberais, burocratas), de um mesmo padrão de vida. É de se supor, por exemplo, que os setores tradicionais, de origem aristocrática, fossem muito mais impetuosos que os outros grupos sociais mencionados. É sabido que, até recentemente, aquêles setores relutavam em consumir objetos de uso corrente produzidos em nosso país (tecidos, calçados, brinquedos, etc.); o crédito de confiança dado por tais grupos à indústria nacional data de, no máximo, duas décadas atrás. Por outro lado, é improvável que os assalariados rurais e mesmo os operários urbanos consumissem algo mais que as tósças manufaturadas produzidas internamente.

(5) - É interessante que Santa Rosa tenha antecipado um veto, hoje revalorizado, à teoria, posteriormente dominante, da existência de uma incompatibilidade entre os interesses dos proprietários rurais e os do empresariado industrial.

(6) "A grande plebe inconsciente, privada de valores económicos, sem raízes no solo, era o gigantesco tapete com que os caciques rurais inutilizavam os esforços em prol da melhoria das classes médias". (Virgínio Santa Rosa, ob.cit. pg. 31).

(7) - "O programa de reformas sociais do tenentismo, embora ainda em fase inteiramente primitiva, inclinava-se a uma aliança mais estreita com a pequena burguesia brasileira. E, nesse sentido, adotava

Como consequência, Santa Rosa termina por identificar - e o faz de modo explícito - pequena burguesia e classes médias urbanas. Mas o que coloca tal grupo (ou grupos) em antagonismo com a oligarquia de grandes proprietários rurais e empresários industriais? Escolhendo como critério de delimitação da classe média urbana o padrão de vida (isto é, nível e estilo de consumo), o autor dá um largo passo para considerar os interesses de consumidor como os verdadeiros interesses da classe média urbana, aqueles comuns a todos os seus membros. Nessa perspectiva, eram os interesses econômicos imediatos, de curto prazo, da classe média urbana que a punham em choque com a oligarquia agrário-industrial. E tal se dava porque aquelas medidas de política econômica que protegiam os interesses de agricultores e industriais prejudicavam precisamente os setores médios urbanos, levando-os a um empobrecimento relativo e a uma diminuição de seu padrão de consumo. As desvalorizações cambiais da Primeira República, por um lado, atenuavam os prejuízos dos grupos agroexportadores, advenientes da queda do preço externo dos seus produtos, e ofereciam uma "reserva de mercado" aos industriais através do encarecimento dos bens importados; por outro, desfavoreciam os setores médios urbanos, que se viam na contingência de pagar um preço mais elevado pelos bens de consumo que importavam ou então consumir um sucedâneo nacional, de qualidade considerada inferior e com preço estabelecido em função da dificuldade de importar o produto original. E os interesses da classe média como consumidora também foram prejudicados pela política levada a efeito pelo governo federal no período 1914-1923, de maciça emissão de papel moeda, em atendimento aos interesses de fazendeiros e industriais (as emissões forneciam aos fazendeiros recursos financeiros, através do sistema creditício, para pagarem as suas dívidas, e provocavam a elevação do preço dos bens importados, ocasionando a dilatação dos lucros das indústrias nacionais) (1). Em suma, a elevação constante do custo de vida e uma política econômica deliberadamente inflacionária, defensora dos interesses das oligarquias agro-industriais, teriam lesado os verdadeiros interesses das classes médias urbanas e lançado os germens de um sentimento de revolta contra os grupos dominantes. E os tenentes, jovens oficialidade oriunda predominantemente da classe média, teriam,

(cont.) ve uma orientação de cunho social-democrata. Programa de classe média, igualmente longe dos extremos burgueses e proletários (os grifos são meus D.A.M.B.): (Virgínia Santa Rosa, ob.cit. pg.81)

(1) - Consultar, a respeito, Warren Dean, ob. cit., capítulo VIII, pgs. 146-149.

ao longo da década de 1920, canalizado êsse sentimento de revolta e, atuando em prol das aspirações da classe média, levado a cabo levantes armados contra o Poder oligárquico. Nessa perspectiva, não seria mera coincidência o fato de revoltas tenentistas terem ocorrido nos anos de 1922 e 1924, período da mais aguda inflação e de empobrecimento relativo das populações urbanas.

Assim, para Santa Rosa, o grupo militar de tenentes representa as classes médias urbanas, isto é, procura interpretar as suas aspirações e defender os seus interesses. Convém, entretanto, lembrar que, para o autor, a elevação incessante do custo de vida gerava, entre a classe média urbana, antes um sentimento difuso de mal estar e indignação, que dificilmente poderia se cristalizar num programa político prático de combate às verdadeiras causas de sua situação desfavorável. Eis porque tal sentimento se metamorfoseava numa crítica liberal aos métodos políticos despóticos e fraudulentos da oligarquia, na reivindicação de um saneamento e uma regeneração dos costumes políticos e, em última análise, numa apologia formalista da democracia liberal. Afirmando que "os desejos profundos dos povos só surgem à tona sob formas mascaradas", Santa Rosa se furta a um comentário mais detalhado sobre essa curiosa metamorfose, isto é, abstém-se de explicitar quais os mecanismos psicossociais que teriam regido a conversão de demandas sócio-econômicas potenciais em demandas efetivas - porém dessintonizadas com a realidade - de participação política (1)

Os tenentes, enquanto segmento dessa mesma classe média, teriam convertido em ideários e programas políticos aquêles sentimentos originais, já metamorfoseados num exacerbado liberalismo político pelos próprios setores médios civis. Não lhes caberia, portanto, a culpa maior pela relativa vacuidade de conteúdo sócio-econômico imputada aos seus programas revolucionários, mas sim à própria classe média no seu conjunto, que se mostrou incapaz de uma tomada de consciência dos seus verdadeiros interesses, caindo, por razões de ordem psico-social, no mundo do ilusionismo jurídico.

(1) - Não queremos, com êste comentário, sugerir a imperatividade de uma condenação "in limine" da hipótese formulada por Virgínio Santa Rosa, mas apenas salientar a necessidade do estudo da mecânica de tais transformações, o qual, ao investigar os como e os porquês, poderá fundamentar a confirmação ou a negação de enunciados com grau similar de generalidade.

Procuremos resumir o pensamento de Santa Rosa:

- I) a classe média se define como um grupo de pessoas que ostenta um mesmo padrão de vida, sensivelmente inferior àquêle das oligarquias agro-industriais;
- II) o interêsse comum a todos os membros dessa classe média é a ma nutenção ou mesmo elevação dêsse padrão de vida, entendido como ní vel de consumo;
- III) tal interêsse é prejudicado pela "socialização das perdas" o- perada através das desvalorizações cambiais e por uma política eco- nômica inflacionária, de emissões e crédito fácil, acauteladora dos interêsses de fazendeiros e industriais;
- IV) a indignação da classe média diante da diminuição do seu poder aquisitivo não se cristaliza num programa político que enfatize a remodelação do sistema sócio-econômico, mas sim leva ao nascimento de uma falsa consciência lastreada num ultra-formalismo jurídico que exige a realização concreta dos princípios "universais" da li- beral-democracia;
- V) o tenentismo da década de 1920 procura traduzir, na ação políti- ca, os vagos ideais dessa pequena burguesia, como que representan- do-a no ataque às oligarquias.
- VI) dêsse modo, a classe média foi a grande opositorista das oli- garquias; atingida em seus interêsses, reagiu, entretanto, de manei- ra errônea, limitando ainda mais as possibilidades de sucesso de der- rubada das oligarquias.

Esta evocação do pensamento de Santa Rosa teve o intuito de mostrar a importância do trabalho de delimitação dos interêsses da classe média e de caracterização do tipo de representação política implícito nas relações entre os seus diferentes segmentos. Como já frisamos, o modo de funcionamento dêsses problemas leva a diferen- tes concepções sôbre o papel político das camadas médias urbanas na Primeira República. Por exemplo, Bóris Fausto(1), dando diferentes respostas a tais questões, procura redimensionar o papel político dêsses grupos sociais na Primeira República, tendendo mais a consi- derá-los como setores ainda vinculados às oligarquias (e às suas dissidências) e, portanto, pouco suscetíveis de uma ação política

(1) - Bóris Fausto, ob. cit.

(2) - "O conceito é sinônimo aqui da população civil urbana, que trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalho não manual, abrangendo os pequenos empresários e comerciantes., funcio

autônoma. Conceituando a classe média a partir do critério da posição na estrutura ocupacional(2), o autor atribuiu a setores das classes médias urbanas o interesse na democratização do sistema político, através da plena realização da democracia formal: só a reforma política (voto secreto, representação das minorias, independência da magistratura) abriria novas oportunidades aos seus membros, franqueando-lhes os altos postos políticos, até então monopolizados pela oligarquia(3). Nesse sentido, a classe média teria se comportado antes como um apêndice político das dissidências oligárquicas, que sempre fizeram da crítica liberal aos costumes políticos vigentes uma justificativa para as suas tentativas de ascender ao Poder. E os tenentes, por outro lado, não poderiam ser considerados a vanguarda política da classe média civil, porque:

1) nunca existiram laços organizacionais entre as classes médias civis e os grupos militares: apenas, setores das primeiras teriam manifestado uma simpatia vaga e sem maiores repercussões no plano político para com os tenentes, enquanto que estes teriam mantido, ao longo da década, uma atitude de desconfiança para com as lideranças civis. Assim, a ausência de qualquer relacionamento formal entre os dois grupos (partidos, frentes, movimentos de opinião, etc.) teria obstaculizado, em parte, a representação política dos setores médios civis pelos grupos militares.

2) o ideário tenentista, ao fazer a crítica antiliberal ao sistema político e a apologia do centralismo e nacionalismo, afastava-se das aspirações de setores majoritários da classe média civil (liberalismo político), mais consentâneas com os seus desejos de ascensão política. Os tenentes tenderiam a comportar-se não como membros da classe média, mas como um grupo com posição nuclear no aparelho de Estado, atento sobretudo às suas necessidades como corporação profissional (cujo prestígio se confundia, aos seus olhos, com o pró-

(cont.) nários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais" (Bóris Fausto, ob. cit., pg. 54).

(3) - "...a pequena burguesia se comporta, de um modo geral, como o oxigênio puro do sistema: a sua verdade consiste na tentativa de superar a contradição entre os princípios liberais e a prática política, objetivando a plena realização da democracia formal, através do voto secreto, a representação das minorias, a independência da magistratura. Estes objetivos coincidem, nesta etapa, com os interesses de setores das classes urbanas médias, na medida em que a

prio prestígio da nação) e às necessidades do Estado no seu processo de consolidação.

Portanto, para o autor, não foi considerável o papel político desempenhado pela classe média ao longo da Primeira República, já que, por um lado, os seus interesses coincidiam, em grande parte, com aquêles das dissidências oligárquicas(o que permitia a sua manipulação por tais grupos) e, por outro, os movimentos tenentistas jamais representaram claramente essa camada social (pois, além de inexistirem laços formais de organização entre os dois segmentos, o civil e o militar, não eram totalmente coincidentes - são divergentes - as suas aspirações).

O recurso aos dois ensaios mencionados nos permitiu ilustrar os problemas com que se defronta o estudioso numa pesquisa sôbre o tema. Procuremos, agora, firmar um ponto de vista próprio sôbre tais questões; mesmo que a título precário e provisório, êle nos fornecerá instrumental para que tiremos algumas conclusões sôbre a relevância da participação política dos estratos médios urbanos durante a República Velha.

C - UMA HIPÓTESE DIRETRIZ

A apresentação da hipótese orientadora do nosso trabalho de pesquisa requer, dêsse modo, a abordagem prévia de alguns problemas sugeridos nas páginas anteriores.

O primeiro diz respeito ao estatuto teórico dos setores sociais intermediários: constituem êles uma classe social ou se delinham, mais precisamente, como camadas ou estratos?

(cont.) reforma política, associada à manutenção do status quo nas relações fundamentais de propriedade, ampliaria o acesso às atividades ligadas ao Estado, até então, em seus níveis mais altos, sob o estrito controle das oligarquias". (Bóris Fausto, ob. cit., pg. 83). A nosso ver, subjacente a esta análise está a consideração da classe média como um grupo de transição, no qual é impossível atribuir um interesse mais amplo que o desejo, comum a todos os seus membros, de ascender na escala social; ora, a rigor não se pode dizer que a coincidência de uma multiplicidade de projetos pessoais de mobilidade individual ascendente, seja suficiente para definir um interesse de grupo. Êste só pode se delinear como uma vontade coletiva de evolução social, isto é, de ascensão de um grupo social (e não dos seus

Colocamos a questão tendo em vista que permanece, entre muitos pesquisadores, a confusão entre classes sociais e estratificação social. Contudo, tal confusão só pode ocorrer quando se viola a tradição marxista de tratamento do conceito de classe social; porém, se as modificações introduzidas num conceito não constituem um seu desenvolvimento, mas sim uma ruptura com os seus elementos essenciais, preferível será o seu abandono e a formulação de um novo conceito. Evidentemente, não queremos, com isto, minimizar a importância dos estudos de estratificação social; ao contrário, reconhecemos que eles apresentam um peso crescente na explicação da dinâmica sócio-política das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas (4).

Ostentando alto nível de abstração, a teoria das classes sociais as designa como "grupos sociais antagônicos em que um se apropria do trabalho do outro por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção determinado, lugar que está determinado fundamentalmente pela forma específica através da qual se relaciona com os meios de produção"(5). Esta concepção dicotômica - de resto, fiel ao pensamento de Marx implica a aceitação da existência de apenas duas classes, complementares e antagônicas (exemplos: senhores feudais e servos da gleba, burgueses e proletários), não apenas no nível do modelo teórico (o modo de produção), mas também nas sociedades globais concretas. Este aparente paradoxo - a atribuição de um quadro social tão simples a sociedades tão complexas como, por exemplo, as sociedades capitalistas - desaparece, entretanto,

(cont.) membros considerados individualmente) ao longo de uma pirâmide de estratificação social ou mesmo de destruição de uma escala social cuja configuração lhe é desfavorável. Mas a atribuição de um interesse de longo prazo, mais conectado com o processo de evolução social, a um grupo social qualquer exige que se supere o nível das manifestações empíricas dos seus membros, mesmo porque interesses imediatos podem estar em choque com aqueles mais permanentes e verdadeiros, só apreensíveis mediante uma análise do processo histórico de desenvolvimento da sociedade global em que tal grupo se insere. Voltaremos à questão, ainda nesta introdução.

(4) - No mundo desenvolvido, esta afirmação, mais que a países como a Itália e a França, aplica-se a nações como os E.U.A., onde o conservadorismo da classe operária coexiste com o crescente radicalismo dos grupos estudantis e das minorias raciais (negros, portorriquenhos). com relação ao mundo subdesenvolvido, Luciano Martins, em tra

quando consideramos que:

- 1) certos grupos sociais não constituem classes sociais distintas, mas apenas frações de uma mesma classe social (exemplos: burguesia industrial, comercial e financeira; proletariado industrial, comercial e bancário) (6). Evidentemente, a posição comum no processo social da produção não impede que tais grupos adotem, na prática social e política, comportamentos consideravelmente diferentes;
- 2) alguns setores sociais, por não estarem diretamente ligados à produção (na acepção marxista da palavra), não fazem parte de nenhuma classe social. É o caso dos funcionários públicos, advogados, professores, etc.

Nesta perspectiva, a única possibilidade de existência de mais de duas classes sociais (as duas fundamentalmente complementares e antagônicas) numa sociedade concreta qualquer está dada pela superposição de diferentes tipos de relações sociais de produção (exemplo: feudalismo, capitalismo). Porém, nesse caso, o caráter ascendente de uma das formas de produção converte as classes ligadas ao modo de produção declinante em classes de transição, verdadeiros "resíduos" destinados à desapareição (exemplo: o camponato nas sociedades capitalistas européias).

Entretanto, a simplicidade da estrutura de classes não impede a corporificação, nas diferentes sociedades, de complexos sistemas de estratificação social, isto é, arranjos de grupos sociais e segmentos de classe em hierarquias definidas segundo critérios variáveis ("grosso modo", de ordem econômica, social e política) (7). A nosso ver, os conceitos de classes sociais e estratos ou camadas não se excluem mutuamente, pois são formulados a diferentes níveis de abstração; ao contrário, a compreensão do funcionamento e da transformação das sociedades globais demanda um estudo sempre complementar e interconectado da estrutura de classes e dos sistemas de estratificação social.

(cont.) balho recente sobre o Brasil, procura mostrar que a dimensão exagerada do exército industrial de reserva, na periferia capitalista, cria novos sistemas de estratificação social, que diferenciam os grupos "afluente" dos grupos "marginais" e cindem as próprias classes em grupos pouco predispostos à unidade de ação política (um proletariado afluente e um proletariado marginal). Consultar Luciano Martins, Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento, Ed. Saga, Rio, 1968.

(5) - Marta Harnecker, Los conceptos elementares del materialismo

tificação social.

Trabalho sempre difícil é o de caracterização da natureza das relações entre a estrutura de classes e a estratificação social. Se, nas sociedades modernas, uma situação de classe está sempre na origem dos sistemas de estratificação social (no sentido de que a feição que assume a hierarquia social numa sociedade determinada depende da maneira pela qual aí nasceu e se desenvolveu um certo modo de produção, necessariamente acompanhado de uma ossatura social específica), é imperativo reconhecer que tais sistemas, uma vez criados, ganham autonomia, deixando de ser meros epifenômenos; por um lado, adquirem dinâmica própria com a criação de mecanismos de auto-sustentação e, por outro, passam a influenciar as próprias relações entre as classes. Contudo, a dificuldade aumenta quando tentamos precisar o conteúdo dessa influência. Para Stavenhagen (8), a estratificação social desempenha um papel conservador na sociedade, pois oculta uma situação de conflito entre as classes e, mesmo, "racionaliza" a dominação de uma classe por outra. Nessa perspectiva, a estratificação social desempenha um papel negativo no que diz respeito à transformação das sociedades globais. A nosso ver, é perigoso atribuir validade geral a uma afirmação verdadeira para muitas sociedades modernas; isto se evidencia quando pensamos nos países subdesenvolvidos do terceiro mundo. Evidentemente, não pretendemos negar que, mesmo em nações dessa área, a estratificação social desempenhe mais frequentemente um papel conservador. Basta que focalizemos aqueles grupos urbanos que, desempregados ou subempregados vivem numa situação de marginalidade sócio-política (embora não sejam "marginais" do ponto de vista econômico, pois constituem o exército indus

(cont.) histórico, Siglo Veintiuno Editores S.A., México, 1970, 3ª edição, pg. 116.

(6) - Não podemos, aqui, aprofundar o tema, mas nos parece que tem razão Marta Harnecker quando pondera que "... assim como existe uma burguesia "não-produtiva", isto é, não ligada diretamente à produção da mais-valia - a burguesia comercial e financeira - existiria um proletariado "não-produtivo" correspondente a cada fração desta burguesia". Marta Harnecker, ob. cit., pg. 125

(7) - A complexidade dos sistemas de estratificação social é dada por fatos como o frequente cruzamento de critérios na delimitação de um mesmo sistema, ou a limitação dos sistemas de estratificação social a apenas uma parcela da sociedade global (por exemplo: o mundo

trial de reserva do sistema produtivo); a sua condição impede que se vejam como membros da classe operária e, além disso, cria nesta a sensação de constituírem uma categoria social privilegiada. Daí decorre a dificuldade da conversão do operariado numa força sócio-política (ou "classe para si") e de participação dessa classe nos processos de transformação social. Porém, não devemos nos descartar da hipótese, já aplicada a países da América Latina (9), de que certos grupos sociais - camadas ou estratos - teriam substituído classes ou frações de classes no processo de transformação sócio-econômica. Mais precisamente, a hipótese admite que, nos países da periferia capitalista, agrários e subdesenvolvidos, os setores sociais intermediários, em momentos variáveis em função da história das diferentes sociedades, poderiam ter assumido a condução do processo de modernização e industrialização, substituindo, assim, ao empresariado industrial, cuja passividade política se deveria às suas ligações e conômicas e sociais com os círculos agrários tradicionais. E, nessa tarefa, tais setores seriam representados por algum dos seus segmentos mais afetados por um processo de perda de posição social e prestígio (10). Noutras palavras, a perspectiva de uma mobilidade vertical descendente - tema típico dos estudos sobre estratificação social - teria, mediante a operação de certos mecanismos psico-sociais (11), levado um estrato social - os setores médios - a assumir funções políticas potencialmente cabíveis a um empresariado industrial (fração de classe) incapaz de algo mais que tímidamente criar um leque de indústrias nas franjas do sistema agro-exportador. Se se considerar que tal comportamento poderia resultar na aceleração do processo de industrialização, com a conversão do anteriormente passivo empresariado industrial numa força política e o aumento da importância quantitativa e social do operariado (portanto, fortalecimento das duas principais frações de classes), não se poderá, "a priori", considerar conservadores todos os reflexos dos sistemas de estrati-

(cont.) rural ou o mundo urbano). Consultar Rodolfo Stavenhagen, ob. cit., pgs. 24-27.

(8) - Rodolfo Stavenhagen, ob. cit., pgs. 42-46.

(9) - Consultar Torcuato Di Tella, Para uma política latino-americana, Ed. Paz e Terra, Rio, 1969.

(10) - Torcuato Di Tella, ob. cit., pgs. 24 e 49.

(11) - Tais mecanismos são mencionados por Everett Hagen, "Como se inicia o desenvolvimento econômico - uma teoria sobre mudança soci-

ficação social sobre a estrutura de classes (a menos que sejam encarados como conservadores movimentos de tipo nacional e popular, como os do Egito em 1953 e Peru em 1968, e se considerem revolucionários apenas as bem sucedidas tentativas russa e chinesa de tomada de poder).

O objetivo de nosso trabalho foi verificar se a estratificação social teria, desempenhado um papel positivo e não conservador na História da Primeira República Brasileira. Partindo da hipótese mais geral da importância da classe média no processo de superação, por parte das nações capitalistas periféricas, de uma etapa agrária e mercantil de desenvolvimento, tentamos apurar se a participação política dos setores intermediários na República Velha permitiria atribuir-lhe semelhante papel. Nesse trabalho, tomamos a precaução de substituir, na designação do grupo social em foco, o conceito de classe(s) média(s) pelo de camadas médias urbanas. Alinhamos abaixo algumas razões dessa escolha:

- 1) em primeiro lugar, limitamos a nossa pesquisa aos setores intermediários urbanos, já que a História da Primeira República não registra a existência de uma extensa camada de pequenos proprietários rurais; ao contrário, a vida econômica, social e política, no mundo agrário de então, gira em torno do latifúndio e dos seus representantes máximos, os "coronéis". No que diz respeito ao universo rural, maior interêsse teria o estudo das ainda pouco conhecidas revoltas dos assalariados, provocadas pelas más condições de vida e pelo baixo nível de remuneração (isto constitui, entretanto, o tema de uma nova pesquisa).
- 2) a expressão camadas médias urbanas serve, aqui, para designar aqueles setores da população urbana que, não sendo detentores do capital (1), realizam trabalho predominantemente não-manual, quer trabalhando por conta própria, quer vendendo a sua capacidade de trabalho a terceiros. Semelhante agregado não poderia ser confundido com uma classe social, já que reúne grupos sociais sem participação direta no processo da produção (profissionais liberais, funcionários públicos) e frações de classe pouco propensas à uma atuação política conjunta com o mais radical segmento da classe (aquelas parcelas dos trabalhadores da indústria, comércio e bancos que realizam "serviços de escritório", não se considerando, por isso, "proletários"

(cont.) 1º, in Revista Sociologia, volume XXVI, número 3, Fundação Escola de Sociologia e Política, São Paulo, 1964.

encarando, mesmo, com repulsa semelhante identificação).

(3) se mantemos a expressão camadas médias urbanas no plural, é porque tais grupos, a despeito de uma posição similar na estrutura ocupacional (2), são bastante heterogêneos dos pontos de vista social, cultural e ideológico; daí a necessidade de uma expressão que, sugerindo a existência de um denominador comum a todos os membros, não oculte, por outro lado, uma variedade com possíveis repercussões políticas.

A nosso ver, o fato de desenvolverem um trabalho predominantemente não-manual confere às pessoas, na Primeira República, uma posição comum na hierarquia de prestígio social, qual seja, uma posição intermediária (embora essa posição intermediária global comporte graduações). Ora, esta posição tende a ser valorizada pelos seus ocupantes, pois paira sobre o trabalho braçal a condenação social imposta por séculos de escravidão. A meio caminho entre os grandes proprietários e os trabalhadores braçais, os setores médios urbanos apresentam o desejo comum de fugirem à degradação social que implicaria o desempenho de atividades puramente manuais.

Mas quais as possibilidades de participação política das camadas médias urbanas a partir dessa situação e desse desejo? Ou melhor, tais condições de existência permitiriam nos setores médios o desempenho do papel de agente político da transformação sócio-econômica? Para que isto ocorresse, seria necessário que:

- 1) as camadas médias urbanas fossem "consumidoras" de um projeto coletivo de transformação global da sociedade, formulado por alguns dos seus membros ou segmentos, ou mesmo por pessoas filiadas a outros grupos;
- 2) tal projeto harmonizasse a defesa dos verdadeiros interesses das camadas médias urbanas com interesses inerentes a outros grupos sociais ascendentes (ou seja, não um projeto excludente, estritamente ligado aos setores médios, mas sim um projeto ao mesmo tempo "particularista" e "universalizante") (3).
- 3) as camadas médias urbanas fossem levadas à direção do movimento político em prol da realização histórica do projeto coletivo, em razão da fraqueza e/ou passividade de outros grupos sociais potencialmente interessados no empreendimento. Nesse caso, as camadas mé-

(1) - Utilizamos, aqui, capital na acepção de meios de produção enquanto manipulados por pessoas que vendem a sua força de trabalho aos proprietários daqueles. "O capital, portanto, toma a forma material dos meios de produção, etc., mas não é capital/em virtude de

dias urbanos poderiam vir a "substituir" grupos teòricamente mais importantes - as frações de classe - na sua tarefa de transformação da sociedade, desde que, pelo menos numa determinada etapa histórica, o cumprimento dessa tarefa não se chocasse com os seus próprios interesses (4).

4) um segmento qualquer dos setores médios urbanos ostentasse, por razões históricas, condições de superar a sua natural heterogeneidade e ausência de coesão, assumindo as funções de centro de agregação de interesses e de vanguarda política.

Apontamos, acima, as condições necessárias à verdadeira participação política das camadas médias urbanas na Primeira República. Procuramos, agora, mostrar como tais grupos poderiam preenchê-las:

1) Evidentemente, não se pode atribuir a interesses imediatos e individuais, empíricamente identificáveis, o qualificativo de "verdadeiros interesses" de um grupo social. Estes só podem ser interesses de longo prazo, de deslocamento de todo o grupo no espaço social rumo a uma melhor situação no conjunto da sociedade (5). Reconhecemos, entretanto, que é difícil atribuir aos estratos ou camadas interesses tão gerais, abstratos e nítidos como aqueles imputáveis às classes sociais (já que estes decorrem logicamente de caracterização do modo de produção). Contudo, se situamos um grupo social qualquer numa etapa histórica precisa da vida de uma sociedade, podemos descobrir interesses de grupo transcendentes aos meros desejos individuais e que poderiam ser corporificados em programas políticos pela sua elite mais esclarecida. É claro que tais interesses estão ligados a uma fase histórica determinada e, portanto, não se lhes pode atribuir um caráter de verdade eterna; porém, eles já são suficientes para orientar a prática política daquele setor social no sentido de uma melhoria de sua posição no conjunto social.

(cont.) ... suas propriedades materiais, e sim em virtude da relação social entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores' (John Eaton, Manual de Economia Política, Ed. Zahar, Rio, 1965).

(2) - A classe social é agrupamento que se define através da posição das pessoas no processo de produção, entendida esta expressão num sentido jurídico-social (ou seja, relações de propriedade ou não-propriedade com os meios de produção); já a posição no processo de produção num sentido técnico, ou seja, na organização da produção (exemplo: trabalhadores manuais e trabalhadores intelectu-

A nosso ver, na fase histórica que medeia 1889 e 1930, o interêsse mais nitidamente imputável às camadas médias urbanas seria o crescimento e a sofisticação do setor terciário, com o aumento de oportunidades e o surgimento de novas modalidades de trabalho não-manual. Somente assim poderiam escapar, enquanto grupo, a um destino temido em razão do estigma imposto pela escravidão ao trabalho manual (e lembremo-nos o quanto tais grupos estavam próximos da Abolição, decretada apenas um ano antes da Proclamação da República). Ora, um terciário novo e mais amplo só seria viável com a deflagração e condução em ritmo acelerado do processo de industrialização, já que o funcionamento de indústrias pede modalidades específicas de serviços e cria a necessidade de burocratas e técnicos nos mais diversos níveis de atividade. Nesse sentido, concordamos com Hélio Jaguaribe quando considera a industrialização o verdadeiro interêsse da classe média ao longo da Primeira República (6). É claro que tal empreendimento não satisfaria apenas aos interêsses dos setores médios de multiplicação das oportunidades de trabalho não manual, mas também auxiliaria a consolidação do nascente grupo industrial (senão a sua própria "criação") e responderia a um anseio difuso das massas urbanizadas no sentido de um maior consumo de manufaturados (anseio que se dilata com a operação mais efetiva do "efeito-demonstração", a partir da difusão - já no século XX - dos velhos e novos meios de comunicação). Nesse sentido, o projeto de industrialização do Brasil transcenderia o nível do interêsse singular dos setores médios, ganhando uma universalidade garantida pela sua coincidência com os verdadeiros interêsses de setores mais amplos e ascendentes.

2) Numa sociedade tipicamente agrária e politicamente dominada pelas oligarquias rurais, seria difícil o surgimento de um empreendimento industrial com dose suficiente de autonomia política para conduzir um processo de transformação da sociedade pela via da industrialização. Se tal ocorresse, seria possível às camadas médias ur-

(cont.) (ais) constitui critério para a construção de um sistema de estratificação social. A esse respeito, consultar Raymond Aron, Novos Temas de Sociologia Contemporânea - Luta de Classes, Editorial Presença, Lisboa, 1964, pg. 42.

(3) - Consultar Michel Debrun, "A compreensão ideológica da História" in Revista Brasileira, 1963.

(4) - Aqui sugerimos uma aplicação mais livre do conceito de "subs

banas "substituir" o grupo industrial nessa tarefa, chamando a si a responsabilidade de um processo cuja velocidade e profundidade seriam incompatíveis com o "oportunismo" econômico, social e político dos últimos.

3) Um segmento das camadas médias urbanas, o Exército, em razão do seu permanente desprestígio pelas oligarquias (o que lhe atribuía "incongruência de status") e da sua proximidade do núcleo do sistema político, o Poder, tenderia a radicalizar o seu comportamento político, independentizando-se das elites dominantes e passando a representar as camadas médias urbanas no campo político mediante a sustentação daquele projeto verdadeiramente adequado aos seus interesses. Nesse caso, o Exército substituiria os partidos políticos como centro de agregação de interesses e vanguarda dos grupos médios urbanos. Para tanto, contaria com dois fatores altamente positivos: I) o seu grau natural de coesão e organização; II) o caráter monolítico da dominação política das oligarquias, assentada na existência de um partido dominante e de regras de jogo pouco flexíveis (o que significa que os novos partidos nada teriam a fazer, a não ser que se dispusessem a uma oposição extra-sistêmica, subvertendo as regras do jogo e recorrendo, inclusive, à força armada. Mas, quanto a este ponto, os grupos militares levavam, desnecessário é dizê-lo, uma clara vantagem).

Evidentemente, não queremos afirmar que este modelo (ou conjunto de hipóteses) tenha se realizado na prática, mas sim que ele caracteriza, talvez, a única possibilidade de as camadas médias urbanas, como grupo autônomo e dotado de interesses próprios, terem

(cont.) tituísmo", tal como formulado por Isaac Deutscher: "...o fenômeno do substituísmo, isto é, a ação de um partido ou de um grupo de líderes que representa, ou fica no lugar de uma classe social ausente ou inativa". Isaac Deutscher, Ironias da História, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1968.

(5) - Sobre a distinção entre interesses imediatos e interesses de longo prazo, consultar Gyorgy Lukács, "A Consciência de classe" in Estrutura de classes e estratificação social, Ed. Zahar, Rio, 1966.

(6) - Hélio Jaguaribe, ob. cit., pgs. 170-175.

desenvolvido uma atuação política relevante ao longo da Primeira República, não como caudatária de grupos conservadores, mas sim como agente de concretização de um possível histórico. Devemos, agora, aproximar esse conjunto de hipóteses da realidade, a fim de verificar se elas se realizaram efetivamente ou, caso contrário, quais as razões da não concretização da possibilidade lógica levantada pelo modelo.

2. - O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DAS CAMADAS MÉDIAS URBANAS.

A - GRUPOS "DESTITUÍDOS" E GRUPOS ASCENDENTES: SUA ORIGEM E SITUAÇÃO ESPACIAL

Durante os séculos em que viveu sob um estatuto colonial, o Brasil apresentou um panorama social bastante simples, caracterizada pela presença permanente do binômio "senhor - escravo". Sociedade tipicamente agrária e voltada para a produção de artigos de exportação, a sua unidade econômica, social e política era o latifúndio, onde coexistiam os grandes proprietários de terras e a massa escrava. Esta, na medida em que cumpria as tarefas mais variadas (trabalho na lavoura, preparo de alimentação, fabrico de toscos objetos de uso), convertia cada latifúndio numa unidade auto-suficiente e dispensava, de um ponto de vista estritamente econômico, maiores contatos com os pequenos centros urbanos existentes. Na verdade, as cidades constituíam verdadeiros entrepostos comerciais, armazenadores dos produtos primários destinados à exportação, bem como dos artigos importados pelos senhores rurais; acessoriamente, forneciam um cenário social para a ostentação das camadas aristocráticas (o absenteísmo constitui uma atitude tradicional das elites rurais latino-americanas). Não sendo centros manufatureiros (já que o trabalho escravo no latifúndio supria a maior parte das necessidades rurais), as cidades, por outro lado, não chegaram a abrigar uma considerável camada intermediária que rompesse o esquematismo do quadro social vigente. Esta ausência se deve, em grande parte, ao fato de que o funcionamento das economias primário-exportadoras regionais do Brasil, naquela extensa quadra histórica, não solicitou a montagem de complexos aparelhos de serviços urbanos (1); por outro lado, num sistema político descentralizado, dominado pelos centros locais de poder, a administração pública só poderia ser rudimentar e desprovida de mecanismos burocráticos (2), o que impediu o surgimento de uma camada mais ampla de funcionários públicos.

(1) - Dentre as razões para esta ausência de um setor terciário urbano ligado às atividades de setor externo, podemos mencionar, além do próprio estágio de desenvolvimento do mercado mundial e das atividades de exportação dos países periféricos (menor volume de exportações, mecanismos comerciais mais rudimentares, etc.), a posição menos sólida das diferentes unidades exportadoras regionais no mercado internacional e o desempenho, por grupos internacionais (por-

Com o término da etapa colonial em 1822, o quadro social brasileiro sofrerá algumas modificações. É que a consolidação de um Estado nacional (no período que vai de 1822 a 1850) exige a construção de uma poderosa máquina burocrática e repressora, que possa desempenhar com êxito a função de integração de uma sociedade política territorialmente tão vasta e pontilhada de focos sociais locais pouco afeitos ao acatamento das ordens do Poder Central (até então, apenas formalmente existente). Assim, a burocracia civil e o exército criam, no Império (o segundo, sobretudo a partir da Guerra do Paraguai, quando aumenta a sua importância quantitativa e social), um novo tipo social que ocupa uma posição intermediária entre o grupo de proprietários rurais e a grande massa escrava. Se nos lembramos do caráter cíclico das economias primário-exportadoras brasileiras (ascensão, apogeu e declínio de um produto primário no mercado internacional), podemos aquilatar a importância e a função sociais (para além da função mais especificamente política de consolidação da unidade territorial e de integração nacional dos grupos dominantes regionais) do desenvolvimento do setor público no Brasil do século XIX. É que o fim de cada ciclo econômico condenava à decadência e ao empobrecimento a camada aristocrática que tinha surgido durante o seu período ascensional. Entretanto, o "status" social e o prestígio político conquistado nesse período impediam que os setores dominantes considerassem com indiferença esse perigo de "proletarização" de um antigo grupo aristocrático. Daí o surgimento de um Estado assistencial e empreguista, pronto a absorver no seu corpo burocrático e nas suas forças armadas os grupos decadentes (3). Eis porque o Rio de Janeiro foi talvez a primeira cidade brasileira a criar uma camada social média mais extensa: além de ser o principal entreposto comercial do país (o que levava ao desenvolvimento, ainda que em escala reduzida, dos serviços de escritórios comerciais), como capital do Império constituía o núcleo do aparelho burocrático e militar. A nosso ver, essa origem mais remota das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro explica, em parte, a sua maior independência e a peculiaridade das suas atitudes políticas, em

(cont.) tuguêses, holandeses), dos serviços de financiamento, comercialização e exportação do produto (o que dispensava a construção interna de um aparato administrativo mais ponderável).

(2) - O Estado, enquanto Poder burocratizado, jamais existiu no Brasil - colônia; a rigor, não se pode designar como "administrati

certos momentos históricos, com relação a outros segmentos desse grupo social.

Contudo, é na região cafeeira de São Paulo, em fins do século XIX, que as cidades tomam maior impulso e se desenvolverá um setor médio citadino. Isto se explica pelo fato de que, ao contrário das economias primário-exportadoras anteriores, o setor cafeeiro paulista converteu as cidades num seu apêndice, onde instalou aparelhos de serviços à atividade de exportação e ao grupo exportador. Pela primeira vez na história brasileira, os grupos nacionais ligados à produção de um gênero primário de exportação chamaram a si a responsabilidade de construção de uma infraestrutura de serviços indispensável ao setor exportador. Esta internalização dos processos de comercialização (exemplo: as grandes agências exportadoras), de financiamento (exemplos: os "comissários" e, posteriormente, os bancos), etc (4), veio dar nova vida às cidades da região.

(cont.) vas" as tarefas de fiscalização da atividade predatória, delegadas pelo Poder metropolitano aos seus prepostos. Entre o regime das feitorias da costa brasileira (século XVI) e o sistema de cobrança do ouro na região mineira (século XVIII) a diferença, no que tange aos processos "administrativos", é apenas de grau.

(3) - Um dos primeiros autores nacionais a se preocupar com a existência de um Estado empreguista foi Joaquim Nabuco, em obras como "O Abolicionismo" e "Conferência" (escritas entre 1880 e 1884).

Mais recentemente, Hélio Jaguaribe, tendo em vista outro período histórico - aquele que se abre em 1930 - formulou o conceito de "Estado Cartorial", que existe para atender à política de clientela, em que o apoio político se obtém em contrapartida do emprêgo público (Hélio Jaguaribe, ob. cit., pg. 175).

(4) - A implantação de um aparelho de serviços urbanos mais complexo, anexo ao setor cafeeiro, pode se explicar, em parte, pelo fato de que a posição do café no mercado internacional foi mais estável que a de outros bens primários nacionais, e por um período mais dilatado. Põe-se citar também, como o faz Celso Furtado, o dinamismo do grupo empresarial paulista, decorrente do seu processo histórico de formação: os primeiros cafeicultores traziam consigo uma grande experiência comercial, adquirida na região das minas ou na praça comercial do Rio de Janeiro, e legaram o seu tino para os negócios e a sua tradição de dinamismo aos seus sucessores. Consultar, a propósito, Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, Ed.

Mas, qual era a origem das pessoas observadas pelo terciário urbano e que vieram a integrar as nascentes camadas médias da região cafeeira? Devemos, aqui, fazer referência ao processo de contração da propriedade rural por que passou a economia cafeeira, a partir da segunda metade do século XIX. Até então, a pequena propriedade rural tinha existido em escala razoável na zona do café. Porém, a elevação do preço do café no mercado internacional e a conseqüente expansão da produção cafeeira no Brasil, bem como necessidades técnicas ligadas ao seu cultivo (1) tornaram inexorável a desaparição dos pequenos lotes e plantações e a sua conversão em grandes latifúndios monocultores (2). Nesse processo, os antigos pequenos proprietários, velhos habitantes da região, foram empobrecidos e expelidos para as cidades, onde passaram a ocupar os cargos mais elevados do aparelho burocrático e a desempenhar aqueles serviços mais qualificados (exemplo: as profissões liberais). Este foi, sem dúvida, o destino social de um grande número de famílias do Vale do Paraíba, que, expropriadas pela expansão cafeeira, vieram a se instalar no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em outras cidades. A expressão "grupos destituídos", empregada por alguns autores (3) para designar estas camadas, salienta a sua origem social e explica o seu tradicionalismo. As balizas do comportamento cidadão destas "classes médias tradicionais" serão o culto aos valores tradicionais, uma visão estamental da realidade social e uma superestimação do seu "status" social (o que a leva a considerar-se em pé de igualdade com os grandes proprietários de terras). Os membros destes grupos, ainda que empobrecidos, sentem-se aristocratas, o que estabelece uma vinculação afetiva e valorativa aos grupos tradicionais ainda poderosos economicamente. Tal identificação se explica pelos vínculos sociais e familiares existentes entre os grupos decadentes e a aristocracia rural e pelo fato de que, com a urbaniza

(cont.) Fundação de Cultura S.A., Rio, 1961, 4ª Edição, pgs.134-136.

(1) - O preço da terra, baixo até a primeira metade do século XIX, aumentou vertiginosamente a partir dos primeiros sucessos da produção cafeeira brasileira no mercado internacional; por outro lado, a cultura do café pede maquinarias, construções e espaço para beneficiamento (portanto, volumes consideráveis de terra e capital). Factos como estes explicam a eliminação dos agricultores de recursos financeiros modestos do cenário da cafeeira.

ção dos primeiros, tais laços constituíram a caução de relações, ainda mais sólida, de dependência econômica (4). A rigor, os grupos decadentes e a aristocracia rural eram, apenas, os ramos pobre e rico das mesmas famílias e que garantiu uma certa continuidade no seu relacionamento social, a despeito do desnível entre as suas situações econômicas. Essa convivência não só tornou frequentes os casamentos entre os membros dos dois grupos, como também consolidou a prática do apadrinhamento. Situada no nervo do sistema político, a aristocracia rural controlava o acesso aos cargos públicos; isto lhe permitiu aquinhoar os seus parentes mais pobres com postos na alta administração e no judiciário. Evidentemente, laços afetivos e parentais explicam em parte esta atitude protetora; porém, as oligarquias sentiam-se mais seguras ao converter nos seus prepostos no aparelho burocrático do Estado a pessoas que se moviam dentro do mesmo mundo psicológico, social, ético e cultural. Assim, as camadas médias "destituídas" e tradicionais viviam à sombra dos trances oligárquicos, gratas pela proteção e orgulhosas pela convivência. Esta dependência econômica e profissional apenas veio reforçar a vinculação afetiva, social e ideológica e estabeleceu as condições para que os setores médios tradicionais fossem utilizados como "massa de manobra" pela política oligárquica ao longo da Primeira República.

Porém, se os segmentos mais altos do terciário urbano foram ocupados pelos grupos decadentes, as funções menos prestigiosas (baixo funcionalismo público, serviços de escritório no setor comercial e bancário) recrutaram os seus ocupantes, de um modo geral, em grupos sociais diversos. Não só os brasileiros de origem mais pobre encontraram no desempenho destas tarefas pouco sofisticadas (porém, empregos de "colarinho gravata") um meio de fugir ao estigma de trabalho manual, e ao horror da condição proletária (e para uma parcela deste grupo, os libertos, os seus descendentes e os mestiços, tal lembrança devia ser mais insistente), como também os imigrantes europeus já visualizaram uma alternativa urbana ao trabalho duro e mal remunerado na economia cafeeira. Com relação a este

(2) - A esse respeito, consultar Pierre Denis, Le Brésil au XIXe siècle, Librairie Armand Colin, Paris, 1909, Capítulo VIII, "La petite propriété à Saint-Paul".

(3) - Hícia Vilela Luz, "O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano", in Revista de História, São Paulo, 1964.

ponto, devemos lembrar que, durante todo o período de emprêgo intenso do trabalho assalariado europeu na economia cafeeira, foi bastante elevado o coeficiente de abandono do campo pelos imigrantes. Para êstes, o êxodo para as cidades abria perspectivas de mobilidade social ascendente, desejo êsse que ocasionara, em parte, o abandono de sua terra natal e, posteriormente, havia se chocado com a dura realidade da vida na região cafeeira, frustradora de quaisquer projetos individuais de ascensão na pirâmide social. Contudo, êsse processo de deslocamento espacial não permitiu a satisfação das expectativas da maior parte da massa imigrante. A êsse respeito, basta lembrar que a quase totalidade do proletariado urbano na Primeira República se constituiu de estrangeiros, principalmente italianos egressos da região cafeeira. Além disso, graças aos novos estudos (1), hoje começa a se desfazer a impressão errônea de existência de um processo intenso de mobilidade vertical ascendente durante a Primeira República: o exame de várias biografias atesta que a maior parte do empresariado industrial de origem estrangeira não era constituída de imigrantes egressos da zona rural do café e seqüiosos de ascensão social, mas sim de indivíduos de origem pequeno-burguesa, que aqui haviam aportado com um pequeno pecúlio a ser utilizado como capital inicial em empreendimentos na indústria, comércio e importação. Isto significa que o processo de mobilização dos imigrantes "ruralizados" rumo às cidades culminou com a sua absorção pelo setor industrial (a maior parte) e pelos departamentos menos sofisticados do terciário urbano. No primeiro caso, as vantagens da mudança foram poucas, já que, no setor industrial, as condições de trabalho também eram precárias (número exagerado de horas de serviço, ausência de higiene, etc.) e o nível de remuneração, extremamente baixo. No segundo caso, embora os salários fôsem levemente superiores aos vigentes na indústria, a principal recompensa foi de ordem psico-social: por essa via, tais grupos lograram escapar ao estigma do trabalho manual (considerável numa sociedade onde a escravidão perdurara até às vésperas da República) e superar

(*) - Consultar Maria Istura Pereira de Queirós, ob. cit.

(1) - Por exemplo, Warren Dean, ob. cit., pg. 59.

(2) - É conhecida a situação de segregação social em que viveu, na Primeira República, o proletariado urbano, o que o levou a desenvolver formas próprias de convivência e lazer, como associações culturais e clubes sociais especificamente operários (consulte-se, a res

a situação de isolamento e marginalidade social em que viveu o proletrariado de origem estrangeira nessa quadra histórica (2).

A situação dos integrantes (brasileiros de origem pobre, imigrantes oriundos da zona rural) das faixas mais modestas do terciário urbano é, portanto, bastante peculiar. Por um lado, a ausência de laços sociais, familiares e afetivos mais intensos com os grupos aristocráticos lhes permitiu uma atitude mais independente, diante da política oligárquica, que aquela mantida pelas camadas médias destituídas e tradicionais. Por outro lado, sua condição de grupo ascendente, liberto da "degradação" do trabalho braçal, não os induziu a mais que atitudes de uma simpatia vaga e esporádica para com os movimentos operários, que sacudiram a Primeira República pela sua virulência (tal simpatia, se era lastreada na situação comum de penúria em que ambos os grupos viviam, foi possivelmente reforçada pelo natural sentimento de solidariedade que se estabelece entre pessoas de mesma origem étnica e nacional, no caso entre os estrangeiros - principalmente, italianos - de setor de serviços e da indústria).

Cabe, finalmente, recordar que uma outra camada média urbana "destituída" se constituiu na Primeira República, desta vez fora dos limites do complexo cafeeiro. A partir do fim do século XIX (década de 1880), a economia açucareira pernambucana passará por um processo de modernização que implicará, no médio prazo, a substituição do "banguê" pela "usina" (3) a penetração do capital estrangeiro (sobretudo inglês) na área e um movimento crescente de concentração da propriedade rural. Com a preponderância do latifúndio no panorama da economia açucareira, os antigos proprietários de "banguês" (unidades produtoras de pequeno ou médio porte), arruinados, serão expulsos para as cidades, onde se acomodarão às poucas oportunidades oferecidas por um aparelho de serviços bem menos extenso, rico e sofisticado que aquele construído pelo setor ca-

(cont.) peite, Leôncio Martins Rodrigues, Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966, pg. 123). Já os setores médios de origem estrangeira lograram um maior grau de integração à vida social tradicional, participando (ambora, frequentemente, sob um olhar de "complacência" ou "tolerância" por parte dos grupos tradicionais) de formas mais prestigiadas de convivência social. Inclusive, não foram raros os casamentos de membros destes grupos com "centrocentões" empobrecidos.

feire (4). O comportamento destas camadas "destituídas" na Primeira República repete aquele dos grupos tradicionais da região de São Paulo, porém de maneira reforçada. É que o conservadorismo e a ânsia de conservação de prestígio social serão alimentados por uma mais intensa nostalgia do passado, decorrente da maior dificuldade, relativamente aos grupos da zona cafeeira, de se integrarem em condições toleráveis à vida urbana. Essa disposição psicossocial os converterá em elementos manipuláveis pelos grupos oligárquicos e em caudatários potenciais de qualquer política conservadora.

Se procuramos, neste tópico, caracterizar o processo de formação das camadas médias urbanas no Rio de Janeiro, no complexo cafeeiro e na região pernambucana, é porque foi nesses pontos que elas adquiriram um peso social e quantitativo maior. Pode-se dizer que, "grosso modo", o resto do Brasil conservou, durante a Primeira República, aquele mesmo panorama social esquemático que herdara dos séculos anteriores, a opor fazendeiros e lavradores, estancieiros e peões.

O quadro que esboçamos sugere algumas diferenças palpáveis entre os diferentes segmentos das camadas médias urbanas. Procuremos, agora, explorar de maneira mais sistemática essas assimetrias e apurar as suas possíveis repercussões políticas.

B. ALGUNS TRAÇOS GERAIS DAS CAMADAS MÉDIAS URBANAS: HETEROGENEIDADE, INSIGNIFICÂNCIA NUMÉRICA.

Como afirmamos na Introdução, semente a sustentação, pelas camadas médias urbanas, de um projeto político de defesa de interesses gerais e de longo prazo atribuíveis ao grupo, para além dos interesses imediatos de cada membro, considerado isoladamente, poderia convertê-las num agente político, superando, assim, a inércia e a ausência de intersubjetividade da série e transfigurando-a em grupo, isto é, em camada social "para si". Ora, naquela quadra histórica, a evolução social das camadas médias urbanas (ou seja, a sua mudança, enquanto grupo, para uma posição mais favorável na pirâmide social) só se faria mediante a arrancada do processo de industrialização, que renovaria o terciário urbano (até então, um apêndice mais ou menos sofisticado aos complexos agroexportadores), aumentando o montante de oportunidades de trabalho não

manual e revalorizando-o constantemente, em razão das necessidades crescentes de quadros técnicos (e a viabilidade teórica desse projeto era dada pela sua "universalidade", isto é, pelo fato de harmonizar a defesa dos interesses de um segmento social com as necessidades mais amplas da comunidade, naquela etapa histórica) (5). Contudo, uma série de dificuldades contribuiu para inviabilizar, na prática, o nascimento das camadas médias urbanas, como unidade política, a partir de um projeto desse porte.

Antes de mais nada, a composição sob vários aspectos heterogênea das camadas médias urbanas constituiu poderoso fator de obscurecimento da similaridade de sua posição na estrutura ocupacional (no sentido mais geral, isto é, enquanto desempenho de atividades predominantemente não-manuais) e na hierarquia de prestígio social (embora algumas dessas atividades fossem socialmente mais valorizadas que outras, tôdas ofereciam ensejo à fuga da degradação ocasionada pelo desempenho de trabalhos braçais). Já sugerimos que a origem heterogênea dos setores médios urbanos foi, em grande parte, responsável pela diversidade do seu comportamento e visão do mundo, em geral, e das suas atitudes políticas, em particular. Com efeito, as camadas "destituídas", quer se situassem no Rio de Janeiro, em São Paulo, Santos ou Recife, sempre pautaram o seu comportamento

(cont.) (3) - Este processo é descrito por Edgar Carone, A República Velha, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970, Capítulo "Açúcar".

(4) - A obra do romancista José Lins do Rêgo - o conhecido "Ciclo da cana de açúcar" - ilustra êsse processo de decadência dos proprietários de "banguês" em Pernambuco. Curiosamente, a própria biografia de Lins do Rêgo o aponta como um típico membro das camadas médias "destituídas" pernambucanas, tendo o seu conservadorismo de saguado na adesão ao integralismo.

(5) - Não podemos, aqui, aprofundar a discussão sobre a viabilidade econômica de um projeto industrializante naquela conjuntura, isto é, numa sociedade agrária cujo setor exportador obtinha sucessos retumbantes no mercado internacional e era responsável pela gestão da maior parcela da Renda Nacional. Contudo, queremos lembrar que o setor agroexportador, ao criar no Centro-Sul um embrião de mercado interno de consumo, tornou possível a visualização, pelas alas mais esclarecidas de certas camadas sociais, de um movimento

pela obediência a valores tradicionais, supervalorização do seu "status" social (6), respeito e afeição pelos grupos aristocráticos. Esse quadro possibilitou a utilização de muitos dos seus membros pelas situações oligárquicas, a título de prepostos dos grupos dominantes no executivo e no legislativo (7), mas também converteu tais grupos em peça do arsenal das dissidências oligárquicas, utilizável nas escaramuças entre as diferentes facções da elite rural. Por outro lado, os brasileiros de origem menos aristocrática e os imigrantes absorvidos pelo terciário urbano, por não manterem laços mais íntimos de ordem afetiva e social com as camadas aristocráticas, puderam desenvolver atitudes mais independentes e menos comprometidas com os grupos oligárquicos. Por exemplo, o radicalismo urbano no Rio de Janeiro ainda não foi suficientemente estudado, mas podemos supor que o baixo funcionalismo público e os assalariados dos setores comercial e bancário (camadas que deviam ser razoavelmente extensas numa cidade que era, simultaneamente, a capital da República, a principal entreposto comercial e o centro financeiro do país) tivessem contribuído para o despertar de um nacionalismo xenófilo, que foi a tônica do jacobinismo e que atemorizou pela primeira vez, após séculos de poder incontrastável, as elites rurais. Porém, não somente no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo os grupos "não destituídos" tenderam a se comportar com maior liberdade diante das exigências da política oligárquica. A nosso ver, portanto, as diferenças no processo de formação das camadas médias urbanas contribuíram sensivelmente para o nascimento de atitudes políticas diversas entre os seus segmentos.

Todavia, essa heterogeneidade quanto à origem foi ainda reforçada por outras assimetrias. Se os integrantes dos grupos médios urbanos apresentavam em comum o fato de se dedicarem a atividades predominantemente não-manuais, o exercício de diferentes profissões criava novas gradações de prestígio (8), distintos níveis de renda

(cont.) de industrialização acelerada que se antecipasse ao processo espontâneo de surgimento de pequenas indústrias, naturalmente decorrente do crescimento da renda e do aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo próprio funcionamento do complexo agroexportador. Evidentemente, se tal projeto fôsse viável de um ponto de vista sócio-político e tivesse se concretizado, a industrialização teria se processado de forma diversa daquela pela qual efetivamente se processou. Porém, não devemos supor que o modelo de indus

e consumo e, conseqüentemente, padrões de vida não-coincidentes. Exemplificando, a alta burocracia e os profissionais liberais (recrutados, em geral, entre os setores "destituídos") ostentavam um mais alto nível de renda e de consideração social, o que os convertia, como consumidores, em importadores de artigos de consumo, como tecidos, alimentos, calçados, etc. (êste fato, que os aproximava, através de um padrão de vida e um estilo de consumo comuns, à aristocracia proprietária, contribuiu para definir sua posição sobre as tendências à transformação sócio-econômica do país e quanto a eventuais políticas econômicas industrializantes). Por outro lado, o baixo funcionalismo, a oficialidade do exército e da fôrça pública, os pequenos assalariados dos setores comercial e bancário apresentavam um nível de rendimentos e de consumo que mais os aproximava do proletariado urbano. Mal remunerados e consumidores pouco sofisticados, viviam numa situação de semi-penúria que lhes permitia encarar com simpatia as atitudes de revolta e os movimentos de protesto contra a alta do custo de vida e as más condições da vida urbana, levadas a efeito pelo operariado. Provavelmente, episódios como a revolta popular contra a vacina obrigatória (Rio, 1904) os comícios contra a alta do custo de vida (1912,1913) e a Greve de

(cont.) a realização concretamente realizado era o único possível naquêle contexto histórico (o que, de resto, a comodidade da visão retrospectiva da história sempre nos estimula a fazer).

(6) - A êsse respeito, recordemo-nos do orgulho com que muitos integrantes dos grupos "destituídos" (funcionários públicos, professores, etc.) conservavam o título honorífico de coronéis da Guarda Nacional, sempre antecedendo a assinatura de seu nome com êsse qualificativo prestigioso e evidenciando, assim, o desejo do seu emprego na convivência social cotidiana.

(7) - Uma grande parte dos "bacharéis" que dominavam os Legislativos era constituída de apadrinhados dos chefes oligárquicos, recrutados entre as camadas médias tradicionais.

(8) - Esta afirmação não invalida a constatação da existência de uma diferença de prestígio social entre grandes proprietários, trabalhadores de escritório e trabalhadores braçais. Embora o trabalho manual fôsse encarado como socialmente degradante pelos grupos superior e médio, as camadas médias eram apenas consideradas com uma certa complacência ou tolerância pelos grupos proprietários, êstes

1917 (em São Paulo), entre outros, contaram com a simpatia e a adesão moral de parcela considerável desses grupos (para não falar na participação ativa de alguns dos seus membros). Contudo, se tais setores médios e os grupos operários enfrentavam os mesmos problemas (carestia, baixos salários, más condições de habitação, etc.), as suas diferentes situações sociais impediam que essa identidade desaguasse no estabelecimento de laços políticos e organizacionais, na medida em que davam origem a perspectivas (ou ausência delas) não-coincidentes de análise das dificuldades mencionadas. Enquanto o operariado tentava fundamentar os seus protestos numa crítica global à sociedade brasileira (por vezes, utópica, altamente doutrinária e pouco lastreada em informações económicas, sociológicas e políticas), as baixas camadas médias não ultrapassavam um estágio de consciência social que podíamos designar, a partir de Mannheim (9), como "conservantismo burocrático": isto é, convertendo todos os problemas políticos em problemas de administração, pensavam que as suas dificuldades (carestia, inflação, más condições de habitação, etc.) seriam solucionadas através da punição de alguns especuladores gananciosos, pela administração pública. Como vemos, o exercício de diferentes profissões, na medida em que exigia diferentes graus de aptidão, qualificação ou responsabilidade (o que estabelecia graduações na sua valorização social) e gerava diferentes níveis de renda (sabemos que o consumo, que é função da renda, pode funcionar como instrumento de afirmação ou consolidação de "status"), nuancava o sistema mais geral de estratificação social (proprietários, trabalhadores não-manuais e trabalhadores braçais), introduzindo assimetrias entre as camadas médias urbanas e tornando mais difícil a sua unificação em torno de um projeto político próprio. Contudo, um indício de que tal sistema continuava existindo nos é dado pelo facto, já mencionado, da ausência de uma aliança mais sólida entre as camadas médias mais baixas e o operariado urbano, entretanto às voltas com problemas similares.

Devemos referir-nos, ainda, à heterogeneidade racial das camadas médias urbanas durante a Primeira República. Se os setores médios de origem estrangeira, sobretudo italiana, lograram um certo grau de integração à sociedade tradicional, este poderia ter sido

(cont.) se dispendo, no máximo, a atitudes de proteção e a relações do tipo "senhor-vassalo" com os setores mais tradicionais (o que não impedia que tais setores se considerassem iguais aos seus

bem maior, não fôra o surgimento do preconceito racial (mais ou menos velado) como instrumento de combate na luta pela conquista das oportunidades de emprêgo no terciário urbano. Tal rivalidade racial degenerou, por vêzes, (exemplo: décadas de 1890 e 1900, em São Paulo), em conflitos de rua entre brasileiros e italianos. Porém, o preconceito racial, como racionalização, não perdeu tão cedo a sua "operacionalidade": basta que lembremos que, em 1920, dois terços

da população da cidade de São Paulo - 580.000 habitantes - eram estrangeiros ou descendentes de estrangeiros. Também essa secção das camadas médias urbanas em raças diferentes (secção essa que ganhou realidade em razão da difusão do preconceito) dificultou a compreensão, pelos seus membros, da similaridade da sua posição e dos seus interêsses de longo prazo.

Finalmente, a própria insignificância numérica das camadas médias urbanas contribuiu para delimitar as possibilidades de unificação em tôrno de um projeto coletivo e de ação política. Se, no Brasil atual, a importância social e política das camadas médias urbanas decorre naturalmente do seu crescente pêso quantitativo e econômico (parcelas cada vez maiores da Renda Nacional se concentram, progressivamente, nas suas mãos), naquela quadra histórica tais grupos só superaríam a sua inexpressividade numérica e econômica se se dispusessem a assumir um papel estratégico no processo político. Isto não seria impossível, se tivermos em conta que mesmo um grupo que, por várias razões, apresente um baixo potencial de contrôle, pode desenvolver uma ação política eficaz, desde que conte com alto potencial de unidade (10). Mas essa politização das pequenas e heterogêneas camadas médias urbanas só seria viável em algum dos seus segmentos, por suas condições intrínsecas de organização e posição no conjunto social e político, pudesse unificar tais grupos e prepará-los para a participação política ativa. Num primeiro relance, parece que o Exército - ou uma das suas alas - seria o segmento a desempenhar tal tarefa. Mas voltaremos a êste ponto, a diante.

Em suma: durante a Primeira República, as camadas médias urbanas constituiram um aglomerado heterogêneo (dos pontos de vista da sua origem, profissional e racial) e numericamente inexpressivo.

(cont.) "primos" mais ricos, numa visão subjetivista e mítica de um mundo em transformação). Mas é evidente que, dentro dessas camadas médias, os profissionais liberais e os altos burocratas eram

Êstes fatores dificultaram o seu reconhecimento como grupo "para si" e a conseqüente (ou melhor, concomitante) sustentação de um projeto político que as empurrasse para um futuro melhor e, ao mesmo tempo, se harmonizasse com as aspirações ascendentes da comunidade brasileira. Ao contrário, o seu comportamento político foi ambíguo e hesitante: alguns segmentos se prestaram às manobras oligárquicas, outros revelaram as suas simpatias para com o proletariado urbano (sem, no entanto, ultrapassar êsse estágio meramente contemplativo), outros ainda se moveram inconsistentemente entre várias alternativas. Essa ausência de identidade e inércia só seriam superadas se algum segmento, por suas características próprias, tivesse condições de formular e doar um projeto às camadas médias urbanas (que fôsse consentâneo com os seus verdadeiros interesses), organizá-las e mobilizá-las para a defesa dêsse projeto e, finalmente, representá-las na arena política, atuando como um partido político. Se isto ocorreu, é o que veremos a seguir.

(cont.) mais valorizados pelos grandes proprietários, enquanto os segmentos mais baixos talvez apresentassem apenas, aos olhos dêstes, a vantagem de não exercerem um trabalho braçal.

(9) - Consultar Karl Mannheim, Ideologia e Utopia, Ed. Zahar, 1968, Rio, pgs. 143-145.

(10) - Tais conceitos são apresentados por Robert A. Dahl, "Uma crítica do modelo de elite dirigente" in Sociologia Política, II, Ed. Zahar, 1970. Um grupo com alto potencial de controle é aquele que, quando se compromete com uma certa alternativa política e age de uma maneira determinada, tem grandes possibilidades de vê-la realizada. Já o grupo com alto potencial de unidade é aquele cujos membros chegaram a um acordo sobre uma importante alternativa política e sobre um conjunto de ações práticas específicas. Ora, nem sempre um grupo com alto potencial de controle apresenta alto potencial de unidade.

3. - AS RELAÇÕES ENTRE AS CAMADAS MÉDIAS URBANAS E AS OLIGARQUIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A. - O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: GRAU DE ABERTURA E CAPACIDADE DE INTEGRAÇÃO DAS CAMADAS MÉDIAS URBANAS

Se o advento da República implicou, de um ponto de vista mo-ramente formal e jurídico, uma democratização do regime, contudo, na prática, o sistema político (1) então implantado não se mostrou menos fechado e excludente (2) que aquele em funcionamento no período imperial. A estrutura jurídica do Império sancionava o papel nuclear das elites de proprietários rurais no sistema político, bem como legalizava a situação de marginalização política dos demais grupos sociais. A ampliação das balizas legais do regime brasileiro, levada a efeito pelo movimento republicano, atenuou a situação de exclusão formal dos grupos não-oligárquicos com relação à vida política brasileira, porém não logrou modificar a sua condição de excluídos de fato do processo político-partidário brasileiro.

A vida política no segundo reinado brasileiro caracterizou-se pela luta entre as diferentes facções das elites de proprietários rurais, seguidas da conquista do Poder. Os partidos que disputavam o jogo parlamentar delinham-se como típicos "partidos de patronagem", exprimindo sobretudo o desejo, nutrido pelos diferentes grupos aristocráticos, de conversão do Estado num instrumento de satisfação da sua vontade de prestígio social, de defesa e promoção dos "clãs" a que estavam vinculados (já que o controle do Poder por um grupo permitia o rateio dos cargos públicos por entre os seus partidários e dependentes) e, mesmo, de favorecimento aos seus interesses econômicos imediatos (3). Vivendo no mesmo universo ideológico (ou antes, mítico), os integrantes de agremiações co-

(1) - Consideramos o sistema político como o conjunto de agentes que, de alguma forma (isto é, participando em diferentes tipos de interação e recorrendo a instituições, ideologias e símbolos), desempenham (tendo maior ou menor responsabilidade/influência no processo de tomada das grandes decisões políticas) as funções de integração da sociedade política e de promoção ou reforço, com base na capacidade de coerção do Poder - o nervo do sistema - de uma distribuição de bens (econômicos, sociais, culturais, políticos) por entre os membros da sociedade política. Tal concepção, menos que nos

mo o Partido Conservador e o Partido Liberal não se propunham à defesa de programas específicos e antagonísticos: ao contrário, remanejavam as suas plataformas à vontade, sempre que isto fôsse necessário para atrair o Poder Moderador à sua órbita (4). Assim, durante o período, diferentes facções da aristocracia agrária, "liberais" ou "conservadoras" alternaram-se no Poder, dando uma feição altamente excludente ao sistema político brasileiro. Desnecessário é dizer que a grande massa escrava sempre se manteve à margem do sistema político: privada de direitos políticos, a sua miserável condição social não lhe permitiu, por outro lado, sequer a formulação de demandas mais restritas, de cunho sócio-econômico. Sentindo, a título de mere objeto, a repercussão das medidas emanadas dos grupos com poder de decisão, não logrou, entretanto, superar um estágio de absoluta incultura política (5); manteve-se passiva e inerte, não chegando a manifestações de contestação ao sistema tão violentas e profundas quanto as dos seus antepassados do quilombo de Palmares. Porém, outros grupos sociais (brancos pobres, libertos) também viram-se excluídos do jogo político aristocrático. É que o processo eleitoral na monarquia parlamentar era altamente seletivo e elitista. Nas eleições indiretas (os cidadãos escolhiam os "eleitores") para os Legislativos nacional e provinciais, votantes e votados deviam apresentar um nível mínimo de renda (6). Este requisito altamente

(cont.) autores americanos, veja-se inspirada no Curso sobre Sistema Político, ministrado pelo prof. Michel Debrun no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, no ano de 1970.

(2) - Um sistema político é tanto mais fechado quanto menos disposto se mostrar a atender as demandas - econômicas, sociais, culturais e políticas - dos diversos grupos sociais integrantes da sociedade política. Tal definição nos permite estabelecer um continuum, desde o sistema que reprime todas e quaisquer demandas, e passando por aqueles que atendem algumas demandas não especificamente políticas, como as econômicas (geralmente, frustrando-as nas suas potencialidades, precisamente em razão do não-atendimento concomitante de demandas políticas. Exemplos: os regimes tecnocráticos, o populismo), até o sistema absolutamente aberto (evidentemente, um tipo ideal), que atenderia as diversas demandas de participação política emanadas dos mais variados grupos da sociedade política. Consultar, a respeito, Simón Schwartzman, "Desenvolvimento e abertura política"

discriminatório impedia, na prática, que grupos não-aristocráticos (embora "cidadãos", e não meras "coisas") tivessem a mínima participação no processo eleitoral. Esta democracia parlamentar de "homens de bem" e de "conselho alto" garantiu pleno domínio da sociedade brasileira aos clãs aristocráticos. Marginalizada politicamente a grande massa trabalhadora rural (que, de resto, não tinha condições de desenvolver uma cultura política contestatória), a dinâmica do sistema político imperial teria de se centrar no jogo político-parlamentar entre as situações e as oposições intra-sistêmicas (ambas integradas pelas elites rurais), cujas arestas seriam aparadas pelo Poder Moderador (?).

(cont.) in Revista Dados, nº 6, Rio, 1969.

(3) - O fato de um grupo aristocrático construir o seu prestígio social sobre a base de sua superioridade econômica (propriedade da terra e do capital, sob a forma de escravos) não significa que os seus membros sejam primordialmente impulsionados por motivos de ordem estritamente econômica. Para tais grupos, muitas vezes, o ganho de poder e prestígio paga elevados prejuízos econômicos (sob condição de que tais prejuízos não sejam de molde a impedir o exercício do poder e o desfrute do prestígio). No caso brasileiro, a propriedade de uma imensa escravaria era, frequentemente, vista, não como a possibilidade de um alto nível de atividade produtiva, mas como uma fonte poderosa de prestígio social (o que estava em jogo, para muitos senhores, era saber a quantas pessoas podiam dominar com a sua vontade). Isto explica que muitos aristocratas do Vale do Paraíba, urbanizados antes da abolição, tenham relutado em se desfazer dos seus escravos, passando a alugá-los a comerciantes e artífices.

(4) - O Imperador, enquanto no exercício do Poder Moderador, tinha o direito de nomear e demitir livremente os ministros de Estado, ou seja, de constituir o gabinete (art. 101, 6º) da Constituição Política do Império do Brasil, 25/3/1824).

(5) - Por incultura política entendemos uma ausência absoluta de atitude ou orientação, positiva ou negativa, com relação ao sistema político global. Muitos grupos, não ostentando condições de formular demandas ao sistema político, não passam, entretanto, a contestá-lo. Assim, tais grupos não estão apenas à margem do sistema político, mas da própria vida política, intra ou extra-sistêmica.

(6) - Só podiam votar aqueles que tivessem uma renda líquida anual

A instauração da República levou a uma ampliação dos quadros formais do regime. De um ponto de vista estritamente jurídico, estabelecia-se no Brasil, em 1891, um regime liberal-democrático: era o que indicavam instituições como o Presidencialismo, o sufrágio universal, a separação dos poderes, as eleições diretas para o Legislativo e o Executivo. É verdade que as restrições à participação no processo eleitoral (quanto a votantes e votados) baseadas no critério do nível de renda foram substituídas por um dispositivo altamente excludente, qual seja, a interdição de voto ao analfabeto. Porém, se este último critério não deixa de ser discriminatório, inclusive porque as diferenças culturais estão, geralmente, associadas a diferenças sócio-econômicas, tal discriminação é menos violenta que aquela implícita no estabelecimento de restrições político-eleitorais com base no critério da renda, já que podemos admitir, em princípio, que indivíduos desfavorecidos economicamente superaram esse obstáculo (e para os liberais, nada é mais fácil que confundir os princípios com a realidade).

Entretanto, se o regime político da Primeira República foi, para empregar expressões de Maria do Carmo Campello de Souza, liberal-democrático na forma, mostrou-se oligárquico no seu funcionamento efetivo. Mais claramente, os grupos de proprietários rurais continuaram a excluir as demais camadas sociais do processo político. A nova vestimenta jurídica e institucional confeccionada para o sistema não intimidou as elites rurais (inclusive porque agressa do seu próprio mundo ideológico); muito ao contrário, valeram-se das novas instituições para consolidar e legitimar o seu domínio nos respectivos Estados. Nessa perspectiva, a própria instituição do Federalismo, através do qual se operou a descentralização republicana, permitiu maior autonomia aos grupos oligárquicos regionais (8) e propiciou um reforço de seu instrumental de exclusão, de

(cont.) igual ou superior a 200%; finalmente, só podiam ser votados aqueles que tivessem uma renda líquida anual de, pelo menos, 400\$. Consultar os artigos 91, 50), 94, 10) e 95, 10) da Constituição de 25/3/1824.

(7) - Nem mesmo a ala mais avançada da elite rural - a cafeicultura republicana - teve de mover uma oposição extra-sistêmica ao Poder. A despeito de objetivar uma mudança de regime, a queda das instituições imperiais e o deslocamento da elite alojada nas insti

processo político, dos grupos não-oligárquicos (instrumentos materiais, jurídicos, ideológicos).

Já mostramos que o regime imperial, caracterizável como unitário (9), não só excluiu as camadas não-aristocráticas do processo político como também não se empenhou em descobrir fórmulas jurídicas de legitimação da exclusão mais sutis e menos discriminatórias que aquelas efetivamente adotadas. Na verdade, a limitação da participação política com base no critério da renda, que atribuía exclusivamente à aristocracia proprietária (isto é, aos "homens de bem") o papel de agente político, era perfeitamente viável numa sociedade onde:

I) a parcela majoritária da população - a massa de trabalhadores escravos da economia rural - não tinha ascendido à condição de "cidadão" e superado o estatuto de mera "coisa móvel", objeto de contratos de direito civil, permanecia privada de quaisquer direitos políticos e tinha poucas possibilidades (10) de desenvolver uma cultura política contestatória (11) (Assim, a sua marginalização política não era interpretada como uma possibilidade de fomento a atitudes de revolta e anti-sistêmicas);

(cont.) tuições ligadas ao Poder central (os aristocratas nordes-
tinos do açúcar e os conservadores fazendeiros do Vale do Paraíba).
o Partido e o movimento republicanos, a partir de 1870, foram tole-
rados pelo sistema e puderam agitar livremente as idéias republica-
nas junto ao Legislativo, ao Exército e à "opinião pública" (ou se-
ja, aquela faixa dos grandes proprietários de terra que participa-
vam do debate político).

(8) - A República Federativa, e não a unitária, foi consagrada pe-
la Constituição de 1891, que garantia a autonomia política dos Es-
tados mediante a atribuição, aos governos estaduais, de prerrogati-
vas como:

- fixação dos impostos sobre as exportações (o que lhe pro-
porcionava independência econômico-financeira, já que a atividade
produtiva predominante era agro-exportadora);

- contração de empréstimos diretamente no exterior, sem a
mediação do governo da União;

- formação de corpos militares próprios (o que lhes permi-
tia um potencial de força auto-suficiente);

- elaboração de constituições, códigos eleitorais e cón-
digos judiciais próprios.

II) ainda não tinham pêsse considerável as cidades e as camadas médias urbanas, focos potenciais de difusão de uma cultura política liberal de tradição humanista, que a Europa do século XIX exportava para as suas colônias culturais.

Entretanto, a Abolição do trabalho escravo (1888) e a aceleração do processo de urbanização em fins do século (mormente na região cafeeira) legaram à República recém-inaugurada um quadro social distinto. Por um lado, as massas de libertos haviam ganho a condição de cidadãos; por outro lado, as populações urbanas gradativamente mergulhavam no universo das idéias democráticas, graças à operação de um "efeito-demonstração" político, para cujo funcionamento contribuíram as escolas, universidades, contactos com estrangeiros, etc. Tais fatos determinaram o "conteúdo" a ser dado à "fôrma" republicana de cunho democrático, presidencial e federativo. A exclusão dos vários grupos sociais do processo político exigia das elites rurais técnicas mais sofisticadas: somente um procedimento mais sutil permitiria ao campo (elites proprietárias) reforçar a tirania sobre o campo (massas trabalhadoras) e lançar a pedra fundamental da tirania sobre as cidades (grupos industriais nascentes, camadas médias, operariado). Assim, as novas instituições republicanas foram utilizadas na construção de um novo modelo de exclusão política. Em tal modelo, se aqueles que excluíaam eram ainda as elites de proprietários rurais (embora a importância, no plano nacional, dos seus diferentes segmentos não tivesse a mesma distribuição do período imperial), nos excluídos do mundo rural vieram se agregar as populações urbanas.

Mas como as instituições da descentralização republicana contribuíram para a consolidação desse novo modelo de exclusão política? A inauguração da democracia representativa e do sufrágio universal pareciam garantir a todos os grupos sociais o direito de in-

(9) -eram amplas as prerrogativas do Poder Central. Por exemplo, incumbia ao Imperador a nomeação dos Presidentes das Províncias.

(10) - Os trabalhadores escravos viviam isolados em diferentes fazendas, cada uma a constituir um mundo auto-suficiente e fechado, o que dificultava o contacto com os seus semelhantes e, mesmo, a sua inclusão em situações mais abrangentes do ponto de vista social/político; aliam-se a isso as suas condições de vida e a sua experiência cultural anterior (um modo de vida tribal), e teremos razões suficientes para explicar a sua ausência de posição com relação ao sis-

fluenciar a escolha dos responsáveis pela tomada das microdecisões. Na verdade, porém, o conjunto de instituições republicanas funcionou antes como um símbolo poderoso, que devia legitimar a dominação política das elites rurais aos seus próprios olhos (12) e aos olhos das populações urbanas e, assim, "paralisar" a ação anti-sistêmica dos grupos excluídos mais esclarecidos. Se a tradição garantia, em grande parte, o consentimento das massas rurais à dominação (13), um símbolo forte e moderno como a democracia representativa poderia polarizar as populações urbanas, mais impregnadas (e em grau variável) de uma cultura humanista.

Em primeiro lugar, as restrições ao voto do analfabeto e do estrangeiro, constantes da Constituição de 1891, projetaram para fora do jogo político democrático uma grande parte das massas de trabalhadores rurais (brasileiros brancos e descendentes de libertos, de baixíssimo nível cultural; bem como imigrantes da região do café) e a quase totalidade do operariado urbano (constituído de estrangeiros, na sua maioria). Como já dissemos, ainda que discriminatórias, tais restrições o eram (aos olhos da sociedade da época) menos que aquelas fundadas no critério do nível de renda, já que não pregavam abertamente a diferença qualitativa entre homens de posses diversas (o que despiu o mito burguês da igualdade jurídica de toda a sacralidade), mas, ao contrário, estavam assentadas em noções difundidas pela ascensão burguesa no cenário histórico mundial, como "cultura", "educação" e "nação".

(cont.) tema político global.

(11) - Por cultura política contestatória, entendemos uma orientação negativa com relação ao sistema político existente, atitude essa que pode ser mais ou menos difundida, mais ou menos profunda e radical (da contestação meramente "paroquial" aos centros locais de poder até a negação global do sistema político nacional). Evidentemente, ao empregarmos tal conceito, afastamo-nos da ciência política norte-americana, que, em sua maior parte, prefere dedicar atenção exclusiva à formação de culturas e subculturas políticas dentro do sistema político, relegando, dessa forma, a um segundo plano o estudo da marginalidade política.

(12) - Não queremos atribuir às elites rurais, em seu conjunto, intuídos cínicos e "maquiavélicos" de manipulação pura e simples das instituições em seu proveito. Não se pode, por exemplo, negar a sinceridade democrática e a honestidade de propósitos de líderes como

Não queremos dizer, com isso, que aquêles que estavam a salvo destas restrições (parte das populações urbana e rural) puderam se impôr no cenário político nacional, pela via eleitoral, contra as determinações da minoria constituída pelos proprietários rurais. Na prática, as elites rurais assumiram o contrôlle de todo o processo eleitoral, passando a orientar em caráter exclusivo o funcionamento do sistema político nos seus níveis local, estadual e nacional, através do coronelismo, das oligarquias regionais e da política dos governadores (14).

A vigência do coronelismo implicou o contrôlle, durante a Primeira República, dos centros "paroquiais" de poder pelos grandes proprietários rurais. A situação de dependência econômica, social e afetiva dos trabalhadores rurais com relação aos seus senhores terá, nessa quadra histórica, repercussões políticas diversas das a resen- tidas no longo do período imperial. O coronelismo não é um fenômeno especificamente republicano: o contrôlle dos centros locais de decisão pelas elites rurais e o seu domínio sôbre as massas trabalhadoras já eram uma realidade no Império. Contudo, com a instauração da República, o coronelismo ganhará novas dimensões políticas. É que o

(cont.) Campos Sales e seu irmão, Alberto Sales. Porém, a ilusão mítica da democracia representativa era necessária, se considerarmos que mesmo a vanguarda do setor agrário, os cafeicultores do Oeste paulista, a despeito das tarefas desempenhadas (e que poderia continuar a desempenhar por algum tempo) em favor do desenvolvimento da economia e da evolução da sociedade nacional (introdução do trabalho livre e assalariado, gestação de um embrião de mercado interno de consumo, crescimento acelerado da Renda Nacional, etc.), não poderia responder com sucesso ao desafio de médio prazo, lançado pela situação descendente dos produtos primários de exportação no mercado internacional (situação essa provocada pelas baixas elasticidade-preço e elasticidade-renda da demanda de gêneros alimentícios, pela tendência à substituição, nos processos produtivos dos países desenvolvidos, das matérias brutas pelos produtos sintéticos, pela proporção cada vez menor de insumos absorvidos pelo processo de produção nas nações industrializadas, etc.). A braços com o problema da deterioração dos termos de intercâmbio e em razão das suas características intrínsecas (crescimento extensivo, baixo nível tecnológico), a vanguarda cafeeira não teria condições de se responsabilizar por tarefas históricas como a modernização social e o cumen-

processo eleitoral imperial era, como já vimos, aristocrático e seletivo, dêle participando apenas, como votantes e votados, os integrantes da aristocracia proprietária. Sendo o jogo político-partidário travado entre as diferentes facções desta aristocracia, o coronelismo desempenhava um papel político sobretudo local, e não contribuía consideravelmente para a dinâmica do sistema político nacional. Já na República, entretanto, o coronelismo fornecerá o ponto de partida para a legitimação da dominação política das elites rurais, posta em cheque pelo potencial de oposição contido na mera existência de novos grupos sociais, as camadas urbanas. Assim, o encontro do poderio do grande proprietário com uma instituição mais refinada, o voto, permitirá a sofisticação do modelo de exclusão política (sofisticação essa exigida pela própria presença de grupos sociais culturalmente mais equipados no cenário nacional). Fundados em sua posição sócio-econômica (propriedade de terra, coordenação das relações sociais locais) e contando com a inexistência legal do voto secreto, os senhores rurais institucionalizaram o regime do "voto de cabresto", impondo os seus candidatos a todas as pessoas situadas dentro da sua esfera de influência (trabalhadores das suas fazendas, familiares, agregados). Os municípios caíram, desse modo, nas mãos dos coronéis e forneceram a plataforma para a consagração das elites rurais nas eleições de nível superior (estadual, nacional). Nessa tarefa, não operou apenas o instrumento - um pouco mais sutil - do "voto de cabresto", mas foram frequentemente empregadas a força armada como forma de coação de vontades, bem como a falsificação das atas eleitorais (tais atas, muitas vezes preparadas na própria casa do chefe político local, e não na repartição pública competente, listavam eleitores fictícios ou já falecidos.)

(cont.) to de consumo das massas. Tais tarefas caberiam àquele(s) grupo(s) social(is) que assumisse(m) a liderança do processo de industrialização. Evidentemente, em princípio nada impedia que os fazendeiros de café se reformulassem como grupo social, drenassem o seu capital para a indústria e se convertessem num empresariado dinâmico e "schumpeteriano", que se antecipsse às oportunidades oferecidas por um mercado embrionário. Contudo, tal não ocorreu. O seu "imobilismo" se traduziu, no plano econômico, na adoção de terapêuticas de curto prazo (de resto, muito hábeis e pragmáticas), aplicáveis nos problemas da superprodução interna e das crises do mercado mundial (a política econômica de valorização do café); no plano

Por sua vez, as oligarquias regionais não passaram de uma projeção para o plano estadual do fenômeno local do coronelismo. Em cada Estado, os coronéis mais poderosos se organizaram de molde a construir um "círculo de ferro" e a se assenhorear das máquinas governativas. Instituiu-se, assim, o regime de um só partido em cada unidade da Federação (15). Tais partidos regionais, os P.R.s, eram representativos dos principais grupos proprietários de cada região brasileira e, manipulando os instrumentos já mencionados (voto de cabresto, falsificação das atas eleitorais, força armada), bem como o dispositivo regimental que outorgava à situação a tarefa de proceder ao exame da legitimidade dos diplomas dos candidatos às casas dos Legislativos estaduais, lograram isolar os grupos não-oligárquicos e interditar-lhes a participação nos processos eleitorais. Os Partidos não-situacionistas que esporadicamente nasceram nos Estados e participaram do jogo político federal eram representativos de dissidências oligárquicas, isto é, de grupos proprietários descontentes com a situação de marginalização em que viviam com relação aos centros regionais e nacional de poder. Aos Partidos de oposição não-oligárquicos, estavam reservadas a clandestinidade e a repressão.

A política dos governadores, concebida, e depois consolidada na prática política, por Campos Sales, veio consolidar o arcabouço da exclusão política dos grupos não-oligárquicos. A rigor, tratava-se de uma harmonização entre os comportamentos políticos dos grupos oligárquicos locais, das elites regionais e das facções sediadas no Poder central. As situações dominantes nos diferentes Estados se comprometiam a empregar todos os recursos (a que já fizemos referência: política de reconhecimento de poderes, falsificação de atas, etc.) no sentido de enviar ao Congresso Nacional uma bancada que apoiasse inicialmente a orientação política do Executivo; em troca, o Presidente da República daria carta branca às oligarquias situacionistas nos Estados, permitindo-lhes, inclusive, perpetuarem-se nos governos estaduais mediante o emprêgo de todos os instrumentos de que dispusessem. Tal barganha era, obviamente, imensável sem a sua reprodução em miniatura no nível das relações entre os

(cont.) político, a incorporação e difusão de toda a simbologia deocrática escendeu, em parte, o cunho oligárquico do sistema político, mas não resolveu o problema mais profundo da participação política das parcelas majoritárias da população. Porém, a não-apreensão,

coronéis e a facção oligárquica alojada no govêrno estadual. Daí terem as situações estaduais conferido poderes plenos aos grupos dominantes de cada município, em troca de uma "filtragem" dos candidatos às casas legislativas estaduais. Completava-se, assim, o circuito político oligárquico.

Nesse contexto, a única oposição intra-sistêmica, tolerável pelos grupos oligárquicos no Poder e de algum modo incorporada ao seu jôgo, só poderia ser aquela movida por grupos oligárquicos marginalizados pela situação. Lógicamente, havia boas razões para isso. Em primeiro lugar, tais grupos dissidentes não podiam ser facilmente proscritos, em razão da sua fôrça e do seu prestígio. Lembremo-nos, a respeito, da consideração com que era tratado pela situação paulista, nos começos do século, o dissidente Prudente de Moraes, encastelado no seu "feudo" piracicabano. Além disso, situação e oposição oligárquicas ostentavam uma mesma visão de mundo e se guiavam, praticamente, pelos mesmos objetivos políticos, constituindo a maior diferença entre as duas o fato de uma estar no Poder e a outra, fora dêle.

Por outro lado, perseguindo objetivos intra-sistêmicos (isto é, não propôndo nenhuma mudança radical na estrutura do Poder e do sistema político, como condição para a transformação das estruturas econômicas e sociais da sociedade), as dissidências oligárquicas puderam recorrer, inclusive, a um recurso aparentemente extra-sistêmico, sem que isso lhe valesse, automaticamente, uma condenação dos grupos no Poder.

(cont.) pela vanguarda cafeeira, da tendência histórica ao declínio das economias primário-exportadoras (o que, de resto, devia ser bastante difícil, sobretudo nos momentos de "alta") não nos deve induzir a considerá-la um grupo pouco dinâmico e totalmente desprovido de visão política, um pouco à maneira dos senhores nordestinos do açúcar. Ao contrário, prova de seu dinamismo está no fato de terem sabido converter o Estado num instrumento de ação econômica e de defesa dos interesses da cafeicultura. Contudo, a sua decadência e perda de posição, posteriormente a 1930, deveram-se, em parte, à sua incapacidade de superar as atitudes pragmáticas (aliás brilhantes) de curto prazo e de reorientar-se, assumindo novas tarefas econômicas e sociais, no quadro da sociedade brasileira.

(13) - As relações entre os senhores rurais e as massas trabalhadoras se assemelhavam - relações de vassalagem. O primeiro fornecia

Essel recurso, a violência, era admitido pelos grupos hegemônicos no sistema político, desde que o seu emprêgo se limitasse aos planos local e municipal. É que, a partir da consolidação definitiva do sistema republicano federativo, na gestão Campos Sales (1898-1902), as situações dominantes nos municípios e Estados eram reconhecidas, respectivamente, pelos governadores estaduais e pelo Presidente da República, tivessem elas se assenhorado das máquinas de governo por meios pacíficos/legais ou pela força (o que era mais frequente, sobretudo nos Estados do Nordeste, econômica e política mente mais atrasados). Isto é, governadores e presidente da República adaptavam, em geral, a política de reconhecimento dos fatos consumados: desbancada uma facção oligárquica municipal ou estadual, imediatamente aquêles próceres reconheciam os novos grupos dominantes e lhes conferiam plenos poderes em sua área. Assim, reatava-se o circuito oligárquico estabelecido pela política dos governadores e que harmonizava os diferentes planos da vida política global, o local, o regional e o nacional.

Contudo, as dissidências oligárquicas sempre relutaram em empregar a violência no plano nacional. É que, nesse nível político, a força material aparecia nos olhos das elites rurais (tanto situacionistas como oposicionistas) como um recurso decididamente extra-sistêmico, ainda que originariamente a serviço de objetivos intra-sistêmicos. Evidentemente, pode-se argumentar que, durante a maior parte do período coberto pela Primeira República, os grupos hegemônicos no plano nacional foram as oligarquias regionais econômica, política e militarmente mais fortes e organizadas, ou seja, as oligarquias mineira e paulista (lembremo-nos, inclusive, que tais governos podiam contar com o apoio militar da força pública paulista, um verdadeiro exército no que diz respeito ao tamanho do contingente, nível de disciplina e treinamento, qualidade do equipamento bélico, etc.) (16). Entretanto, mesmo quando um desses grupos se via momentaneamente marginalizado no cenário político nacional (exemplo: os paulistas em razão da vitória de Hermes da Fonse-

(cont.) proteção e meios de sustentação, em troca, exigia trabalho, serviços e obediência. Verdadeiro organizador da convivência no mundo rural, o fazendeiro se impunha, assim, por um costume secular às populações agrárias.

(14) - Não pretendemos, aqui, realizar uma caracterização minuciosa e exaustiva desses mecanismos, já que não é nosso objetivo pin-

ca, no pleito de 1910), o emprêgo da violência não lhes aparecia como a solução desejável para o impasse. Na verdade, utilizar a força armada em escala nacional significaria destruir, nos olhos das próprias elites rurais bem como das camadas médias urbanas, o mito da democracia representativa e apresentar à população brasileira, absolutamente despido, o regime de força efetivamente imperante. Além disso, as oligarquias nutriam o temor bastante conservador de que a violência, utilizada com semelhante amplitude, acabasse por escapar das suas mãos, sendo-se a serviço de objetivos extra-sistêmicos. Essa identificação entre violência e revolução social (17) fez com que as dissidências oligárquicas desconfiassem sempre dos movimentos militares contra o Poder nacional, ainda que os seus objetivos básicos aparentemente coincidisseram. A êsse respeito, recordemo-nos de como os setores oligárquicos do Partido Democrático Paulista (dissidência do período 1926-1930) tomara uma aliança com os "tenentes", atribuindo-lhes tendências bolchevistas. Cite-se, também, a hesitação de Antonio Carlos (Minas Gerais) e Getúlio Vargas (Rio Grande do Sul) em recorrer à força armada para impedir, em 1930, a posse de Júlio Prestes, eleito Presidente pela oligarquia situacionista.

(cont.) dar um quadro geral da História Política da Primeira República. Tais fenômenos serão recordados apenas superficialmente e em linhas gerais, na medida necessária para o esclarecimento do processo de exclusão política dos grupos não-oligárquicos, sobretudo das camadas médias urbanas,

(15) - Falamos, acima, da existência de "um só partido", mas não nos referimos a um "regime de partido único". Na verdade, não existiu na Primeira República um partido verdadeiramente nacional: os Partidos Republicanos eram agremiações regionais, mantendo laços bastante tênues. Por outro lado, surgiam, esporadicamente, partidos oposicionistas criados pelas dissidências oligárquicas. Este último fato, entretanto, também não nos autoriza a falar de "partido dominante", já que tal partido, na definição de Maurice Duverger, caracteriza-se por um nítido afastamento dos seus rivais na totali

Tudo isto significa que o sistema político em funcionamento na Primeira República Brasileira era um sistema fechado, de cujo jôgo participavam apenas as diferentes facções das elites rurais. Constituindo tais elites uma minoria, extensas camadas da população brasileira permaneciam marginalizadas do processo político. Passemos a um exame sumário do comportamento desses grupos "excluídos".

(cont.) idade de um período e pela sua identificação com a totalidade da nação. A nosso ver, esse tipo de partido surge, sobretudo, nas sociedades em processo de emancipação nacional e de descolonização, quando tôdas as energias da comunidade são canalizadas para a criação de uma identidade nacional (o que pode estabelecer um amplo consenso em torno de um partido que interprete e sustente tais aspirações). Ora, se tal definição se adequa aos partidos hegemônicos das jovens nações africanas da atualidade, dificilmente se poderia atribuir aos P.Rs. da Primeira República Brasileira o objetivo de exprimir as aspirações da nação. A rigor, a Primeira República testemunha um afrouxamento dos laços entre as diferentes unidades regionais e um obscurecimento da nação enquanto comunidade "para si", bem como um certo esmaecimento da sociedade política global. Por exemplo, se as atitudes de regionalismo existiam antes da Primeira República, elas foram consideravelmente reforçadas nesse período. É o caso do orgulho paulista (traduzido em idéias separatistas, na imagem de São Paulo como "a locomotiva a puxar o comboio constituído pelo resto do Brasil"; etc.), que atingiu o seu ápice em 1932: se estava fundado na superioridade econômica real do Estado de São Paulo, foi, entretanto, incrementado pela corrente de mensagens simbólicas emanadas do sistema político por ocasião do apogeu paulista.

(16) - A força pública paulista, inclusive, foi o fiel da balança política no período de consolidação da República Federativa (exemplo: a sua importância no episódio da escolha do sucessor de Floriano Peixoto).

(17) - A esse respeito, é significativo que a burguesia francesa, hoje conservadora, tenha posto cuidadosamente de lado o culto à revolução burguesa de 1789, já que tal culto lembraria a outros grupos sociais que a violência pode ser utilizada como alavanca das transformações sociais.

Na área rural, as massas trabalhadoras de origem nacional (brancos pobres, libertos) viviam próximas de um estágio de total incultura política, o que as impedia sequer de formular demandas limitadas, de cunho econômico, social ou educacional. Contudo, a introdução, na área, do trabalhador imigrante, herdeiro da tradição européia de luta política, veio modificar o seu panorama político. Esta nova camada deve ter sido, em grande parte, a responsável pelas revoltas e pela vaga de agitação que sacudiram o mundo rural paulista nas primeiras décadas do século. Tais movimentos parecem traduzir uma atitude política de contestação embrionária e paroquial, voltada primordialmente contra os centros locais de poder (a fazenda e o município). Alguns fatores podem explicar a germinação dessa modalidade de cultura política entre os imigrantes sediados na zona rural. Em primeiro lugar, o seu isolamento em unidades fechadas e auto-suficientes como as fazendas, aliado ao baixo grau de desenvolvimento das comunicações, impedia que o seu potencial de revolta fosse canalizado para movimentos contra o sistema político nacional: não só a ligação entre trabalhadores rurais e urbanos era difícil, como também a própria ligação entre trabalhadores das diferentes fazendas e áreas do complexo cafeeiro. Por outro lado, o sistema político nacional, seguro da inesgotabilidade das fontes externas e internas de mão de obra para o trabalho nos campos, mostrava-se surdo às reivindicações mais modestas (econômicas, educacionais) egressas da área rural (para não falar nas reivindicações propriamente políticas, insuscetíveis de serem aceitas, dada a condição de estrangeiros dos seus formuladores). Assim, o não-atendimento das demandas dos trabalhadores estrangeiros da zona rural (1) impediu a sua integração (ainda que a título precário e em posição de subordinação) ao sistema político. Porém, as suas condições de vida (isolamento, falta de comunicações) impediram que o seu potencial de revolta se cristalizasse numa orientação política de negação ao sistema político global (2).

(1) - Não queremos dizer que êsses trabalhadores tivessem efetivamente formulado reivindicações ao sistema político nacional; porém as suas demandas potenciais poderiam ter sido captadas pelo sistema (evidentemente, elas existiam apenas, essa camada social não apresentava condições, pelos motivos já expostos, de formulá-los adequadamente com relação ao sistema nacional).

O exame do mundo social urbano nos leva à análise do comportamento de três grupos sociais: o empresariado industrial, a classe operária e as camadas médias urbanas. As relações peculiares do grupo industrial com o sistema político e as oligarquias serão estudadas no capítulo seguinte. Já a situação política do operariado na Primeira República atesta o caráter fechado do sistema político então em funcionamento. Vivendo em péssimas condições (salários, alimentação, moradia, horas de trabalho, higiene, etc.), viram as suas demandas sócio-econômicas serem reprimidas pelo governo e o problema operário ser tratado como um problema técnico-criminal. É verdade que, à medida que avançamos rumo à década de 1920, algumas concessões começam a ser feitas, sobretudo por obra das dissidências oligárquicas, que passam a agitar problemas trabalhistas nas suas campanhas eleitorais, conscientes de que a abordagem humanista da questão operária (progressivamente mais grave, em razão do crescimento do setor industrial e do operariado) poderia sensibilizar alguns setores das populações urbanas. Contudo, a mentalidade dominante, com relação ao problema, é aquela expressa na famosa frase de Washington Luís ("A questão social é um problema de polícia"). Somente após 1930, o operariado terá as suas demandas potenciais parcialmente atendidas (e frustradas), sendo, assim, integrado (ainda que de modo paternalístico, e não como um verdadeiro agente político) ao sistema político (3). Aos operários da Primeira República restará, assim, o desenvolvimento de uma atitude contestatória global, facilitada pelo teor monolítico da dominação oli-

(2) - Estas observações não passam de hipótese, não tendo um cunho taxativo, já que a bibliografia existente faz poucas referências ao problema das revoltas rurais na Primeira República.

(3) - Convém reconhecer que ao sistema político em funcionamento depois de 1930 era mais fácil a elaboração de uma solução assistencial para o problema operário, já que:

a) foi se modificando, gradativamente, a composição social do operariado. Se, nas primeiras décadas do século, o proletariado urbano era composto, predominantemente, de indivíduos de origem estrangeira, a partir da década de 1920, por vários motivos (estancamento da fonte italiana de mão de obra com o advento do fascismo, migrações internas devidas a secas, crises da agricultura, fascínio pelo nascente estilo de vida urbano), os nacionais representarão proporções cada vez maiores dessa camada social. Evidentemente, nes

gárquica (que impediria o funcionamento prático ou mesmo a existência de partidos não-oligárquicos), pela privação do direito de voto e da elegibilidade aos estrangeiros (que ainda constituíam grande parte do operariado), pela sua familiaridade com as tradições políticas européias. Daí o surgimento de partidos socialistas e de movimentos anarco-sindicalistas, que viverão numa situação de clandestinidade (ou semi-clandestinidade) (4).

Portanto, com relação a uma parcela ponderável das populações urbana e rural (operariado, massas agrárias), o sistema político da Primeira República permaneceu absolutamente fechado. Cabe, agora, averiguar se o mesmo ocorreu com relação às camadas médias urbanas ou se, ao contrário, estas promoveram (ou foram "beneficiárias" de) sua integração (5) no sistema político brasileiro; e, em caso positivo, impõe-se apurar o grau e a modalidade dessa integração (6).

Um indício de que as camadas médias urbanas não teriam sido totalmente marginalizadas do processo político é a sua participação nos eventos que culminaram com a Proclamação da República. Como mostra Maria Isaura Pereira de Queirós (7), as elites rurais congregadas em diferentes regiões econômicas desejavam, nos fins do século XIX, a descentralização do regime, ainda que dentro dos quadros do regime imperial. As unidades agro-exportadoras mais poderosas (principalmente a cafeicultura paulista), sobretudo, aspiravam a um grau de autonomia que lhes permitisse a resolução, sem a mediação (morosa e ineficiente) do Poder central, dos seus problemas mais prementes: aliciação de mão de obra, construção de uma infraestrutura de serviços, estabelecimento de esquemas de comercialização, distribuição e financiamento, etc., todos êlos a exigir uma articulação imediata e eficaz com os centros internacionais. Em suma, nos grupos mais dinâmicos da camada dos grandes proprietários rurais interessava, mais que nada, a Federação, fôsse ela dada à luz pela monarquia ou instaurada através da vitória do movimento re

(cont.) sa mudança, as atitudes agressivas anti-capitalistas foram substituídas por comportamentos submissos, predispostos à aceitação de políticas paternalistas, quer ao nível da empresa, quer ao nível da sociedade política.

b) o ininterrupto êxodo rural criou um abundante reservatório de mão de obra nas cidades, o que desvalorizou o trabalho industrial e obstruiu o desenvolvimento de atividades sindicais e reivindicatórias.

publicano. Por outro lado, desprovida de vocação suicida, a monarquia, na década de 1880, esforçava-se por realizar aquelas concessões que impedissem a sua derrocada definitiva. Noutras palavras, o governo imperial procurava atender aos reclamos descentralizados da vanguarda rural, a fim de impedir o crescimento da agitação republicana (lembramo-nos de que o Gabinete Ouro Preto preparava uma reforma política em que tudo se daria aos republicanos, exceto a escolha, pela via eleitoral, do chefe supremo da Nação; por exemplo, a autonomia dos municípios e províncias, através da eleição - e não mais nomeação pelo Poder central, dos administradores municipais e dos presidentes das províncias). Contudo, a presença nova das camadas médias urbanas no cenário social brasileiro veio dar uma nova dimensão à agitação republicana, inicialmente de responsabilidade predominante da vanguarda cafeeira (8). É que, se o universo ideológico (república, democracia, federação) criado pelos grupos rurais ascendentes engolfou as camadas médias urbanas, estas, posteriormente, tenderam a autonomizar e radicalizar o seu comportamento e passaram à apologia das instituições republicanas, dando ênfase não à necessidade da descentralização, mas sim à imperatividade da não-vitaliciedade das funções (9). Assim, a participação dos setores médios no movimento republicano adquiriu, a partir de um certo momento histórico (década de 1880), uma dinâmica própria e terminou por inviabilizar o desenvolvimento, por parte do Poder imperial, de uma política de concessões que, introduzindo gradativamente o federalismo no país, levasse à reabsorção os grupos rurais mais dinâmicos no sistema político monárquico.

(4) - É verdade que uma política repressiva existiu (exemplo: a expulsão sumária do país de todos os trabalhadores estrangeiros considerados agitadores); contudo, ela poderia ter sido mais violenta, não fôra o fato de o movimento operário, naquele momento histórico, assemelhar-se a uma pequena ilha no oceano agrário que constituía o Brasil (mais de 80% da população vivia no campo, estritamente controlada pelos "coronéis"). Aliás, é curioso e (aparentemente) paradoxal que a virulência operária tenha atingido o seu ápice, na História do Brasil, nos primórdios da gustação de uma civilização industrial.

(5) - Por integração, entendemos a legitimação, pelo sistema político, da participação política de um grupo social, ou melhor, o reconhecimento do seu direito de influenciar, de alguma forma, o proces-

Mais especificamente, foi um segmento desses setores médios, o grupo militar (alta oficialidade), o grande responsável pela derrubada das instituições imperiais e pelo advento da República (10). Todavia, o fato de um dos seus segmentos ter participado ativamente do processo de mudança de regime não nos deve levar à conclusão de que as camadas médias urbanas (ou o grupo militar) tenham, por consequência, conquistado uma posição nuclear no sistema político em funcionamento até 1930. As elites rurais queriam a Federação, ganharam a República; isto é, saberão utilizar eficazmente e em seu proveito as instituições para cujo advento contribuíram apenas em parte.

Antes, porém, de aferirmos o grau de integração das camadas médias urbanas no sistema político da Primeira República, gostaríamos de recordar a hipótese diretriz de nosso trabalho, estabelecida na Introdução. Dissemos que as camadas médias urbanas só teriam uma verdadeira participação no processo político (ou seja, como uma força política real e autônoma, e não como um agregado inerte a reboque de outros grupos sociais) se se convertessem no agente sustentador de um projeto político que harmonizasse a defesa dos seus verdadeiros interesses (isto é, interesses coletivos, de longo prazo, e não, interesses meramente individuais e imediatos) com a promoção dos interesses de grupos ascendentes na comunidade brasileira. Naquêle momento histórico, o projeto político mais suscetível de preencher tais condições era o projeto de industrialização de uma sociedade tipicamente agrária, que, contava, entretanto,

(cont.) se de tomada das macro-decisões. A esse respeito, consultar Gino Germani, Sociología de la modernización, Ed. Paidós, Buenos Aires, 1969, Capítulo II, "La movilización social y sus conflictos".

(6) - Existem diferentes graus e modos de integração no sistema político, na medida em que os diferentes grupos sociais influenciam com intensidade e de maneira variáveis o processo de tomada das grandes decisões políticas. Por exemplo, o atendimento a reivindicações econômicas difusas, partidas das massas urbanas da periferia capitalista, por elites governantes de estilo populista revela uma integração bastante precária; embora as massas, nesse caso, estejam influenciando, de uma certa forma, o processo de elaboração das macro-decisões, a sua situação se aproxima dos limites do sistema político. Já em sociedades cindidas e politizadas como a Itália,

com um embrião de mercado interno e com uma capacidade considerável de geração de um excedente econômico; a realização concreta de um projeto semelhantes levaria, por um lado, a uma expansão do terciário urbano (com ampliação dos quadros técnicos e valorização do trabalho intelectual) e, por outro, à criação de uma nova classe social (um empresariado industrial provavelmente mais ativo e organizado que aquele surgido das franjas do complexo agroexportador) e à elevação, no médio prazo, do padrão de vida e do nível de consumo das massas. Projeto ao mesmo tempo "particular" e "universalizante", oferecia nos setores médios urbanos a possibilidade de desempenho de um papel verdadeiramente histórico no desenvolvimento da comunidade brasileira.

A questão que deve ser colocada, neste ponto da exposição, é: poderiam as camadas médias urbanas ser integradas ao sistema político existente através da sustentação/realização concreta desse projeto? Ou, ao contrário, existiria uma incompatibilidade entre a vigência de um sistema político oligárquico e o projeto industrializante?

(cont.) Na França e o Chile, é maior o grau de integração do operariado urbano, já que a sua presença e o seu peso não podem ser ignorados, mesmo quando partidos operários não detêm o Poder. Assim, ao nível teórico, poderíamos construir um "continuum" à base de graus diferenciais de integração dos grupos sociais no sistema político: no limite inferior, estaria aquele grupo social marginalizado do sistema político e, no superior, aquele que estivesse situado no núcleo do sistema político, o Poder.

(7) - Consultar Maria Isaura Pereira de Queirós, ob. cit.

(8) - O Partido Republicano Paulista, fundado em 1873, era integrado, predominantemente, por lavradores ligados à cafeicultura.

(9) - O exame da biografia de alguns líderes republicanos pode ser instrutivo a esse respeito. Por exemplo, Silva Jardim, um típico representante da camada média "destituída", estava ligado por laços familiares a um membro do Partido Liberal, Martin Francisco, seu sogro. Ligado familiar, afetiva e mesmo economicamente a um clã aristocrático, Silva Jardim, a princípio viveu no mesmo universo ideológico liberal e progressista (porém, monárquico) do seu sogro, para depois radicalizar progressivamente o seu comportamento político e terminar por engrossar a corrente mais intransigente (ou "esquerdista") do movimento republicano. Este percurso psicológico de

A nosso ver, a intenção de realização de um projeto de industrialização, naquele período histórico, configurava um objetivo nitidamente extra-istêmico. Ou seja, nenhum grupo social poderia pretender a sua integração ao sistema político oligárquico através da sustentação de semelhante projeto. A realização de um leque de investimentos (constituição de uma nova infraestrutura de serviços, não mais ligada à comercialização de produtos primários, indústria pesada) que superasse a morosidade natural de um processo espontâneo de nascimento de indústrias, acelerasse a urbanização e proporcionasse, no médio prazo, um aumento do nível de consumo das massas (pela via da incorporação progressiva das populações rurais à economia de mercado, com conseqüente aumento da produtividade do trabalho na economia global) só seria viável, através do surgimento de um Estado industrializante. Ou seja, seria necessário que o próprio Poder se antecipasse às iniciativas de alcance limitado dos pequenos industriais, invertendo a seqüência industrial, por muitos teóricos e durante muito tempo, considerada "inevitável" para os países teóricos e durante muito tempo, considerada "inevitável" para os países subdesenvolvidos (isto é, a seqüência "indústrias leves → indústria pesada") (11). Ora, tudo isto não seria possível sem o desafio a duas "instituições" consideradas intocáveis pelas oligarquias: o rateio dos instrumentos de política econômica entre os Estados e a União, e o modelo "agrário-fiscal" de política econômica. Para que pudesse reorientar a economia, canalizando o ex-celente gerado pelo setor agroexportador para a indústria de base, o Estado deveria se assenhorar das fontes mais copiosas de captação de recursos financeiros, promovendo, por exemplo, uma centralização do sistema tributário (um imposto tão rentável como o imposto sobre as exportações teria de passar à União, não só para subtrair recursos tão vastos - como os gerados pela economia cafeeira - aos grupos oligárquicos, agraristas e antiindustrialistas, como

(cont.) ve ter sido realizado por não poucos membros das camadas médias urbanas. A esse respeito, consultar Maurício Vinhas de Queiroz, Paixão e morte de Silva Jardim, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.

(10) - Voltaremos, no quinto capítulo, ao problema da participação do grupo militar no golpe republicano, para mostrar que, além da sua inserção no universo ideológico em que coexistiam, nos fins do século XIX, elites rurais e camadas médias urbanas, os militares

também para permitir uma alocação mais livre dos fatores pela economia nacional e, conseqüentemente, a criação de "polos" de desenvolvimento). Por outro lado, a política tarifária, que teve, durante quase toda a Primeira República, um sentido eminentemente fiscal (isto é, um sentido de captação de meios financeiros necessários ao pagamento da permanente e sempre crescente dívida externa, provocada - mais ou menos diretamente - pelo próprio funcionamento da economia agro-exportadora), deveria obedecer a orientação deliberadamente protecionista, de cobertura às indústrias nacionais e ao mercado interno. Evidentemente, modificações de política econômica como as sugeridas acima (e não seriam as únicas) jamais seriam admitidas pelos grupos oligárquicos hegemônicos, já que o próprio advento da Federação tinha sido defendido, pelos grupos rurais mais dinâmicos, como a condição para uma descentralização da política econômica e, conseqüentemente, para uma contribuição mais eficaz do Estado às economias primário-exportadoras regionais. Assim, se as camadas médias urbanas se propusessem a realizar semelhante projeto, teriam de deslocar as oligarquias agrárias do Poder pela força, já que a via eleitoral estaria absolutamente fechada a um partido com tal programa. Ou seja, para realizar objetivos extra-sistêmicos, as camadas médias urbanas teriam de recorrer a um instrumento extra-sistêmico, qual seja, a violência empregada no plano nacional. Entretanto, alguns fatores concorreram para que as camadas médias urbanas deixassem de agir em favor dos seus interesses de longo prazo e das aspirações ascendentes da comunidade nacional, e renunciassem à tarefa histórica de destruição do sistema político oligárquico pela violência, como condição da instauração de um Estado industrializante. Em primeiro lugar, as já citadas heterogeneidades (quanto à origem, racial, profissional) e a insignificância numérica construíram uma poderosa barreira à unificação dos setores médios urbanos em torno de um projeto coletivo. Todavia, o nascimento destas camadas como um grupo "para si" poderia ocorrer se algum segmento seu, por razões específicas, inerentes à sua própria condição e situação no conjunto da sociedade, pudesse funcionar como um verdadeiro centro de agregação de interesses e chamar os demais setores para a defesa de um projeto como o mencionado. Nesse caso, tal segmento, como vanguarda política e represen-

(cont.) tinham razões particulares, inerentes à sua categoria profissional, para a adoção de uma atitude anti-monárquica.

tante das camadas médias urbanas, agenciaria o emprêgo da violência destruidora da dominação oligárquica. A oficialidade ostentava, em princípio, condições de desempenho de tal papel. Em primeiro lugar, tratava-se de um grupo que, em várias oportunidades (exemplos: décadas de 1880 e 1910), viu-se submetido a um processo de perda de "status" e de subestimação da sua qualificação profissional, e que poderia levá-lo a uma atitude anti-sistêmica, como modo de afirmação da sua dignidade social e profissional (12). Por outro lado, a sua proximidade, física e funcional, do Poder lhe permitia, mais que aos outros grupos médios, visualizar as potencialidades do Estado enquanto agente orientador/organizador da economia e da sociedade. Finalmente, o fato de contar com a força armada lhe facilitava a tarefa da derrubada, pela violência, do sistema oligárquico. Contudo, como veremos mais detidamente no quinto capítulo, isto não ocorreu. Ou melhor, o grupo militar não se constituiu no representante das camadas médias urbanas, já que em nenhum momento da Primeira República desenvolveu uma política orientada para a defesa dos verdadeiros interesses dessas camadas. É verdade que esse grupo empregou politicamente, sobretudo na década de 1920, um recurso extra-sistêmico (a violência contra o sistema nacional); contudo, colocou-o a serviço de objetivos intra-sistêmicos(13).

Se as camadas médias urbanas não puderam, pelos motivos mencionados, desempenhar o papel de agente contestador do sistema oligárquico, é de se supor que tenham alguma forma de integração ao sistema político, já que a marginalidade pura e simples (isto é, uma situação política similar à de operariado urbano e das massas rurais) era inaceitável para tais grupos, encarados no seu conjunto.

(11) - Não estamos, obviamente, referindo-nos a um Estado socialista e a um modelo de desenvolvimento do tipo soviético, mas sim a um tipo de organização política e a um padrão de industrialização mais próximos daquêles instauradas no Japão logo após a Revolução Meiji, em 1868. Nesse caso, um Estado capitalista inventou o padrão clássico (inglês) de desenvolvimento, dando prioridade (ainda que por motivos militares) à indústria de base. Curiosamente, há uma semelhança entre os movimentos que culminaram com o início da Era Meiji (Japão) e o advento da República (Brasil): ambos foram liderados por grupos sociais em processo de perda de "status" (samurais e alguns grupos aristocráticos, no caso japonês; o grupo militar, no caso brasileiro).

Quais foram, então, o grau e o modo de integração obtidos pelos setores médios urbanos? Aqui, novamente, as heterogeneidades provocaram diferenças significativas. A nosso ver, os baixos setores médios formularam, no período, predominantemente, demandas de cunho econômico, semelhantes àsquelas sustentadas pelo operariado urbano (melhores salários, redução dos alugueis e do preço dos gêneros de primeira necessidade, etc.) (14). Entretanto, se para essa classe social (ou, pelo menos, para grande parte dela), tais reivindicações constituíam uma etapa da luta mais ampla contra a própria organização capitalista da produção, para os assalariados mais modestos do terciário urbano elas esgotavam tôdas as aspirações possíveis. Pode-se especular sôbre as razões da ausência de demandas prôpriamente políticas (= reivindicação do direito de participar, de alguma forma, do jôgo político dominante) ao sistema político, bem como sôbre o não-desenvolvimento de uma cultura política contestatória entre os componentes destas camadas médias mais baixas. Se, por um lado, o padrão de vida e o nível salarial os aproximavam do operariado urbano, por outro, a sua condição de trabalhadores de escritório e a sua dignidade de "colarinhos brancos" os impediam de se identificarem, ideolôgicamente, com partidos operários altamente contestadores. Mas a sua estranheza diante dos mecanismos do Estado Nacional (em razão do seu baixo nível cultural) e o fato de se situarem socialmente à distância dos grupos oligárquicos contribuíam para a frustração, no nascedouro, de eventuais reivindicações de participação no processo político-partidário. Dêsse modo, a prática política dos baixos setores médios limitava-se à formulação, mais ou menos vaga e difusa, de reivindicações econômicas dificilmente atendidas pelo Poder. Emanadas de setores com baixo prestígio social (por razões como a sua proximidade, em termos de padrão de vida, do operariado, o seu nível salarial modesto, o caráter subalterno das suas funções, a sua origem), tais demandas punham em cheque a orientação fundamental da política econômica oligárquica, fundada nas desvalorizações cambiais e na emissão exagerada (sobretudo no período 1914-1923) de meios de pagamento, com finalidades creditícias. Junte-se a tais fatores o teor pouco organizado dessas reivindicações e ter-se-á o motivo da pouca atenção do Poder para com estas manifestações. Assim, podemos dizer que as baixas camadas médias permaneceram semi-marginalizadas do sistema político da Primeira República, isto é, que o seu

grau de integração foi quase nulo, apenas um pouco maior que aquele logrado pelo operariado urbano.

Já os altos setores médios, por sua situação (nível cultural superior, relacionamento pessoal, social e familiar com as oligarquias), encontravam-se mais familiarizadas com o Estado e com a atividade política. Mais credenciados, portanto, para a formulação de demandas especificamente políticas, tais setores poderiam ter obtido a sua integração mediante a constituição de um partido político que, pelo seu programa e métodos de ação, fôsse plenamente incorporável ao jogo político oficial. Aqui, pensamos no modelo de integração das camadas médias, realizado concretamente, a partir de fins do século XIX, em países com a Argentina e o Chile. Neste casos, os setores médios urbanos encontraram a sua organização política em partidos que, por não estarem orientados nitidamente por objetivos extra-sistêmicos e anti-oligárquicos (exemplo: a constituição de um Estado industrializante), podiam ser incorporados ao jogo político oligárquico. Assim, na Argentina, a União Cívica Radical levou Yrigoyen à presidência, através de eleições, em 1916; no Chile, a Aliança Liberal colocou Arturo Alessandri na presidência, em 1920. Evidentemente, a "ascensão" política das camadas médias só era tolerada pelas oligarquias na medida em que as mesmas compreendessem quais os limites de sua atuação (e, na verdade, os integrantes da camada média urbana que ascendiam ao Executivo nacional pela via democrático-eleitoral tinham, sempre, a sua ação tolhida por Legislativos de composição nitidamente oligárquica).

(12) - Lembremo-nos, a êsse respeito, do desprezo com que as oligarquias encaravam o grupo militar. O "civilismo" dos setores oligárquicos teve um nascimento prematuro, ou seja, ainda no período de consolidação da República (1889-1894); contudo, tal atitude não se amenizou depois, tornando-se, assim, permanente a situação de desprestígio do segmento militar no conjunto da sociedade brasileira.

(13) - Nesta observação, passamos por cima dos matizes do "tenentismo" e atribuímos-lhe, sumariamente, um sentido global. Procuraremos refinar essa visão no quinto capítulo, quando analisarmos mais detidamente o "tenentismo".

(14) - É verdade que o jacobinismo e o florianismo, movimentos de opinião pública de que devem ter participado os segmentos mais baixos das camadas médias do Rio de Janeiro, não se enquandram, aparentemente, nesta consideração. Como, entretanto, não temos elementos

Conseqüentemente, tais partidos, por aceitarem os quadros institucionais do regime, conseguiram apenas uma afirmação pálida dos setores médios no cenário social e a abertura de um sem-número de oportunidades individuais de ascensão, para tais setores, a postos políticos e altos cargos burocráticos (aliás, foi por essa via que, nesses países latino-americanos, o Estado se converteu numa agente da estratificação social e num foco de difusão de uma ideologia sôbre - isto é, que fala de - a classe média).

A nosso ver, êsse modelo de integração não se realizou no caso brasileiro. A Primeira República não testemunhou o nascimento de nenhum partido mais estritamente agregador das camadas médias urbanas e que, ao mesmo tempo, pudesse ser incorporado ao jôgo político oligárquico. Na verdade, os setores médios mais altos e tradicionais se dividiram entre a fidelidade às situações oligárquicas (o que permitiu a muitos dos seus membros a realização dos seus projetos individuais de mobilidade ascendente) e a militância ou apoio a partidos ou movimentos criados pelas dissidências oligárquicas na sua luta pelo Poder. Examinemos agora, mais detidamente, estas duas formas precárias de incorporação das camadas médias urbanas ao sistema político oligárquico.

para um juízo mais sólido sôbre tais fenômenos (ainda pouco estudados), preferimos considerá-los, provisoriamente, excepcionais e des-
tantes do comportamento mais regularmente desenvolvido pelos baixos
setores médios.

B. - A SUBORDINAÇÃO IDEOLÓGICA E POLÍTICA DAS CAMADAS MÉDIAS URBANAS ÀS OLIGARQUIAS

As camadas médias tradicionais viveram mergulhadas, durante toda Primeira República, no universo da ideologia dominante, o que facilitou a aceitação, em linhas gerais, da dominação oligárquica. As raízes desse "empréstimo" ideológico estão na própria situação de dependência familiar, social e econômica em que tais setores viveram com relação aos clãs aristocráticos rurais (1). Isto é, o liberalismo político e econômico, na forma em que era professado pelas elites rurais, acabou fornecendo as coordenadas do pensamento dos grupos médios e condicionando, desse modo, a sua atuação política(2).

Estudos mais antigos referiam-se ao positivismo como a ideologia política das camadas médias nascentes, nos estertores do século XIX. Entretanto, a rigor, não se pode dizer que o positivismo tenha funcionado como uma verdadeira ideologia política no Brasil da Primeira República, se por essa expressão designamos um sistema de pensamento cuja repercussão na sociedade global seja garantida pela sua aceitação por camadas mais ou menos amplas da população. Ora, a repercussão e a aceitação do positivismo na Primeira República foram bastante reduzidas (3): na sua forma mais ortodoxa e doutrinária (o positivismo "comtista"), foi cultuado por um punhado de intelectuais sem qualquer ligação com as forças políticas mais importantes dos fins do Império e começo da República; na sua forma mais livre, ganhou a adesão sobretudo de uma parcela do grupo militar (os jovens formados nas últimas décadas do século XIX pela Escola Militar. Os integrantes do primeiro grupo (denominado "apostolado positivista") pouca ou nenhuma influência tiveram nos acontecimentos políticos das primeiras décadas republicanas. A sua participação foi insignificante, inclusive, no período da agitação republicana, mesmo porque a sua aspiração máxima, no plano da política, era a instaurção de um regime laico e esclarecido (pela doutrina positivista), pouco importando se o mesmo assumisse uma forma democrática ou ditatorial (tal grupo chegou, inclusive, a visualizar a possibilidade de o Imperador se converter num "déspota esclarecido"). Já o segundo grupo, se teve um papel saliente na derrubada do regime imperial, posteriormente - ou seja, nos momentos de organização e consolidação do regime republicano - não conseguiu resistir ao ímpeto do avanço oligárquico no sentido de controlar o novo regime no seu nascedouro. Assim, as instituições republicanas foram moldadas, na sua maioria, pelas aspirações oligárquicas; poucas foram inspiradas pelo

pensamento positivista dos jovens militares (4).

Mas que forma assumiu o culto do liberalismo político, um produto da cultura europeia, pelos clãs aristocráticos rurais e pelos setores médios tradicionais? Elementos importantes da adaptação do liberalismo nos trópicos foram, sem dúvida, o elitismo e o civilismo.

Obviamente, uma concepção elitista da democracia liberal não foi prerrogativa exclusiva dos grupos dominantes latino-americano e brasileiro. A democracia censitária, um típico regime de proprietários, perdurou na maioria dos países europeus, durante grande parte do século XIX. Porém, a ascensão das massas europeias, a partir de meados do século XIX e através da constituição de partidos operários, obrigou os grupos dominantes a uma ampliação das bases dos sistemas democráticos e produziu avarias nas versões mais aristocráticas do ideário liberal. Assim, se uma concepção democrática elitista era absolutamente ineficaz e irrealista na Europa dos fins do século XIX, ela era bastante viável e menos chocante no Brasil agrário e aristocrático dos anos 1889-1930, quando as massas agrárias (pelo menos, 80% da população total), analfabetas e privadas de direitos políticos, viam-se, contudo, impossibilitadas de superar o estágio de absoluta incultura política e, conseqüentemente, a situação de completa marginalidade com relação ao sistema político. Evidentemente, a versão elitista brasileira da democracia liberal mascarava a discriminação sócio-econômica, subjacente ao modelo, com o véu de "desnível cultural": atribuíam-se às vontades individuais a responsabilidade pelos diferentes graus de instrução e, conseqüentemente, pelos diferentes níveis de participação no processo político. Assim, a democracia idealizada pelas oligarquias e pelos setores médios tradicionais era a democracia dos "homens cultos" e "homens de bem". Esta concepção não se chocava com a situação real das camadas médias tradicionais e "destituídas" no conjunto da so-

(1) - Não voltaremos, aqui, a evocar o processo histórico de constituição dessa dependência, já que a sua caracterização foi empreendida, em linhas gerais, no segundo capítulo deste trabalho.

(2) - Se a introdução do liberalismo no país deveu-se, em grande parte, à operação de um "feito-demonstração" político, que levou à difusão de uma cultura humanista nas cidades (através de escolas, universidades, centros culturais frequentados tanto por jovens aristocratas como por integrantes dos novos grupos urbanos), a forma de

cidade brasileira: cultos e refinados (frequentemente, tinham nível superior de instrução), por um lado, e ligados familiar e/ou socialmente aos clãs oligárquicos, por outro, os integrantes destas camadas dispunham de excelentes condições para vertiginosas carreiras políticas e burocráticas, sem que o apadrinhamento de algum "figurão" oligárquico lhes parecesse algo diferente de um prêmio às suas virtudes pessoais e ao seu alto grau de cultura e instrução. Assim, os esforços de mobilidade individual ascendente dos membros destas camadas eram facilitados pelas situações oligárquicas (que encontravam prepostos à medida para o desempenho de altos cargos políticos e burocráticos) e justificados, aos seus próprios olhos, pela necessidade imperativa de que os mais cultos e aptos assumissem a direção da sociedade brasileira. Eis porque foi grande o número de "apadrinhados" e "bacharéis", egressos dos setores médios tradicionais, a ocuparem altos cargos no Legislativo, Executivo e Judiciário.

Como vemos, os laços de dependência familiar, social e econômica, bem como a identidade ideológica forneceram as bases para o nascimento de uma atitude de fidelidade e expectativa positiva das camadas médias urbanas tradicionais para com as situações oligárquicas. Não é por acaso, por exemplo, que os batalhões patrióticos, organizados pela situação paulista para a defesa contra a revolução "tenentista" de 1924, se compunham de um número considerável de profissionais liberais e altos burocratas, de modo geral egressos dos setores tradicionais (5).

(cont.) adaptação dos princípios liberais à realidade brasileira foi plasmada pelas oligarquias rurais, em função do seu desejo de consolidação do seu domínio político, bem como das limitações, impostas pelas peculiaridades nacionais, à construção de um modelo político democrático.

(3) - Discutimos, aqui, a influência possível de positivismo nas duas primeiras décadas da República, pois é de consenso geral que a repercussão do positivismo não se estendeu para além desse momento.

(4) - Consultar, a respeito, Cruz Costa, Contribuição à História das

O civilismo, enquanto atitude de negação, ao grupo militar, do "status" de força política autônoma, teve origem nos momentos imediatamente posteriores à proclamação da República. Tendo sido a peça fundamental da derrubada do regime imperial, o grupo militar, uma vez no Poder (períodos de Deodoro e Floriano), procurou manter-se nele, mais por convicção da necessidade de um Poder forte para a consolidação do regime republicano e pelo instinto de conservação de uma posição adquirida, que pelo desejo de realizar um projeto político de transformação da sociedade. Contudo, êsse esforço militar de conservação do Poder encontrou a repulsa dos grupos oligárquicos civis que, já refeitos da surpresa provocada pelo golpe de 15 de novembro, procuravam moldar o novo regime à sua imagem. Vendo no Exército o seu grande antagonista potencial, as oligarquias desenvolveram uma concepção defensora da "volta dos soldados aos quartéis", que salientava o papel do militar como agente de execução das decisões emanadas de lideranças esclarecidas e civis, como mantenedor da ordem interna e da segurança das fronteiras. Tal concepção negava ao Exército o direito de intervir na arena política e não ser para manter ou restaurar uma ordem social em tudo favorável às oligarquias rurais, recusava-lhe a prerrogativa de atuar como força política independente das elites rurais e a serviço de um projeto político representativo de outros grupos sociais. A difusão dessa atitude antimilitar, pelas oligarquias, atingiu profundamente as camadas médias tradicionais: o seu civilismo e a sua permanente desconfiança para com o elemento militar contribuirão para a inexistência de laços programáticos e organizacionais entre os segmentos civil e militar das camadas médias urbanas.

Além do liberalismo político, também o liberalismo econômico das oligarquias agrárias foi transmitido aos setores médios tradicionais. O próprio fato de a vanguarda cafeeira ter mobilizado, a partir de 1906, a máquina estatal (primeiro, apenas os governos estaduais, depois também o governo da União) para a defesa dos seus interesses e para a manutenção da estabilidade da cafeicultura não fez esmorecer as suas convicções sobre os malefícios sociais de um Estado-interventor, orientador do processo econômico geral e suplementador da atividade econômica privada (a rigor, consideravam que o seu pragmatismo intervencionista não feria a pureza dos seus princípios liberais, já que êle era motivado por uma situação absolutamente peculiar - a crise eminente do setor produtivo responsável pe

la gestação da parcela dominante da Renda Nacional - a solicitar medidas também excepcionais da parte dos governos estaduais e nacional). Porém, êsse liberalismo teve de coexistir com o agrari-smo, ou seja, uma defesa intransigente da agricultura como a verdadeira criadora da riqueza nacional. "Slogans" de tom algo fisiocrático, como "O Brasil é um país essencialmente agrícola", foram moeda corrente na Primeira República, e intensamente consumidos pe los setores médios tradicionais. Além disso, o pensamento oligárquico conjugou não-intervencionismo e agrarismo numa crítica "spen ceriana" ao protecionismo industrial, tachando-o de medida incenti vadora das indústrias "artificiais" (isto é, ser base econômica re al: pouco produtivas e pouco eficientes, só poderiam crescer medi ante a eliminação forçada das concorrentes estrangeiras, através da política tarifária) (6). Assim, o antiindustrialismo surgiu co mo a outra face do agrarismo oligárquico (o que não quer dizer, co mo veremos no próximo capítulo, que houvesse uma incompatibilidade radical entre os interesses de fazendeiros e industriais). A simpa tia das camadas médias tradicionais para com esta versão oligárqui ca do liberalismo econômico tornou, como se pode depreender, pouco viável a sua adesão a um hipotético projeto industrialista, formu lado por outro grupo social, e absolutamente impossível a sua par ticipação, de modo ativo, na elaboração de um projeto semelhante.

Elitismo, civilismo, anti-intervencionismo, agrarismo, an tiindustrialismo: tôdas essas concepções contribuíram para vincular as camadas médias tradicionais às oligarquias (que souberam recom pensá-las, atribuindo-lhes a função de "guardião" e "fachada" do sistema político oligárquico) de modo mais efetivo, e para diminuir as possibilidades de um entendimento com outros segmentos e setores (grupo militar, empresariado industrial). Manipuladas pelas oligar quias e, portanto, precariamente integradas no sistema político oli gárquico, tais grupos apresentaram poucas condições para desenvolver uma atuação política realmente significativa e transformadora.

(cont.) Idéias no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1967, 2ª edição, Segunda Parte, capítulo 3, "O advento do positivismo".

(5) - Consultar, a respeito, Edgar Carone, A Primeira República, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1969, pgs. 86-88.

(6) - Lembremo-nos do "evolucionismo" econômico do Ministro Joaquim Murinho, agrarista intransigente que aplicava a noção de "seleção natural" ao processo de desenvolvimento industrial.

C. - AS CAMADAS MÉDIAS URBANAS COMO INSTRUMENTO POLÍTICO DAS DISSIDÊNCIAS OLIGÁRQUICAS.

O jogo político na Primeira República constituiu, "grosso modo", um debate entre as diferentes facções oligárquicas. Não havia diferenças substanciais entre os grupos situados no Poder e aqueles mantidos à sua margem: donos de uma mesma posição na sociedade, viviam no mesmo mundo ideológico e podiam, à vista disso, regulamentar os seus confrontos políticos através de normas de fácil aceitação comum. Como já frisamos anteriormente, havia inclusive um consenso, entre oligarquias situacionistas e oligarquias dissidentes, sobre o perigo do emprêgo da força armada como forma de resolução das suas dissonâncias, no plano nacional. Evidentemente, não estamos afirmando que êsse consenso fôsse explícito e tivesse se consolidado mediante um acôrdo formal entre as partes litigantes. É que, vivendo na mesma esfera cultural e aceitando o mesmo conjunto de valores, ambas pressentiam, intimamente, que a violência, empregada em escala tão ampla, podia escapar das suas mãos e colocar-se a serviço da luta antioligárquica e da reforma social. Tal temor, se em parte estava fundado na sua postura conservadora com relação aos problemas brasileiros, de outro lado provinha da sua desconfiança sobre a existência de tendências autonomistas e antioligárquicas entre os setores militares, que teriam, necessariamente e de alguma forma, de participar de uma disputa de cunho nacional (tal desconfiança tinha sido alimentada, principalmente, pelo comportamento do Exército no período de consolidação da República, de 1889 a 1894)(1). Por outro lado, admitir o emprêgo da força como método para a conquista do Poder significaria destruir, aos seus próprios olhos e nos olhos de parcela ponderável das populações urbanas (sobretudo as camadas médias), o mito da democracia representativa e revelar, assim, o teor altamente excludente do sistema oligárquico. Eis porque as oligarquias, situacionistas ou dissidentes, sempre hesitaram em empregar a violência em escala nacional: quando movimentos de tom ainda predominantemente oligárquicos, como a Revolução de 1930, a ela recorreram, tal se deveu, sobretudo, a iniciativa dos setores mili-

(1) - Já no plano regional, nem sempre a luta entre diferentes facções oligárquicas conferiu à força militar pública o papel de principal protagonista. Sobretudo nos Estados do Nordeste, os exércitos particulares de jagunços, recrutados pelos chefes oligárquicos nas

tares, conhecedores do seu potencial de força e dispostos a utilizá-lo, ainda que a serviço de objetivos não claramente antioligárquicos.

Se a violência parecia um recurso inutilizável, as oligarquias marginalizadas do Poder deveriam processar a sua luta no plano eleitoral. Como porém, vencer as eleições, se era exatamente a condição de facção situacionista que permitia a um grupo o emprêgo de recursos de manipulação eleitoral (falsificação das atas, reconhecimento dos diplomas, etc.) absolutamente eficazes e imbatíveis? Evidentemente, as dissidências oligárquicas, quando se apresentavam a uma disputa no plano nacional, contavam sempre com o apoio de um certo número de feudos regionais na área rural. Contudo, as cidades, como reserva eleitoral, atraíram crescentemente as suas atenções, já que:

I) a aceleração do processo de urbanização no Centro-Sul, a partir dos fins do século XIX, deixava entrever que as populações urbanas teriam um peso progressivamente maior no processo eleitoral;

II) as populações urbanas, sensivelmente mais instruídas que as do campo, conseguiam, em proporção muito maior, fugir à restrição constitucional da participação no processo eleitoral aos analfabetos;

III) a política do "voto de cabresto", fundada na existência do voto a descoberto, tendia, diferentemente do seu sucesso na área rural, a funcionar menos eficazmente na área urbana, em razão do nível mais alto de instrução dos votantes e dos laços menos sólidos e imediatos de dependência econômica, social e afetiva existentes entre patrões e empregados.

Dentro da massa eleitoral urbana, as camadas médias ocupavam uma posição privilegiada, pois, com relação aos outros setores sociais urbanos, uma proporção maior delas podia votar (número menor de estrangeiros, ineficácia da restrição aos analfabetos) e tinha condições de fazê-lo mais livremente (nível cultural mais elevado, crença na dignidade do exercício do direito de voto, etc.). Este fato sempre estimulou as dissidências oligárquicas da Primeira República à formulação de apelos simbólicos/ideológicos e programas eleitorais suscetíveis de serem consumidos pelos setores médios urbanos. Contudo, a sua própria condição oligárquica impedia-as de acenar com

(cont.) suas fazendas (a dominação econômica se convertendo, portanto, em instrumento de recrutamento militar), resolveram frequentemente as dissensões políticas, sem a necessidade de um apêlo às forças governamentais.

projetos de transformação sócio-econômica que favorecessem nos grupos médios e, eventualmente, a outros grupos sociais. Bastava-lhes analisar os sentimentos humanistas e liberais de tais grupos através de programas que reivindicassem a realização prática dos princípios democráticos contidos na Constituição de 1891. A rigor, esta era a única crítica que as dissidências oligárquicas podiam fazer aos grupos situacionistas: a de se perpetuarem no Poder, utilizando, para tanto, recursos contrários à pureza dos ideais democráticos. Eis porque os seus programas eleitorais enfatizam a necessidade de purificação dos costumes políticos e apontavam alguns remédios contra o desvirtuamento oligárquico, como por exemplo a introdução do voto secreto e do registro eleitoral. Convém, entretanto, notar que esta apologia de um aperfeiçoamento das instituições democráticas e da regeneração dos costumes políticos, através da neutralização dos expedientes oligárquicos, não se ligava a uma intenção mais profunda de ampliação das próprias bases da democracia brasileira, de sua conversão, de uma "democracia de participação limitada", oligárquica e elitista, numa "democracia de participação ampliada ou total", aberta e popular (1). A esse respeito, é sintomático que nenhum dos grandes movimentos ou partidos dissidentes - por exemplo, a Campanha Civilista de 1910, as Ligas do período da Primeira Guerra Mundial, o Partido Democrático Paulista (1926) e a Aliança Liberal (1930) - tenha defendido, nos seus programas, o fim da restrição ao voto de analfabeto (2). Ou seja, as dissidências oligárquicas procuravam democratizar o sistema político apenas na medida necessária à ampliação das suas possibilidades de ascensão no Poder. Essa ausência de radicalismo do seu projeto "democratizante" não se chocava com os anseios das camadas médias urbanas; ao contrário, fazia um casamento perfeito com as concepções políticas alimentadas pelos setores mais atentos destas camadas, isto é, os grupos tradicionais. Impregnados de uma cultura política elitista, os setores "destituídos" se sentiam atraídos por essa reivindicação, oligárquica e pouco radical, de democratização do regime político brasileiro. Eis porque parcelas ponderáveis e nomes ilustres dos setores médios tradicionais passaram a engrossar, desde os inícios da República, as fileiras dos movimentos e partidos dissidentes. Aliás, não é por acaso que São Paulo se converteu num foco per-

(1) - Tais conceitos são utilizados por Gino Germani, em Política y sociedad en una de transación, Ed. Paidós, Buenos Aires. Consultar, por exemplo, o capítulo VIII.

manente de dissidências: as suas oligarquias eram não só extremamente combativas, como também encontravam numa extensa camada "des_{tituída}" (a mais importante que se formou no Brasil da Primeira República) os quadros e a base social de apoio para os partidos dissidentes. Estes setores tradicionais se indignavam com o fato de "os mortos votarem", mas se esqueciam de que a maior parte dos indivíduos vivos (isto é, os analfabetos) estava privada do direito de voto; esta mentalidade os converteu num instrumento do ataque movido aos bastiões oligárquicos pelos grupos dissidentes.

Porém, a sustentação de um programa de regeneração democrática era a única diferença entre os movimentos dissidentes e as situações oligárquicas. Quanto ao mais, os seus programas eleitorais pouco diferiam, já que inspirados por uma mesma visão da sociedade brasileira: o civilismo, o agrarismo, o anti-proteccionismo e o anti-industrialismo permearam, em maior ou menor grau, de maneira mais ou menos atenuada, a maior parte das manifestações oligárquicas.

Por exemplo, a Campanha Civilista de 1910 era considerada, por alguns dos seus mais proeminentes defensores (3), um Partido Conservador, cuja obrigação era defender o aprimoramento da democracia, através da proposição de medidas como a introdução do voto secreto e a criação dos registros eleitorais, sem contudo cair num "liberalismo exaltado". Agraristas, consideravam que o nosso "futuro industrial está mais na indústria agrícola" (4); antiprotecionistas, entendiam que "...o sistema protecionista (foi) levado às raias extremas. Nas finanças já vai se substituindo lastimosamente o artificial pelo natural" (5). Civilistas, opunham-se a candidatura de um militar à presidência da República, embora soubessem que o Marechal Hermes, mais que o representante de segmentos militares de inclinações antioligárquicas e radicais, era o porta-voz da facção oligárquica chefiada por Pinheiro Machado. Numa visão retrospectiva, podemos compreender que praticamente nada distinguiu os "civilistas" dos "hermistas", a não ser o fato de os segundos sustentarem uma candidatura situacionista e os primeiros terem de combatê-la mediante a denúncia dos expedientes oligárquicos de perpetuação no Poder. Inclusive, os adeptos de Hermes eram tão antimilitaristas quanto os partidários de Rui. A candidatura do Marechal nunca foi vista como a possibilidade de ascensão real dos grupos militares - isto é, de forma autônoma, não mais a serviço das oligarquias - na arena política. Nesse caso, o antimilitarismo dos "civilistas" exprimia, menos que uma indignação e um temor reais, o seu de

sejo de encontrar bandeiras simbolicamente poderosas para uma campanha que visava persuadir as populações urbanas, sobretudo as camadas médias, da necessidade de condenação, pelas urnas, dos desmandos da facção oligárquica no Poder.

O Partido Democrático Paulista, cuja atuação teve relêvo entre 1926 (ano de sua fundação) e 1932 (ano da Revolução Constitucionalista), congregou de forma perfeita as dissidências oligárquicas, ligadas à cafeicultura, e os setores médios tradicionais. Todos os componentes ideológicos encontrados nos movimentos dissidentes anteriores se repetem aqui. A defesa de medidas regeneradoras do processo eleitoral (voto secreto, universalização do alistamento, da apuração e do reconhecimento, etc.) atenua, porém não neutraliza uma visão ainda essencialmente elitista da política. Agraristas (grande parte da cafeicultura paulista se achava congregada no Partido Democrático), os "democráticos" não lograram atrair para o seu movimento os industriais (em geral, ligaram-se ao Partido Republicano). O seu civilismo foi, por outro lado, responsável, em grande parte, pela sua hesitação em estabelecer contactos com os setores militares (além da razão mais geral, já apontada, de temor oligárquico ao emprêgo da violência).

Deve-se observar que as dissidências oligárquicas não conheceram sucessos retumbantes através da participação no processo eleitoral. Muito bem sucedidos foram os seus esforços de recomposição com as facções no Poder (exemplo: os paulistas, chegando a um acôrdo com o bloco situacionista liderado por Pinheiro Barchado, a propósito da sucessão de Hermes da Fonseca). Evidentemente, os meios políticos tradicionais (as composições, os couchavos) teriam de se converter em instrumentos de utilização rotineira das dissidências, já que, por um lado, recusavam-se a empregar a violência no plano nacional e, por outro, não podiam ser bem sucedidos em provas eleitorais controladas com mão de ferro pelos grupos situacionistas. Na verdade, a Aliança Liberal foi o grupo dissidente a obter a maior vitória no plano nacional, através do movimento revolucionário de 1930. Entretanto, se esta foi a primeira vez que um movimento dissidente utilizou a força armada em escala nacional, tal se deveu à intervenção do grupo militar, cuja atuação, a partir de um certo momento, ganhou dinâmica própria e arrastou os tímidos (porque conservadores) setores oligárquicos para um confronto direto e violento com a facção no Poder.

Esse permanente debate entre as diferentes facções oligárquicas polarizou a vida política da Primeira República. Elas camadas médias urbanas, não tendo, para propôr à comunidade brasileira, nenhum projeto político que justificasse a sua presença como força política autônoma, no cenário nacional, acabaram por colocar-se a serviço dos grupos oligárquicos situacionistas e dissidentes. Nenhuma contradição existiu nessa fidelidade alternada a grupos no Poder e a facções situadas à sua margem, já que as oligarquias (situacionistas e dissidentes) e as camadas médias tradicionais viveram mergulhadas, pelos motivos já expostos, num mesmo universo ideológico elitista, civilista, agrário e antiindustrialista.

(2) - Recordemos que Rui Barbosa, o líder civilista de 1910, foi, desde o período imperial, um intransigente defensor da restrição ao voto do analfabeto, que inexistiu durante quase todo o Império, mais precisamente, até 1882 (quando a reforma eleitoral, em que Rui Barbosa teve influência decisiva, levou à exclusão dos analfabetos do processo eleitoral). Consultar, a respeito, José Honorário Rodrigues, Conciliação e Reforma no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1965, capítulos 1 e 2 da Parte II.

(3) - Por exemplo, José Feliciano de Oliveira, Notas Civilistas (reunião de artigos publicados no jornal "O Estado de São Paulo", de janeiro a março de 1910).

(4) - Consultar José Feliciano de Oliveira, ob. cit., pg. 48.

(5) - José Feliciano de Oliveira, ob. cit., pg. 98.

4. - AS RELAÇÕES ENTRE AS CAMADAS MÉDIAS URBANAS E O EMPRESARIADO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A. - A PASSIVIDADE POLÍTICA DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL. AS DIFICULDADES DE UM "INDUSTRIALISMO".

Neste capítulo, visamos apurar se o empresariado industrial da Primeira República logrou algum grau de integração ao sistema político oligárquico ou se, ao contrário, desempenhou o papel de um verdadeiro agente do "industrialismo", assumindo as tarefas de urbanização da sociedade brasileira, de integração das massas à civilização industrial, de elevação e modernização do padrão de vida/consumo da população. Como já dissemos anteriormente, um projeto dessa ordem exigia a constituição de um Estado industrializante que, através de uma reformulação da política econômica, canalizasse o excedente gerado nos setores agrícolas mais prósperos para um programa de investimentos de base, maciços e antecipadores, e não meramente induzidos pelas oportunidades criadas por um mercado de consumo embrionário. Ora, não se poderia reformular radicalmente a política econômica do Estado (tôda ela voltada para a lubrificação da engrenagem primário-exportadora) sem alguma modificação profunda na estrutura do Poder. Nesta perspectiva, ou o grupo industrial obtinha algum grau de integração no sistema político existente (e, em tal caso, estaria renunciando ao papel de agente do "industrialismo"), ou se lançava à realização de um projeto coletivo de industrialização (e, nesse caso, teria de empreender um esforço de destruição do sistema político oligárquico). Se a primeira hipótese fôsse a verdadeira, estaria aberta a possibilidade para que as camadas médias urbanas, pelo fato de a industrialização propiciar, no longo prazo, a realização do seu interêsse de constituição de um terciário moderno, sensivelmente distinto daquele criado pela economia primário-exportadora, mais amplo e sofisticado, substituíssem aquêlê grupo na liderança de um projeto industrializante. Mas comecemos por analisar as possibilidades concretas de o grupo industrial converter-se, ao longo da Primeira República, no agente político da industrialização.

A forma de nascimento do setor industrial no Centro-Sul, a partir das últimas décadas do século XIX, explica em grande parte o seu comportamento político futuro e o teor das suas relações com as elites rurais. A nosso ver, o avanço da pesquisa histórica tornou insustentável a afirmação de uma incompatibilidade entre os interês-

ses econômicos imediatos de agricultores e industriais (1). Na verdade, o setor industrial nasceu no bôje da economia primário-exportadora mais próspera, isto é, a economia cafeeira, e a expansão desta sempre provocou uma ampliação das oportunidades industriais. Procuremos decompor êste enunciado e especificar quais as relações harmônicas que poderiam ter surgido entre os interesses dos dois grupos sociais.

Em primeiro lugar, a economia cafeeira gerou mercados consumidores para as indústrias nacionais: ao substituir o trabalho escravo pelo trabalho assalariado, criou extensos mercados rurais; ao determinar a necessidade de criação de um complexo de serviços, criou o consumidor urbano. É claro que, se os fazendeiros e as faixas mais altas do terciário urbano recorriam às importações para satisfazer a maior parte das suas necessidades de consumo, restavam por atender os segmentos mais baixos dos mercados rural e urbano. Ora, tais mercados só ofereciam oportunidades crescentes ao setor industrial quando a economia cafeeira se encontrava em expansão. As crises de superprodução do café e de queda dos seus preços no mercado internacional, provocando um recesso na atividade produtiva, levavam ao desemprego e à redução da massa de salários no setor rural. Não é por coincidência que, nesses momentos, as indústrias nacionais enfrentavam grandes dificuldades, a braços que estavam com uma sensível redução do seu mercado consumidor. Além disso, estas crises provocavam uma diminuição do montante de divisas gerado pelas exportações de café, o que fazia minguar os recursos à disposição dos industriais para aquisição de bens de capital e insumos no exterior. Assim, contrariamente ao que afirma a teoria dos "surto" industriais, não foram os colapsos do setor agro-exportador que ocasionaram a prosperidade industrial; ao contrário, o setor industrial nunca se desenvolveu de modo tão intenso quanto nos períodos em que o café brasileiro ostentava uma boa situação no mercado internacional (exemplo: o período 1906 - 1913).

Por outro lado, grande parte da indústria nasceu da necessidade de complementação às importações, ou seja, de acabamento final para certos produtos importados, antes que fôsses lançados no mercado (2). Assim, na primeira fase do desenvolvimento industrial brasi

(1) - Sobretudo, o original ensaio (já citado) de Warren Dean, A Industrialização de São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971.

leiro, o progresso das importações não era considerado pelos industriais como prejudicial à sua atividade. Aliás, essa ligação entre indústria e importação explica que muitos dos primeiros grandes industriais fôsem, concomitantemente, importadores e comerciantes (exemplo: o Conde Matarazzo). Por êsse motivo, mesmo quando não exerciam atividades complementares à importação, mas sim de competição a elas, não se importavam com o favorecimento ao produto estrangeiro, já que, sendo ao mesmo tempo industriais e importadores, "o que perdiam por um lado, ganhavam por outro" (expressão do próprio Matarazzo).

Mesmo medidas de política econômica voltadas, especificamente, para a satisfação dos interesses da cafeicultura acabavam por ser extremamente benéficas aos industriais. Por exemplo, a política emissionista que se prolongou de 1914 a 1923, se visava fornecer recursos financeiros, através do sistema creditício, ao setor cafeeiro, por outro lado, desvalorizando os preços internos, elevou os lucros das indústrias nacionais.

Essa ausência de uma incompatibilidade entre os interesses econômicos imediatos de fazendeiros e industriais permitiu uma certa (porém, não total) interpenetração entre os dois setores. Assim, muitos fazendeiros acabaram por estender as suas atividades ao setor industrial (por exemplo, as famílias Guinle, Rodrigues Alves, Prado). E, a inexistência de um antagonismo econômico imediato tornando possível (embora não obrigatório) o relacionamento social, foram frequentes os casamentos entre os membros dos dois grupos.

Portanto, o crescimento do setor industrial, na Primeira República, processou-se de um modo fácil e "oportunistamente". Isto explica, em grande parte, a passividade política do empresariado industrial no período. O setor cafeeiro, a partir dos fins do século XIX, só poderia sobreviver se construísse, rapidamente, uma visão pragmática e realista que lhe permitisse, inclusive, manipular a máquina estatal no sentido de postergar os efeitos das inevitáveis perturbações de mercado internacional (surgimento de novos concorrentes, crescimento meramente vegetativo da demanda de gêneros alimentícios, etc.).

(2) - Por exemplo, nos inícios do século XX, instalou-se em São Paulo uma fábrica (de tamanho e com um número de operários consideráveis) especializada na ondulação de fôlhas importadas de zinco. Unidades dêste tipo estavam em estrita dependência do sucesso das importações.

A necessidade levou, portanto, a vanguarda cafeeira a forjar um pensamento desenvolvimentista (ainda que limitado) e, orientado por êle, a participar do processo político a fim de converter o Estado num instrumento de manutenção da estabilidade econômica do complexo cafeeiro. Já a facilidade da implantação de indústrias, no período, foi fator preponderante no surgimento de um empresariado passivo, desorganizado e a ver no Estado um "Leviatã", um corpo estranho de quem se poderia obter favôres ou receber castigos (1). Assim, o processo de desenvolvimento brasileiro apresenta, dentre outras curiosidades, a de inverter a distribuição clássica (isto é, europeia) dos papéis por entre os atôres sociais: enquanto a aristocracia rural apresentou-se, a partir dos fins de século XIX, como um grupo dinâmico e politizado, a nascente burguesia industrial fêz aparições fugazes e submissas no cenário político, contentando-se com uma atitude de objeto do paternalismo oligárquico pouco condizente com a sua condição de grupo ascendente na comunidade brasileira.

O comportamento dos industriais, na Primeira República, caracteriza-se por uma absoluta ausência de consciência de classe, de visão de conjunto dos problemas da indústria e de compreensão do papel histórico da industrialização numa sociedade agrária e periférica, como a brasileira. Essa inconsciência explica que se considerassem uma "classe conservadora". À rigor, nunca se comportaram como um verdadeiro grupo; a sua atividade se traduziu num sem-número de projetos individuais, isolados, sem qualquer grau de interpenetração. Expressões do seu comportamento individualista, antigrupal e antiindustrializante são as suas posições com relação aos problemas das tarifas alfandegárias e da criação interna de indústrias de base. Quanto à primeira questão, os industriais não chegaram à defesa do protecionismo como instrumento sistemático de aceleração do processo de industrialização. Na verdade, nada mais desejavam que tarifas alfandegárias que protegessem o seu produto, clamando contra as taxas aduaneiras quando elas oneravam os bens de capital e os insumos necessários à sua indústria. Essa posição, na sua essência, era antiprotecionista (já que implicava a proteção a um produto e liberd

(1) A nosso ver, e por razões que não podemos analisar aqui, essa alienação política do empresariado industrial brasileiro, traduzido na sua atitude de expectativa filial com relação à atuação do Estado, perdura até hoje.

de para todos os demais) ou, pelo menos, mais antiprotecionista que aquela adotada por governos federais tipicamente oligárquicos (como o de Campos Sales/Murtinho), que viam na aplicação global de tarifas alfandegárias uma função fiscal e arrecadatória (2). Com relação ao segundo problema, o caráter espontâneo do crescimento industrial na Primeira República (as indústrias de bens de consumo leves sendo, logicamente, as primeiras a surgir do bôjo da economia primário-exportadora) provocava os desejos de não-proliferação de indústrias de base, já que nenhum industrial se dispunha a um investimento maior, em nome do progresso da indústria nacional: preferia adquirir a sua maquinaria no exterior, a preços mais em conta e com a qualidade assegurada. Dêsse modo, os proprietários de indústrias leves mostravam sempre apreensão quando se esboçavam medidas de proteção (tarifas alfandegárias, isenções, facilidades) a fabricantes nacionais de equipamento similar àquele utilizado nas suas unidades produtoras. Como vemos, a ausência de uma visão sintética e prospectiva da realidade social, decorrente do próprio processo histórico de sua formação, condenava o empresariado industrial a um comportamento individualista e antiindustrializante (já que o prosseguimento do processo de crescimento industrial, com a chegada a etapas mais ambiciosas - a indústria de base - parecia-lhes inconveniente do ponto de vista dos seus interesses imediatos, e éstos eram os únicos que pautavam o seu comportamento).

Esse quadro geral explica a sua despolitização e o fato de jamais terem organizado um partido representativo dos industriais. Não identificando interesses de grupo, não poderiam se lançar à criação de organismos cujo objetivo primordial fôsse a tradução desses interesses numa ideologia e num programa, bem como a defesa desse programa na luta política. Convém, aliás, recordar que apenas em 1928 surgiu no Estado de São Paulo uma Associação especificamente industrial. Essa aparente politização se deve à estagnação industrial, iniciada em meados da década de 1920, como consequência da perda de posição do café brasileiro no mercado internacional. Contudo, a sua congregação numa entidade de cunho profissional (e não político) não foi suficiente para levá-los à superação das suas visões particularistas e pouco históricas dos problemas do setor industrial.

Renunciando ao papel de agente do "industrialismo", o grupo industrial garantiu para si a possibilidade de absorção pelo sistema político oligárquico. Mas como se processou essa integração?

Em função de seu comportamento, os industriais foram integrados ao sistema de forma precária e desprestigiada para o grupo. Adirindo ao quartel-general "oligárquico", o Partido Republicano Paulista, o empresariado de São Paulo não estava procurando influir na determinação das grandes linhas da política oligárquica, mas tão somente se situar em condições mais favoráveis à formulação de pedidos individuais, de favores estritamente pessoais (tarifas, isenções, créditos) nos representantes da situação oligárquica no Legislativo e no Executivo. Adotaram, assim, uma posição de submissão à oligarquia, aceitando um tratamento paternalista e condescendente que exigia, em troca de pequenas concessões individuais, a fidelidade às grandes diretrizes traçadas pela cúpula oligárquica. Seria impensável, por exemplo, uma crítica à estagnação tecnológica da lavoura e à baixa produtividade do trabalho rural, a despeito desses fenômenos impedirem o crescimento do mercado rural e estrangularem a oferta de insumos agrícolas ao setor industrial.

Porém, essa integração precária não se levou exclusivamente à passividade do empresariado industrial. Os partidos oligárquicos, situacionistas ou dissidentes, eram defensores intransigentes do agrarismo, encarando uma boa parte dos industriais brasileiros como exploradores e beneficiários de um protecionismo que conferia às suas empresas uma vida artificial. Como se explica essa posição das elites oligárquicas, se não existia uma incompatibilidade maior, durante os anos da Primeira República, entre os interesses econômicos imediatos de agricultores e industriais? Em nosso ver, o protecionismo não pode ser considerado um ponto de disputa real entre os dois grupos, naquêle momento, já que os industriais não defendiam o protecionismo alfandegário como política de industrialização (apenas, esporadicamente, faziam uma reivindicação protetora concernente à sua indústria) e os agricultores não ignoravam que a política tarifária posta em prática pela facção oligárquica no Poder tinha um sentido primordialmente fiscal. O agrarismo e o antiindustrialismo exprimiam, antes, o temor da decadência social e política diante da ascensão, meramente esboçada pela sua presença tão sômente, do grupo industrial na sociedade brasileira.

Mas também a condição de estrangeiros de maior parte dos in

(2) - Entre 1900 e 1920, 70% da renda do governo federal provinha das taxas alfandegárias. Consultar Warren Dean, ob. cit., pg. 92.

industriais da Primeira República contribuiu para a dilatação do ressentimento contra o grupo *o*, portanto, para dificultar a sua integração em condições mais vantajosas. O desprezo oligárquico pelos industriais foi reforçado pela justaposição de uma situação de discriminação racial; esta, sem dúvida, provocou uma maior difusão do pensamento antiindustrialista junto às camadas aristocráticas.

Este conjunto de fatores garantiu a submissão da empresaria do industrial ao sistema político oligárquico. E, dentro deste, aliou com o partido situacionista, não tendo estabelecido vínculos com as oposições, ainda que oligárquicas. Assim, por exemplo, a própria Aliança Liberal, à qual muitos autores atribuíram propósitos industrializantes, não contou com o apoio da maior parte do grupo industrial, que apoiava Washington Luís e o Partido Republicano.

Portanto, os industriais, observados para dentro do sistema de dominação oligárquica (onde, de resto, desempenharam um papel insignificante), não poderiam desempenhar o papel de agentes do "industrialismo". Mas possuíam as camadas médias urbanas condições de "substituí-los" nessa tarefa? A resposta a essa pergunta já foi dada no capítulo anterior. Agora, procuraremos apenas explorar mais sistematicamente alguns argumentos corroboradores da dificuldade de desempenho, pelos setores médios brasileiros, dessa tarefa histórica.

B. - CAMADAS MÉDIAS URBANAS: UM POSSÍVEL AGENTE DO "INDUSTRIALISMO"?

Já nos referimos, nos dois capítulos anteriores, a algumas das razões pelas quais dificilmente as camadas médias urbanas teriam condições de surpreender uma tendência histórica em esboço nas sociedades agrárias cuja articulação ao mercado internacional tinha criado um embrião de mercado interno e aumentado sensivelmente a Renda Nacional, e de converter-se no agente do processo de industrialização no Brasil. A sua heterogeneidade, insignificância numérica, dependência econômica, social e ideológica com relação aos grupos oligárquicos foram alguns desses fatores negativos. Procuramos, agora, focalizar as relações das camadas médias urbanas com o grupo industrial, bem como a sua visão da indústria nacional, e descobriremos mais um obstáculo à concretização de um caso de "substituísmo político" na Primeira República.

Com relação a este ponto, as heterogeneidades mencionadas de

vem ter provocado algumas diferenças de comportamento. As baixas camadas médias consumiam, quase que exclusivamente, artigos nacionais (tecidos, calçados, gêneros alimentícios, utensílios domésticos). Sentiam-se, assim, prejudicadas quando medidas de política econômica (desvalorização cambial, emissões maciças), criando um clima inflacionário na economia, levavam à elevação dos preços internos. A alta do custo de vida provocou (sobretudo, na década de 1920, quando a inflação chegou ao ápice), assim, uma constante inquietação nesses setores, sem, contudo, induzi-los a uma crítica da própria política econômica do Poder oligárquico. Ao contrário, persistiram numa indignação difusa e indiscriminada contra os industriais, que eram encarados, antes de tudo, como exploradores. É possível que tais setores tenham participado, junto aos operários, dos comícios realizados em São Paulo e no Rio, contra a alta do custo de vida, nos anos de 1912 e 1913, bem como de algumas agitações do período da Primeira Guerra. Essa preocupação dominante com interesses de curto prazo, isto é, interesses de consumidor, colocou os baixos setores médios em posição de desconfiança para com a indústria nacional e contribuiu para fazê-los atribuir à própria industrialização os males decorrentes do funcionamento de um setor industrial embrionário no quadro de uma economia agrário-exportadora e semi-colonial.

As altas camadas médias consumiam, por sua vez, uma grande quantidade de artigos importados, o que, aliás, contribuía para aproximar o seu padrão de vida daquele ostentado pelos grupos oligárquicos, de quem viviam altamente dependentes. Entretanto, quando a política econômica oligárquica provocava um encarecimento das importações, não se voltavam contra os seus responsáveis, mas sim contra os fabricantes nacionais de produtos similares, que não sabiam impôr às suas mercadorias um nível de qualidade digno dos seus novos (e provisórios) consumidores. Evidentemente, para essa atitude não contribuíam, apenas, os seus interesses imediatos de consumidor, mas também a sua visão de mundo "oligárquica". Agraristas e antiindustrialistas, aliavam os seu protesto contra a má qualidade dos sucedâneos nacionais aos importados encarecidos e contra as tarifas alfândegárias que oneravam produtos da sua faixa de consumo a uma crítica mais ampla (e menos diretamente ligada a interesses imediatos) ao setor industrial e aos industriais, em particular (com relação a este último ponto, como já frisamos, o preconceito racial deve ter contribuído para o reforço de sentimentos antiindustrializantes, já

que a condição de estrangeiros de grande parte dos empresários industriais - isto é, de indivíduos "estranhos" à comunidade brasileira - aumentava as suspeitas de desonestidade, alimentada pelos preços elevados e pela qualidade - considerada deficiente pelos consumidores mais exigentes - dos seus produtos).

Assim, de um modo geral, as camadas médias urbanas nutriram um sentimento de desconfiança (quando não de clara repulsa) para com o grupo industrial. Daí a absoluta ausência de ligação entre êles, mesmo quando um segmento do setor intermediário - a jovem oficialidade tenentista - se dispôs, na década de 1920, a movimentos contra a facção oligárquica no Poder (para os "tenentes", inclusive, como lembra Warren Dean, a inflação aparecia como um verdadeiro crime político, o que contribuiu para separá-los de um dos principais beneficiários da carestia, isto é, o grupo industrial). Essa disposição psico-social contribuiu para obstruir um equacionamento antecipador da problemática da industrialização, por parte das camadas médias urbanas, ainda que o processo, se conduzido por um Estado industrializante, beneficiasse interêsses mais amplos que os do pequeno grupo industrial da Primeira República.

5. - AS RELAÇÕES ENTRE AS CAMADAS MÉDIAS URBANAS E O GRUPO MILITAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A. - O GRUPO MILITAR: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS CAMADAS MÉDIAS URBANAS?

Vimos, no capítulo anterior, que o grupo industrial da Primeira República, em razão de características adquiridas ao longo do seu processo histórico de formação, não tinha condições de se converter no agente político de um processo global de transformação econômica e social do Brasil pela via da industrialização. Este fato abria, a princípio, a possibilidade da sua "substituição", enquanto liderança política do processo, pelas camadas médias urbanas, já que estas só ganhariam melhores horizontes na sociedade brasileira através de uma expansão e sofisticação do terciário urbano que só um processo industrializante acelerado poderia provocar. Porém, como já observamos anteriormente, essa possibilidade foi restringida por uma série de fatores referentes à situação das camadas médias urbanas no conjunto da sociedade brasileira e aos traços mais marcantes do seu comportamento: heterogeneidade, insignificância numérica, situação de dependência econômica, social e ideológica com relação às oligarquias, atitude negativa com relação ao grupo industrial. Ora, tais dificuldades só seriam superadas (nesse caso, as camadas médias urbanas assumindo o papel de agente político da industrialização) se algum segmento do setor intermediário urbano, pelas suas características intrínsecas, pudesse funcionar como um centro de agregação dos interesses desses setores. Corporificando os verdadeiros interesses das camadas médias urbanas (isto é, interesses gerais e de longo prazo, ligados à expansão e ao refinamento do terciário urbano através da industrialização) num projeto político, bem como lutando pela sua concretização (isto é, a sua imposição aos demais grupos sociais), tal segmento estaria se comportando como um verdadeiro partido político representante destas camadas(1).

(1) - É nosso ver, um partido político só representa uma classe social ou grupo social quando desenvolve uma luta política pela concretização dos seus interesses gerais e de longo prazo, acima dos interesses imediatos e empíricos dos seus membros. Se assim não fosse, poderíamos creditar a partidos populistas, manipuladores do comportamento das massas trabalhadoras através de uma política paternalista e "distributivista", a designação de partidos operários. Porém

Uma abordagem superficial da História da Primeira República parece nos levar à conclusão de que o grupo militar teria desempenhado essa função. Por um lado, a maior parte da oficialidade do exército, nesse período, era proveniente das camadas médias urbanas, o que pode ter induzido alguns autores a considerar o grupo militar como o representante político desses setores (tal conclusão testemunha, evidentemente, uma confusão entre a origem social dos agentes políticos e o conteúdo de classe da ação política). Por outro lado, as características intrínsecas do grupo militar, ligadas estritamente à sua situação profissional, convertiam-no no único embrião de partido político não-oligárquico, admissível da Primeira República. Em primeiro lugar, pela própria natureza das suas funções, tratava-se de um grupo dotado de um certo grau de coesão e organização, o que não ocorria com nenhum outro segmento das camadas médias urbanas; era, essa organização primordialmente profissional podia se transformar, sob a pressão de certos fatores, em organização política. Em segundo lugar, a condição de grupo institucional e a sua proximidade física e funcional do Poder proporcionavam ao segmento militar um conhecimento mais profundo dos mecanismos do Estado e do jogo político travado pelas elites dominantes, possibilitando, assim, uma intervenção mais eficaz no funcionamento do sistema político. Finalmente, o fato de o grupo militar deter o controle direto da força armada aumentava sensivelmente o seu raio de manobra política (Este elemento era muito importante para os grupos não-oligárquicos, já que o "círculo de ferro" construído pelas oligarquias só poderia ser rompido pela violência).

Teriam esses dois fatos - a origem "classe média" da maior parte da oficialidade e as suas características/situação enquanto grupo profissional - transformado o grupo militar no representante político das camadas médias urbanas?

A nosso ver, a defesa de um projeto de industrialização, consoante com os interesses de longo prazo dos setores intermediários

(cont.) é claro que a defesa dos interesses gerais de um grupo ou classe social pode ser empreendida através de táticas diversas, mais ou menos eficazes; ou seja, diferentes partidos políticos podem entrar em competição pela conquista da adesão maciça da classe ou grupo social cujos interesses (de longo prazo) procuram defender. Por exemplo: os partidos socialista e comunista no Chile atual.

urbanos, implicava, como já frisamos, a perseguição de um objetivo político extra-sistêmico, já que o surgimento de um Estado industrializante não seria possível sem o abandono ao modelo oligárquico de política econômica (e, na medida em que este era vital para os interesses dos grupos oligárquicos mais importantes, tal não ocorreria sem a destruição do próprio sistema oligárquico). Nessa perspectiva, o grupo militar, enquanto categoria profissional, apresentava-se como o segmento das camadas médias urbanas mais apto à representação política desse grupo. Todavia, isso não aconteceu.

A rigor, o comportamento político do grupo militar na Primeira República deve ser explicado simultaneamente pela sua situação profissional como pela sua filiação às camadas médias urbanas (esta última afirmação não implica atribuir ao Exército o papel de representante político dos setores intermediários. Mais adiante, analisaremos melhor essa distinção). Ou seja, por um lado, as suas características enquanto corporação profissional, a sua posição no conjunto da sociedade decorrente do seu "status" profissional e a sua visão de casta fornecerão o impulso para a maior parte dos movimentos políticos que empreenderão, ao longo da Primeira República. Atitudes como a reação à perda de prestígio social, o desejo de afirmação profissional, a consciência da sua missão (delegada pela sua função na máquina do Estado) de salvaguarda da ordem (não uma ordem social específica, mas a ordem enquanto ente puramente abstrato) e o desprêzo aos políticos civis (encarados como corruptos e ineficientes) constituirão algumas das principais motivações para a sua entrada na arena política. Tais disposições, alimentadas por um grupo dotado dos instrumentos de exercício da força material, de um certo grau de organização e de conhecimento dos mecanismos do Poder, conduzirão o segmento militar a intervenções violentas no processo político brasileiro, o que, desde já, distingue-as das manobras especificamente oligárquicas. Por outro lado, tais movimentos serão uma expressão típica da situação social do grupo militar; isto é, a sua condição de integrante das camadas médias urbanas estabelecerá os limites ideológicos e programáticos das suas intervenções no processo político. A sua inserção no universo ideológico em que coexistiam as camadas médias urbanas e as oligarquias determinará o sentido desses movimentos: a despeito de empregar quase sempre um recurso extra-sistêmico, a violência em escala nacional, o grupo militar, de um modo geral (e a exceção a essa afirmação se

rá focalizada adiante), não se propôs a defesa de um programa político não-oligárquico.

Podemos, assim, dizer que a situação especificamente profissional do grupo militar determinou a forma dos movimentos políticos por êles liderados, enquanto a sua condição de integrante das camadas médias urbanas (e, como tal, prêso ideològicamente às oligarquias) estabeleceu os limites do seu conteúdo. Isto é, se a violência das suas intervenções se deveu à sua situação enquanto corporação profissional, a ausência de objetivos próprios, distintos das metas políticas oligárquicas, é explicada pela sua condição de expressão típica das camadas médias urbanas, nesse período histórico. Como vemos, o fato de terem empregado primordialmente recursos extra-sistêmicos não nos deve fazer concluir que os movimentos militares da Primeira República perseguiram objetivos extra-sistêmicos e anti-oligárquicos.

A nosso ver, portanto, é incorreto afirmar que o grupo militar da Primeira República tenha representado as camadas médias urbanas, pois não defendeu a concretização de um projeto que consultasse aos interesses de longo prazo desses setores. Porém, ao não visualizar tais interesses, comportou-se de maneira similar à de tais setores, vinculados ideològica e politicamente às oligarquias.

A rigor, os movimentos político-militares da Primeira República obedecem basicamente a um mesmo modelo: o impulso inicial (isto é, as razões imediatas) provém do Exército (ou de uma sua facção) e a tentativa de tomada do Poder é empreendida, por motivos óbvios, pelo grupo militar; contudo, o programa dos movimentos e o comportamento do grupo vitorioso no Poder (isto, no caso dos movimentos bem sucedidos) são tipicamente oligárquicos. Excepcionalmente, a década de 1920 registra a não-alegação do comportamento político de uma facção dos "tenentes" (que, a nosso ver, não era a facção dominante) aos objetivos oligárquicos. É que, nesse momento, novas tendências se esboçavam no seio das próprias camadas médias urbanas; o "tenentismo", refletindo essa fratura, confirmará a sua condição de expressão típica de um setor intermediário dividido entre a fidelidade ideològica e política às oligarquias e a procura de novos caminhos políticos.

Devemos, agora, passar à confrontação desse enunciado geral com a realidade histórica. Para êsse trabalho, escolhemos al-

guns momentos em que a participação política do grupo militar é bastante significativa, propiciando uma reflexão mais profunda sobre o modelo apresentado: a crise do Império e a proclamação da República, a gestão presidencial de Hermes da Fonseca e a política das "salvações" e os movimentos "tenentistas" ocorridos ao longo da década de 1920. Tal escolha não significa, entretanto, que o grupo militar não tenha aparecido na cena política em outros momentos da História da Primeira República (exemplos: as revoltas de 1904 e 1915). Ao contrário, essas manifestações menos evidentes (e menos estudadas) devem se constituir no objeto de pesquisas futuras dos estudiosos do período, a fim de que os enunciados gerais sobre o comportamento militar, confrontados com novos dados, ganhem a sua confirmação, sejam refinados ou mesmo substituídos.

B. - A ATUAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO MILITAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

I. - A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O episódio da Proclamação da República foi o fruto de um encontro dos anseios e frustrações profissionais do grupo militar com o pensamento republicano e federativo difundido, inicialmente, pela vanguarda cafeeira e propagado, posteriormente pelas camadas médias urbanas.

Na origem mais remota do golpe de 15 de novembro está o crescimento da importância do exército, a partir de meados do século XIX. Por volta de 1850, o Estado nacional encontrava-se consolidado: a conciliação entre os grupos oligárquicos regionais e a institucionalização do jogo político das elites rurais através do estabelecimento de um sistema político bipartidário (partidos liberal e conservador) permitiram que o Poder central se impusesse, finalmente, à nação. Restava ao Estado imperial delimitar as suas fronteiras e, portanto, a sua área de domínio com relação às novas nações circundantes, bem como definir a sua vocação política num bloco continental onde a retirada das antigas forças coloniais não se acompanhara imediatamente da ascensão de uma nação local à condição de potência hegemônica (a Inglaterra preferindo a manipulação econômica e o controle político à distância). Nesse contexto histórico, o Exército, até então uma modesta central de arrematação de mercenários e irregulares, visivelmente superado pela Guarda Nacional

na tarefa de manter a ordem interna e sufocar as rebeliões locais, ganhará um novo relevo. Sobretudo a Guerra do Paraguai, um episódio da luta entre as ex-colônias latino-americanas pela conquista da hegemonia continental, provocará um sensível fortalecimento do Exército (ampliação dos efetivos regulares, melhoria do equipamento bélico, etc.). Nesse momento histórico, germinou uma tendência à valorização social e política do grupo militar; o próprio início de um processo de militarização da sociedade brasileira teria se registrado, se certas disposições políticas expansionistas, ainda em esboço, tivessem se desenvolvido. Porém, a progressiva eliminação das dissensões externas veio frustrar esse processo de ascensão social e política do grupo militar. Na verdade, as últimas décadas do Império testemunham a submissão do grupo militar a um movimento progressivo de perda de "status". Não só a situação material do Exército, enquanto corporação profissional, se deteriora, como também passa a desempenhar funções aviltantes. Além disso, nenhum poder de decisão lhe é conferido pelo sistema político imperial; os seus membros podem, apenas, influir individualmente na de terminação das grandes diretrizes políticas através da sua adesão a um dos partidos da elite rural. Lembremos, a propósito destas últimas considerações, a sensível redução dos efetivos militares no período que se estende da vitória na Guerra do Paraguai até a proclamação da República: em 1871, o Exército nacional contava com 19.000 homens, em 1880 esse total tinha sido reduzido para 15.000 homens e, em 1889, essa corporação estava reduzida a 13.000 homens (1). Mal pagos e à volta com problemas como a escassez de víveres e de material bélico, os oficiais do Exército imperial viam, ainda, agravada a sua situação profissional e ferida a sua dignidade com a atribuição, pelo Poder imperial, da tarefa de perseguição aos es cravos fugidos do cativeiro. Na verdade, essa imposição representou a última grande provocação do regime imperial à oficialidade. Indivíduos ligados às camadas médias urbanas, os oficiais do exército haviam sido escolarizados num clima humanista europeu (sobretudo na Escola Militar) que os obrigava a ver na perseguição aos escravos uma degradação e uma desumanização das suas pessoas; her-

(1) - Esses números são citados por Nelson Werneck Sodré, História Militar do Brasil, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 2ª edição, 1968, pg. 142.

leiros da traição de bravura militar firmada na Guerra do Paraguai, consideravam essa deturpação das suas funções um verdadeiro vilipêndio às glórias da corporação. Esse quadro geral só poderia desaguar na série de atritos entre o poder civil e o grupo militar, comumente denominada pela historiografia tradicional "A Questão Militar", em que o sentimento de revolta da oficialidade contra os políticos civis atingiu o seu ápice.

Assim, a revolta contra o Poder imperial e contra os seus representantes, os políticos civis, estava alicerçada no seu sentimento de perda progressiva de "status" e no seu desejo de afirmação como categoria profissional. E a sua situação profissional lhes fornecia não só os motivos, como também os recursos para a deflagração de um golpe bem sucedido contra o regime imperial (fôrça armada, proximidade do Poder, etc.). Todavia, êsse impulso inicial foi disciplinado pela sua adesão aos ideais políticos liberais e federativos propagados, a partir de 1870, pela vanguarda cafeeira. Cabe aqui uma qualificação. Se êsse último grupo foi o responsável pela agitação republicana nos seus primórdios, tendeu a ser superada, na última década, pelo radicalismo crescente das camadas médias civis e militares, num "pigmalianesco" caso de rebelião da criatura contra o criador. O clima anti-imperial, nos estertores do segundo reinado, era alimentado sobretudo pelos jovens tribunos civis que sacudiam as populações urbanas e pelos oficiais congregados na Escola Militar, que procuravam sublevar os seus alunos. É que, nesse momento, a nova elite rural, os cafeicultores paulistas, tendia a ser absorvida no círculo do poder, numa repetição daquele perpétuo movimento, tão bem examinado por José Honório Rodrigues (1), de conciliação entre os grupos oligárquicos com a marginalização das fôrças populares. Tal conciliação e reabsorção do novo grupo rural no poder se faria mediante a concessão, pelo próprio Império, da Federação e da descentralização dos instrumentos de governo e controle da economia. Tudo leva a crer - sobretudo, a atuação do último gabinete, o de Curu Prêto - que, para evitar o advento da República, a facção oligárquica no poder concederia a Federação. Porém, uma vez despoitada, a principal fôrça antiimperial, o exército, não podia ser mais controlada. Daí o movimento republicano ter culminado com um típico golpe militar, a 15/11/89.

Porém, uma vez proclamada a República, procuraram os grupos mais dinâmicos do elite rural moldar as instituições nos seus

interesses e se assenhorear do Poder. Esses propósitos eram viabilizáveis pelo fato de o grupo militar não estar munido de nenhum projeto político próprio, que consagrasse os interesses das populações urbanas e apresentasse uma alternativa não agrarista ao desenvolvimento da comunidade brasileira. Assim, às elites rurais restava aguardar a amenização daquele impulso inicial que tinha compelido o grupo militar à destruição do regime imperial e à conquista do Poder, para criar a oportunidade de uma volta do sistema político às suas mãos.

Já na Assembléia Constituinte, instaurada logo após o golpe, as elites rurais impuseram com facilidade os seus pontos de vista: a primeira Constituição republicana (1891) obedecia a um modelo federalista de tipo americano, que concedia grande autonomia econômica e política aos governos estaduais (e, portanto, aos grupos dominantes regionais). Isto se deve ao fato de que os deputados mais ligados ao grupo militar não tinham um projeto sólido de organização política a contrapor àquêle inspirado pelo pensamento oligárquico (inclusive, muitos militares, influenciados pelo positivismo cristiano, eram federalistas, embora o seu federalismo fôsse algo diferente daquêle defendido pelos republicanos "históricos"). Porém, a própria aceitação da convocação de uma Assembléia Constituinte conduzia os militares a uma derrota no plano da construção das instituições republicanas, já que as forças oligárquicas, localmente organizadas e congregadas nos partidos republicanos regionais, apresentavam tôdas as condições para conseguir uma representação majoritária naquêle órgão.

Entretanto, o governo federal esteve nas mãos de militares nos cinco primeiros anos da República. Teriam eles alçado um comportamento efetivamente antioligárquico e procurado realizar um projeto político de "classe média"? A nosso ver, a sua permanência no Poder não se explica pela vontade de representar politicamente as camadas médias urbanas através da realização dos seus verdadeiros interesses, mas antes pelo seu instinto de auto-conservação e de preservação da coisa adquirida (no caso, o Poder) (2) e pela sua convicção da necessidade de consolidação do regime republicano contra eventuais tendências restauradoras. Se tivermos em conta a sua

(1) - Consultar, a respeito, José Américo Rodrigues, ob. cit., parte I, capítulo 1.

(2) - É claro que as motivações psicológicas de um grupo não são

visão dos políticos civis como corruptos e incapazes (desenvolvida a partir dos atritos registrados no final do Império), concluirmos que devia parecer inadmissível, aos olhos da oficialidade do exército, a atribuição da missão consolidadora a elementos civis. Assim, por exemplo, durante o governo de Deodoro, dos vinte estados brasileiros, dez eram governados por militares. Esta situação, além de revelar a existência de uma política oficial de valorização do elemento militar, indicava o receio governamental de que as oligarquias locais, anteriormente dominantes, alimentassem tendências restauradoras. A própria tendência centralizadora do governo de Deodoro e as suas tentativas de controle do Legislativo eram encobertas, pelo grupo militar, como uma necessidade para a consolidação das instituições republicanas.

Porém, a política econômica do governo provisório tem servido de argumento para a defesa da existência de um governo "de classe média" na alvorecer da República. Isto é, a orientação emissionista da política monetário-financeira de Rui Barbosa, quando à testa do Ministério da Fazenda, estaria ligada a propósitos industrializantes, atuando, nesse caso, o ministro como um verdadeiro representante das camadas médias nascentes. Convém lembrar, antes de mais nada, que a política emissionista do governo provisório foi uma herança do último gabinete imperial. Pressionado pelos fazendeiros mais prejudicados com a abolição de trabalho escravo, Curo Prêto conferira a bancos privados a faculdade de emitir papel-moeda, a fim de que se formasse uma corrente de créditos rumo ao setor agrícola (e não ao setor industrial). Proclamada a República, as pressões sobre o Ministério a favor da continuação dessa política levaram o governo, em fase de conquista de base social de apoio, inclusive a ampliar a faculdade de emissão para outros bancos (inicialmente, apenas um banco do Rio e um de São Paulo podiam fazê-lo). Por outro lado, a péssima situação financeira de evasão das reservas (cont.) suficientes para explicar o conteúdo objetivo da sua política. Ora, no caso em pauta, isto resultou pré-oligárquico, já que não a favor de nenhum outro grupo social.

(1) - O próprio Rui Barbosa confessou mais tarde que a pluralidade emissionista lhe fôra imposta pela pressão dos Estados, vale dizer, pelos grupos economicamente dominantes nas diferentes unidades regionais. Consultar, a respeito da política emissionista de Curo Prêto e Rui, José Maria Belle, História da República, Companhia

vas metálicas para fora do país (em razão da crescente dívida externa, do excesso de importações, etc.) levou o Ministério da Fazenda a permitir emissões não lastreadas em ouro. Na verdade, essa política, no seu conjunto, obedecia às necessidades de uma economia agrária que havia sofrido, parcialmente, um processo de descapitalização e às consequentes pressões da lavoura no sentido da ampliação de crédito. (1). Assim, nos primeiros anos da República, a política econômica do governo central foi mais um instrumento de consolidação das instituições republicanas que a finalidade última da corrida na busca ao Poder; e, exatamente por isso, ela teve de se voltar para o atendimento dos interesses do setor agrário.

O governo de Floriano Peixoto não apresentou sentido diverso. Autoinvestido na função consolidadora num momento em que o perigo de desagregação do regime republicano começou a tornar-se real (e que culminou com a revolução federalista, da qual participavam grupos restauradores), terminou por credenciar-se até mesmo aos olhos do único grupo oligárquico verdadeiramente organizado, os paulistas, como a alternativa mais aceitável naquela conjuntura. As suas medidas de remanejamento de algumas cúpulas estaduais, bem como a sua política econômica não podem ser consideradas como ligadas a um projeto antioligárquico e industrializante; indícios dessa afirmação nos são fornecidos por fatos como a presença do chefe "oligárquico" Francisco Glicério na liderança da bancada situacionista no Congresso e a continuação de uma política de maciços empréstimos à agricultura (a própria taxa-ouro sobre as importações, que Rui Barbosa mantivera por algum tempo, não pode ser reinstaurada, em razão da pressão de setores oligárquicos). É verdade que o período governamental de Floriano assistiu a uma vaga de agitações urbanas, ocorridas sobretudo no Rio e que assumem mais facilmente, numa visão retrospectiva, uma aparência antioligárquica. Contudo, movimentos populares como o jacobinismo e o florianismo não conseguiram superar o estágio vago e difuso dos sentimentos de cunho patriótico-ufonista (isto é, um nacionalismo sem conteúdo) e anti-monárquico. A agitação não se fazia em torno de reivindicações econômicas, sociais ou políticas concretas; era, antes, impulsionada por

(cont.) Editora Nacional, São Paulo, 1964, 5ª edição, pgs.76-80. A propósito da suposta orientação industrialista do governo provisório, convém lembrar, a título de curiosidade (isto é, sem atribuir a tal fato uma considerável importância explicativa), que o

sentimentos antirestauradores e xenófobos, agravados pela convicção do interesse de Portugal no empreendimento restaurador e pela propalada participação de forças portuguesas na Revolta da Armada (2). Porém, o governo militar endossou tais manifestações, procurou estimular e canalizar essas disposições psico-sociais em proveito da sua política de consolidação das instituições republicanas. Mas não fez mais que fomentar essa simpatia difusa das populações urbanas para com a orientação governamental; um esforço de mobilização e organização política dessas camadas só teria sentido se o governo Floriano se propusesse a sustentar um projeto político antioligárquico e tivesse, conseqüentemente, de conquistar novas bases sociais de apoio. Uma orientação desse tipo talvez tenha se esboçado; era como se o grupo militar no governo captasse intuitivamente a pressão difusa e nascente dos setores mais baixos das camadas médias urbanas contra a iminência da consolidação do domínio oligárquico. Contudo, essa tendência não persistiu, já que o segmento militar não dispunha de recursos ideológicos próprios para escapar à armadilha pacientemente montada pelos setores oligárquicos mais dinâmicos. Aliás, foi no próprio período "militar" que as oligarquias mais poderosas prepararam o terreno para o estabelecimento de um sistema monolítico de dominação; ao aceitar uma estrutura federativa para a nação, os militares concederam autonomia econômica e política aos Estados e ratificaram, assim, o poder preexistente das oligarquias locais. À vista disso, nada houve de surpreendente no fato de que o grupo "paulista" tivesse praticamente imposto a candidatura de Prudente de Moraes à sucessão de Floriano Peixoto; encastelados no seu feudo regional e contando com um aparelho militar (a força pública estadual) de alto gabarito, puderam os paulistas desempenhar o papel de verdadeiro fiel da balança política num momento tão delicado para o governo militar quanto aquele em que a revolta federalista atingiu o seu ápice. Uma vez consolidadas no Poder, as oligarquias reprimirão os focos de agitação florianista e jacobina (por exemplo, a Escola Militar) frustrando no decorrer de certas disposições ligadas aos setores médios urbanos e que, desde que canalizadas por uma organização e traduzidas num programa político (o que não ocorreu), corporificariam, talvez, tendências políticas antioligárquicas, modernizantes e industrializantes. Na verdade, constituía para o exército, ainda mergulhado (em linhas gerais) no universo ideológico oligárquico, uma tarefa superior às

suas forças e de funcionar como centro de agregação de interesses tão embrionários e emanados de um grupo social numérica e socialmente tão insignificante (lembremo-nos, inclusive, que na década de 1890, São Paulo era ainda uma cidade bastante pequena, não contando com um considerável setor intermediário; eis porque estas agitações ocorreram predominantemente no Rio). Não se dispôs à defesa de um projeto político ligado a outros setores sociais, o grupo militar permanecerá os anos seguintes à sombra das oligarquias, desempenhando o papel de mantenedor da ordem e segurança nacionais e aperando as frentes do jogo político travado entre as diferentes facções oligárquicas.

II - O GRUPO MILITAR COMO INSTRUMENTO DAS OLIGARQUIAS: O "HERMISMO"

Não pretendemos, aqui, evocar tôdas as vicissitudes da campanha eleitoral de 1910 ou historiar detalhadamente o período governamental de Hermes da Fonseca. Interessa-nos, apenas, verificar se o comportamento do grupo militar, no período que se estende de 1910 a 1914, correspondeu ao modelo por nós formulado na primeira parte d'êste capítulo.

Pode-se considerar a atuação do grupo militar, durante o governo do marechal Hermes, como orientada para a defesa das aspirações das camadas médias urbanas? Relembremos, rapidamente, as circunstâncias em que transcorreu o pleito presidencial de 1910. A candidatura do marechal Hermes foi lançada por uma ala do próprio situacionismo oligárquico, aquela comandada por Pinheiro Machado (e que, naquêlê momento, congregava, entre outras, as situações de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco). Essa indicação lançou a discórdia nos meios situacionistas, tendo os grupos dominantes de São Paulo e Bahia, principalmente, passado a sustentar a necessidade de uma candidatura oposicionista. Nasceram, assim, a Campanha Civilista e a candidatura Rui Barbosa.

Como podemos notar, ambas as candidaturas foram obras dos
 (cont.) mesmo Rui Barbosa, vinte anos depois, não logrou impôr à Campanha Civilista uma conotação industrializante, fazendo côro com os apêlos agraristas dos grupos oligárquicos.

(2) - É possível que, na origem destas manifestações, estivesse um sentimento vago de mal estar das camadas médias urbanas diante do teor excludente da dominação oligárquica. Contudo, as condições

grupos oligárquicos; apenas, um deles (Hermes) tinha sido proposta pelo situacionismo federal (com a morte de Afonso Pena, a candidatura Hermes passou a contar com o apoio da presidência, já que o vice Nilo Peçanha era bastante ligado a Pinheiro Machado), enquanto a outra (Rui) resultara da iniciativa de um grupo oligárquico dissidente. Todavia, estas diferenças entre os grupos dominantes não eram suficientes para estabelecer diferenças sensíveis de ideologia e programa entre as duas candidaturas. Eis porque o grupo oposicionista, sustentador da candidatura Rui Barbosa, concentrou o seu ataque no caráter "militar" da candidatura Hermes. Cientes de que o sentimento antimilitar era ainda moda corrente entre as oligarquias e as camadas médias tradicionais, os "civilistas" procuraram canalizá-lo contra uma candidatura que eles próprios sabiam ser uma criação oligárquica (embora pudessem sinceramente temer que, uma vez no governo, a criatura se voltasse contra o criador). Assim, procuraram os "civilistas" difundir a identificação entre "hermesismo" e militarismo. Contudo, era evidente que a candidatura Hermes não era de inspiração militarista (3), já que a sua política de governo pouco diferia daquela sustentada pelas oligarquias civis. Na verdade, o "militarismo" atribuído pela dissidência à candidatura Hermes não passava de um rótulo sem conteúdo, que os seus representantes não sabiam definir e diferenciar do comportamento oligárquico tipicamente civil.

Contudo, a vitória de Hermes no pleito presidencial abria a possibilidade de que se confirmassem os traços dos civilistas e o grupo militar radicalizasse o seu comportamento, voltando-se inclusive contra as alas oligárquicas sustentadoras da candidatura. O que teria isso ocorrido?

As substituições, isto é, as substituições, na maioria dos governos estaduais, das velhas oligarquias regionais por novos grupos dominantes, articulados em torno de oficiais do exército, parecem confirmar, à primeira vista, que uma forte tendência política

(cont.) Históricas da sociedade brasileira, como veremos no capítulo seguinte, para além da situação dos setores intermediários no conjunto da sociedade (heterogeneidade, insignificância numérica, posição de dependência em relação às oligarquias, orientação negativa diante do grupo industrial, forças armadas pouco propensas a funcionar como verdadeiro partido político das camadas médias nascentes), inviabilizaram naquele momento, a cristalização dessa in-

anti oligárquica nascia entre os membros do grupo militar. Todavia, devemos apurar quais as modificações em profundidade trazidas pela política "salvacionista" ao sistema oligárquico e quais as repercussões dessas eventuais modificações na economia e sociedade brasileiras. A nosso ver, o fato de os redutos oligárquicos mais poderosos - os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - não terem sido molestados pelos propósitos "salvacionistas" do grupo militar atesta que estes não objetivavam um ataque ao sistema político nacional ou, pelo menos, não o faziam por alimentarem o temor de uma guerra civil (e, nesse caso, os seus desejos de transformação da sociedade brasileira não eram tão profundos a ponto de levá-los a admitir como uma necessidade histórica o emprêgo da violência em escala nacional). Por outro lado, a designação de oficiais do exército para o govêrno dos Estados mais fracos não se fez sem a busca do apoio, pelo govêrno federal, dos grupos oposicionistas locais anteriormente marginalizados pelas situações oligárquicas.

Isto significa que, objetivamente, as "salvações" procederam a um mero remanejamento das oligarquias regionais, à substituição de algumas facções oligárquicas por outras. Se os quadros institucionais do regime permaneciam inalterados e se a base da pirâmide do Poder - o fenômeno local do "coronelismo" - continuava os tentando todo o seu vigor, era absolutamente impossível que os grupos militares sediados nos govêrnos estaduais conseguissem se manter e obtivessem um mínimo de legitimidade sem o apoio de alguns grupos oligárquicos poderosos. Nesse caso, se o grupo militar alimentasse algum projeto inovador, a ação em prol da sua realização estaria barrada pelas próprias condições em que tinha se efetivado a sua ascensão ao govêrno federal e a alguns govêrnos estaduais. Contudo, nenhum projeto dessa ordem animava a prática política da oficialidade do exército (indício desse fato é a absoluta indefinição da política econômica ao longo do govêrno Hermes). Na realidade, o impulso para a sua intervenção na arena política continuava sendo fornecido pelos seus sentimentos, tipicamente profissionais, de dignidade, honestidade e superioridade diante dos políticos civis. Guardiães da ordem,

(cont.) quietação num projeto político antioligárquico e industrializante.

(3) - Por "militarismo", entendemos a política de um grupo no sentido de reorganizar a sociedade em função de valores primordialmente militares (segurança nacional, vontade de prestígio no cenário inter

consideravam da sua alçada a regeneração dos costumes políticos conspurcados pelos civis; mas, como típicos integrantes dos setores intermediários urbanos, não sabiam o que fazer uma vez determinada a "limpeza" política (e para quê essa limpeza). Essa sua dupla disposição permitia que as oligarquias os absorvessem no seu jôgo, levando-os a intervenções absolutamente desvinculadas de um projeto político e que, por esse motivo, acabavam servindo objetivamente aos interesses de alguma facção oligárquica.

No alvorecer da década de 1910, a cisão da cúpula civil dominante levou o grupo militar a assumir as suas funções de guardião da ordem constitucional e (consequentemente) de árbitro da luta política. Mas esse impulso, possibilitado e mesmo incentivado pelo atrito oligárquico, acabaria por ser disciplinado pelas oligarquias e o governo militar acabaria os seus dias como qualquer outro govêrno oligárquico; isto é, sem qualquer vinculação com um projeto inovador e industrializante que o fizesse um intérprete dos interesses reais das camadas médias urbanas e dos grupos ascendentes na comunidade brasileira.

III - A AMBIGUIDADE DO "TENENTISMO"

Teriam as modificações econômicas e sociais, ocorridas sobretudo a partir da década de 1910, contribuído para a atribuição de um novo sentido, diverso daquele apresentado pela atuação do Exército no longo do período presidencial de Hermes da Fonseca, às intervenções político-militares da década de 1920? Ao analisarmos o "tenentismo", é preciso têmos em conta que o Brasil de 1920 já não era o mesmo Brasil dos inícios da década anterior e se encontrava bastante distante, econômica e socialmente, do Brasil da última década imperial. É que, como mostra Warren Dean, o grande arranco da indústria nacional ocorreu precisamente na década de 1910; ora, essa expansão industrial provocará uma ampliação e diversificação do terciário urbano e levará, assim, à década seguinte, um setor intermediário menos inexpressivo dos pontos de vista numérico, econômico e social. Além disso, a política econômica inflacionista dos govêrnos oligárquicos (sobretudo no período 1914-1925) empobrecerá progressivamente os setores mais baixos das camadas médias, criando um clima de insatisfação difusa, sustentado por reivindicações econômicas imediatas e desligadas de programas políticos mais profundos e contundentes (às oligarquias). Teriam esses fatos - o crescimento dos setores

intermediários e o nascimento de uma pressão urbana difusa contribuído para a verdadeira politização do Exército, no sentido da formulação e defesa de um projeto coletivo representativo dos interesses de longo prazo dessas camadas?

Para Mícia Vilela Luz (4), os "tenentes" se comportaram como herdeiros do "salvacionismo" e, portanto, mantiveram-se dentro dos limites estabelecidos pela ideologia liberal cultuada pelas oligarquias e grande parte dos setores intermediários (sobretudo, as camadas médias tradicionais). Se o sentido dominante parece ter sido esse, esboçavam-se, entretanto, no seu seio, tendências distintas e mesmo (no médio prazo) conflitantes, a refletir a ambiguidade e as disparidades crescentes do comportamento das camadas urbanas. Até a década de 1920, as atividades mais especificamente políticas eram prerrogativa das camadas médias mais altas (isto é, os grupos tradicionais, que funcionavam como prepostos de situacionismo ou aderiam às dissidências oligárquicas), enquanto os setores mais baixos permaneciam no plano subalterno das demandas econômicas de curto prazo (de resto, não atendidas, quando não reprimidas). Porém, no desenrolar dessa década, o desenvolvimento industrial e o aprofundamento das crises do comércio exportador vão permitir a germinação de atitudes políticas mais diretamente antioligárquicas e antiagraristas. Se as camadas médias tradicionais permanecerão atreladas, ideológica e politicamente, às oligarquias, percebe-se o nascimento, entre os grupos intermediários mais modestos, de anseios nacionalistas e reformistas que um grupo organizado poderia corporificar num projeto político concreto. Ora, o grupo militar refletirá, no seu comportamento político, essa fratura, a diversidade crescente de atitudes políticas das camadas médias urbanas gerando ambiguidades na atuação política do exército.

É verdade que a tendência predominante foi a realização de movimentos estigmatizados por uma visão oligárquica do mundo social

(cont.) nacional, expansionismo, patriotismo sem conteúdo, apologia da guerra, etc.). Assim, um governo militar (isto é, integrado por membros do grupo militar), desde que a serviço de objetivos civis (econômicos, religiosos, etc.), não se caracteriza como militarista. A História da Primeira República não testemunhou, a nosso ver, a existência de governos "militaristas" (embora se possa admitir que houvesse, no seio do grupo militar, tendências "militaristas" em esboço).

brasileiro, embora o pendor "anticivil" da jovem oficialidade do exército parecesse revelar uma incompatibilidade de objetivos entre os dois grupos (quando, na verdade, a incompatibilidade maior dizia respeito aos métodos de ação política). Nessa perspectiva, podemos dizer que o modelo esboçado na primeira parte dêsse capítulo aplica-se, "grosso modo" e com as devidas ressalvas, ao comportamento político dos "tenentes" da década de 1920. Isto é, características e problemas inerentes à sua situação profissional fornecerão o impulso básico para a deflagração da maior parte dos movimentos por eles liderados; contudo, o sentido dêsses movimentos e o conteúdo dos seus programas não são substancialmente antioligárquicos, já que com batem com áreas ideológicas

subtraídas do próprio arsenal oligárquico (regeneração dos costumes políticos, moralização administrativa, etc.). Foi este fato que aproximou os "tenentes" das dissidências oligárquicas, mesmo quando não se estabeleceram entre ambos laços organizatórios (em razão da desconfiança mútua alimentada por civis e militares e consolidada ao longo das três décadas da história republicana).

Assim, o que conferiu um caráter dramático às revoltas "tenentistas" não foi tanto o seu programa político, mas o fato de não se recusarem a utilizar em escala nacional - isto é, contra o próprio Poder central - um recurso com o qual estavam profissionalmente familiarizados, a força armada. O emprêgo dêsse recurso claramente extra-sistêmico (já que existia um consenso entre a situação e a oposição oligárquicas sobre a inconveniência do emprêgo da violência em escala nacional) atemorizou, pelo seu radicalismo, inclusive as próprias dissidências oligárquicas, embora os impulsos aparentemente radicais do grupo militar se colocassem a serviço de programas políticos liberais, defensores do aprimoramento democrático.

Por outro lado, à medida em que transcorre a década de 1920, uma ala do "tenentismo" radicaliza progressivamente as suas posições, tendendo à defesa de um Estado modernizante e interventor, orientado por princípios nacionalistas e reformistas, ou mesmo de um regime popular ou proletário (no caso mais extremo). Pode-se dizer que esta ala "esquerda" do "tenentismo", interpretando as aspirações vagas dos setores mais baixos das camadas médias, cuja virulência ti nha sido incrementada pelo próprio desenvolvimento da sociedade brasileira, inclinava-se a funcionar como um verdadeiro partido da industrialização nacional (isto é, sob a égide de um Estado nacional,

e não do capital estrangeiro) e da modernização do país. Tendia, portanto, a suprimir a contradição entre o emprêgo de um recurso político radical e extra-sistêmico (a violência global) e a perseguição de objetivos conservadores e intra-sistêmicos (o ideário liberal oligárquico). Porém, o seu próprio radicalismo encarregou-se de separá-la da tendência dominante do "tenentismo" que, cultuando ainda o liberalismo "oligárquico", constituía uma expressão típica daquela parcela das camadas médias que não tinha se libertado da situação de dependência diante das elites rurais. Aliás, é esse fato que explica o aparente paradoxo da crescente "oligarquização" do conjunto da política "tenentista", à medida que nos aproximamos de 1930: a identidade ideológica permitirá que se estreitem os laços organizacionais (a despeito das restrições que permanecem de lado a lado) entre os militares e as dissidências civis. Quanto à ala mais radical, ela se torna sempre mais isolada; recusando-se a desempenhar o papel de instrumento das dissidências, a que a tendência dominante se prestava, terminará por romper os últimos laços com esta (ver a famosa carta de Luís Carlos Prestes, um dos líderes da tendência mais radical, um pouco antes da Revolução de 1930) e desaguará, na alvorada da década de 1930, numa política nitidamente proletária.

O movimento de 1922 apresenta-se como tipicamente militar na sua forma e liberal no seu conteúdo. A série de atritos entre os militares e o governo de Epitácio Pessoa, o episódio da carta ofensiva à oficialidade do exército, supostamente atribuída a Artur Bernardes, a vitória deste sobre o candidato da dissidência oligárquica, Nilo Peçanha (apoiado pelo grupo militar) tinham ferido profundamente os seus sentimentos de dignidade profissional. A indignação contra a situação federal estava, portanto, ligada ao tratamento despresível que esta vinha lhe reservando (e, como a sua consciência profissional apontava a identidade entre o Exército e a Nação, era esta, em última análise, que estava sendo conspurcada pelas atitudes "antimilitares" do Poder central). Eis porque a revolta se processou na forma de desencadeamento imediato de luta armada nos quartéis, sem qualquer aviso prévio aos seus correligionários civis (Para alguns autores, inclusive, a desconfiança dos militares para com o elemento civil levou-os a esconderem destes, propositadamente, o seu plano de ação armada). Uma rebelião deflagrada de modo tão imprevisto e envolvida num clima altamente emocional não poderia contar com um programa que apontasse nitidamente

na direção de uma certa filosofia de govêrno. Mas, exatamente essa indefinição nos permite concluir que o pensamento sócio-político do grupo revolucionário não transpunha os limites do pensamento ideológico dominante, a ponto de não ser usado como bandeira de agitação numa tentativa de tomade do Poder. É que, tácita e implicitamente, todos - o govêrno e os militares - eram liberais e viviam no universo ideológico oligárquico.

É nos movimentos de 1924 que o "tenentismo" começa a refletir a diversidade crescente das camadas médias urbanas. Se as razões imediatas da revolta estão ligadas a problemas preponderantemente profissionais (continuação dos atritos entre o Poder constituído e a oficialidade, transferências de oficiais, condenação dos implicados no movimento de 1922, etc.), o programa dos diferentes grupos (a rebelião eclodiu quase simultâneamente em vários Estados brasileiros) enfatizava pontos diversos. Por exemplo, a ala responsável pela revolução paulista era orientada por propósitos moderados e liberais, muito próximos daquêles alimentados pelas dissidências oligárquicas paulistas (daí os contactos, ainda que tímidos, estabelecidos entre os dois grupos e o convite ao Conselheiro Antonio Prado). Por outro lado, a ala congregada em Santo Ângelo e comandada por Luís Carlos Prestes, no Rio Grande do Sul, enfatizava a necessidade da conquista do Poder como condição prévia para a transformação econômica e social do país. Esses propósitos nacionalistas, reformistas e antiimperialistas eram também os do grupo militar amazonense que, sob o comando do tenente Ribeiro Junior, depôs o grupo oligárquico dos Rêgo Monteiro e instaurou um govêrno reformista. Evidentemente, o radicalismo d'esses grupos não se coadunava com o "salvacionismo" de uma parte considerável da jovem oficialidade; nesse fato, está a raiz da discórdia que cindiu o "tenentismo" nas proximidades do movimento revolucionário de 1930.

Essa incompatibilidade atingirá o auge em 1930. A tendência dominante do "tenentismo" prosseguia se "oligarquizando", isto é, aliando a sua já antiga dependência ao mundo ideológico oligárquico a esforços no sentido de estabelecer laços organizacionais com as dissidências. É preciso que se diga que, aqui, mais uma vez, razões estritamente particulares animaram os tenentes a uma investida contra o Poder. Colocados fora da lei desde a revolução de 1924 e a marcha da Coluna, viam na derrubada da situação oligárquica a única possibilidade de voltarem à vida política oficial e de fugirem a uma já prolongada clandestinidade. Esta situação, mais a

sua familiaridade com o emprêgo da força armada, explica o seu entusiasmo e a sua determinação em utilizarem a violência para derrubar a facção oligárquica no Poder; tal disposição intimidava as dissidências paulista, mineira e gaúcha, que tendiam espontaneamente a uma nova conciliação com o grupo no Poder. O Partido Democrata Paulista hesitava em estabelecer uma aliança com os "tenentes", de quem suspeitava fossem "bolcheviques"; Getúlio Vargas procurou, até o último momento, um acôrdo com Washington Luís; Antonio Carlos tentou conter a eclosão do movimento armado. Todavia, o recurso radical e extra-sistêmico - a violência - permanecia a serviço de objetivos intra-sistêmicos; a facção mais radical do tenentismo tinha sido isolada e, no seu processo de radicalização, caminhava para a superação de posições que poderiam consultar aos interesses das camadas médias e (importante) conquistar o apoio (pelo menos) dos seus segmentos mais baixos). No seu percurso rumo à política proletária, o principal líder dessa ala, Prestes, fundará em 1930 uma organização operário-camponesa, a Liga de Ação Revolucionária, e em 1934 ingressará no Partido Comunista Brasileiro.

Assim, a facção dominante do "tenentismo" encerrará a Primeira República na condição de braço armado das dissidências oligárquicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. É somente a partir de 1930 que o seu comportamento político e a sua visão ideológica tenderão a autonomizar-se da esfera oligárquica. Sobre tudo no período 1930-1934, esboça-se uma nova tendência militar, que ganharia a sua plenitude no Estado Nôvo. Mas êste é um tema a solicitar um nôvo estudo.

Em suma, de um modo geral, o grupo militar na Primeira República não atuou como o partido político representativo das camadas médias nascentes, o que contribuiu para dificultar a "substituição", por estas, do fraco, passivo e reduzido grupo industrial como agente político de industrialização no Brasil. Evidentemente, não se trata de atribuir ao exército a culpa pela ausência política das camadas médias no período; ao longo d'êste trabalho, referimo-nos a uma série de dificuldades que reduziram as possibilidades políticas dos setores intermediários e, conseqüentemente, do segmento militar. Mas há um fator mais geral, não estritamente ligado ao processo histórico de formação das camadas médias brasileiras,

(4) - Consultar Nícia Vilalva Luz, "A década de 1920 e suas crises", in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.

e sim à própria inserção da História brasileira na História mundial, que foi determinante para a não-aprecensão, pelo grupo militar, de uma tendência histórica altamente progressiva, como a da industrialização das sociedades agrárias e semi-coloniais da periferia capitalista. Examinaremos esse fator no próximo capítulo.

6. - CONCLUSÃO

A. - AS CAMADAS MÉDIAS URBANAS: AS SUAS POSSIBILIDADES CONCRETAS DE SUSTENTAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO AO MESMO TEMPO "PARTICULARISTA" E "UNIVERSALIZANTE".

Vimos que uma série de características consolidadas ao longo do processo histórico de formação e desenvolvimento das camadas médias urbanas dificultou a sua ascensão à arena política da Primeira República na condição de agente líder do processo de industrialização, em substituição a um empresariado industrial passivo e acomodado às oportunidades de mercado abertas pelo funcionamento da economia primário-exportadora. Em complementação, notamos que o grupo militar, a despeito das suas condições intrínsecas (coesão, organização, posição estratégica na estrutura de Poder, controle da força armada), não desempenhou a função de centro de agregação dos verdadeiros interesses dos setores intermediários urbanos. Isto é, de um modo geral (e ressalvada a atuação da facção mais radical do "tenentismo"), o exército, na Primeira República, não atuou como um partido político industrializante e modernizador, deixando, assim, de representar as camadas médias urbanas e de sustentar um projeto "universal" pela amplitude dos benefícios que a sua realização traria à comunidade brasileira, naquele momento histórico.

Cabe agora uma pergunta: seria possível ao grupo militar, nessa etapa da vida da sociedade brasileira, desenvolver uma visão antecipadora dêsse possível histórico constituído pela industrialização? A nosso ver, uma consciência industrializante tinha poucas probabilidades de surgir num momento em que a economia primário-exportadora nacional estava em ascensão, ou, pelo menos, mantinha uma certa estabilidade (ainda que através de terapêuticas de curto prazo) e em que ainda não se anunciava, em toda a sua profundidade, a crise do mercado mundial. Isto é, seria difícil, mesmo às alas mais intelectualizadas do segmento militar em particular e das camadas médias urbanas em geral, entrever, sobretudo no período que medeia 1890 e 1920, a possibilidade de uma crise da articulação agrário-exportadora da economia brasileira no sistema capitalista internacional. Fatos como a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio entre as nações desenvolvidas e os países periféricos (em razão das baixas elasticidade-preço e renda da demanda dos gêneros

alimentícios, da tendência ao surgimento dos produtos sintéticos, etc.) e a possibilidade de recessões do mercado mundial em decorrência das crises capitalistas não podiam se tornar claros aos olhos desses segmentos sociais num momento em que o funcionamento da economia primário-exportadora era responsável pelo crescimento acelerado da Ronda Nacional, pela ampliação da economia de mercado, pela intensificação da urbanização. Consequentemente, a incapacidade de a economia agrária realizar, no médio prazo, as tarefas de ampliação e modernização dos níveis de consumo, incorporação das populações rurais à civilização urbano-industrial e criação de um embrião de mercado de massas permaneceria um fato obscuro até os primeiros colapsos da economia cafeeira e do mercado mundial. Foram estas crises que possibilitaram aos setores mais preocupados com o desenvolvimento da sociedade brasileira a consciência de que a propagada "vocaçãõ agrícola" do Brasil não passava de uma cristalização mítica formulada, para o autoconsumo e o consumo de outros grupos sociais, pelas próprias elites rurais e difundidas pelos segmentos intermediários delas dependentes. Nessa perspectiva, a crise geral de 1929 ofereceu condições ótimas para que uma parcela considerável das camadas médias rompesse com o universo ideológico oligárquico. Porém, a própria década de 1920, com as suas crises de superprodução cafeeira, empréstimos estrangeiros a juros extorsivos e uma inflação constante, forneceu os primeiros instrumentos para o ataque ao bastião ideológico das oligarquias; não foi por outro motivo que êsse decênio assistiu a uma radicalização de comportamento político de certos setores das camadas médias, com o surgimento de tendências nacionalistas, reformistas e intervencionistas (que, de resto, uma facção "tenentista" procurou captar).

Evidentemente, se essa subordinação econômica estivesse vestida com a capa da dominação colonial em forma de ocupação militar, o processo de conscientização da oficialidade do exército teria sido mais acelerado e radical. É que a ocupação colonial-militar coloca a jovem oficialidade nacional numa situação de "incongruência de status": a presença de tropas estrangeiras no país ocupado e colonizado enxovalha a própria dignidade profissional do grupo militar, ao impedi-los de executar a função que justifica a sua existência enquanto corporação profissional, qual seja, a manutenção da integridade territorial, da segurança e da soberania nacionais. Atingidos na sua própria honra (isto é, nos seus sentimen

tos especificamente profissionais). Estes segmentos militares passam a trilhar o caminho da revolta contra o colonialismo. É claro que não se contentarão com a expulsão das tropas coloniais, mas se voltarão também contra os seus principais beneficiários, os grupos econômicos estrangeiros que exploram a economia nacional e os seus aliados internos. Fende, assim, a surgir um estado industrializante, modernizador e antioligárquico (e, no caso, a reforma agrária não constitui apenas uma medida estritamente econômica, mas um instrumento para a quebra da espinha dorsal da dominação política dos grandes latifundiários) que, ao criar os indispensáveis quadros técnicos e burocráticos, passa a realizar os interesses dos setores intermediários urbanos, para além das aspirações de todos os outros grupos não comprometidos com a dominação colonial e oligárquica.

Essa conjuntura colonial opressiva facilitou a mobilização dos jovens oficiais congregados em torno de Mustafá Kemal, na Turquia de 1920, e de Gamal Abdel Nasser, no Egito de 1952. No fim da Primeira Guerra Mundial, o território turco estava retalhado por entre algumas potências (exemplos: Itália, Grécia), o que levou os "jovens turcos" a identificarem afirmação da dignidade profissional, promoção da integração nacional e constituição de um Estado anticolonial. No Egito, a presença das tropas inglesas na zona do Canal de Suez, ainda em 1952 (isto é, décadas depois do término do Protetorado e da revogação de um estatuto colonial oficial), constituía, de "per si", a própria negação do grupo militar nacional. Estas circunstâncias possibilitaram uma mobilização política mais consistente e profunda da jovem oficialidade em torno de um projeto industrializante (já que o próprio modelo agrário implantado era aquele mais adequado aos interesses coloniais) e anti-oligárquico (já que os latifundiários eram os beneficiários internos da dominação colonial).

Assim, a nosso ver, a emergência de uma consciência industrializante e antioligárquica era problemática no Brasil da Primeira República. Contudo, ela se tornou quase inevitável no período posterior à grande crise de 1929. É o que veremos a seguir.

B. - A HISTÓRIA POSTERIOR: O ESTADO NOVO

Se em 1929, as repercussões da crise mundial sobre a economia brasileira tornavam altamente viável a emergência de uma consciência industrializante, a quase ruptura da articulação econômico-

com as economias centrais no fim da década de 1930 (diante da iminência do conflito mundial) tornou-as praticamente inevitável. Sobretudo a partir dos inícios da Segunda Guerra, em 1939, tornou-se evidente aos grupos decadentes que a especialização agrícola e a "vantagem comparativa" não seriam suficientes para abastecer o país e saciar, pelo menos, as necessidades de consumo já existentes. É que, com a guerra, praticamente interromper-se-ia a corrente de manufaturados que partia das economias centrais, o que tornava imperativa a sua produção interna. Ora, dada a pouca dinamicidade do grupo empresarial (devida a razões históricas, e não a vícios culturais), seria de se esperar que o Estado assumisse a direção dessa política substitutiva.

Por outro lado, o próprio grupo militar brasileiro passou a contar, ante a iminência de uma conflagração mundial, com uma motivação estritamente profissional para a aspiração a um projeto industrializante: a sua preocupação funcional com a segurança nacional. Era preciso que se implantassem indústrias de base a fim de que o país adquirisse uma capacidade bélica suficiente para preservar a sua soberania.

É por isso que, depois do golpe de 1937, o Exército nacional passa a constituir uma espécie de partido único, a fornecer diretrizes de conduta a um Estado industrializante, preocupado, numa atitude claramente antecipadora, com a montagem da indústria pesada (sobretudo a partir de 1939), e não com o aproveitamento puro e simples das oportunidades de mercado. Se o clube 3 de outubro, a associação representativa da jovem oficialidade militar, delineou-se, no período 1930-1934, como um embrião de partido político industrializante e modernizante, será principalmente no período 1939-1945 que o Exército nacional funcionará como um verdadeiro centro de agregação dos interesses das camadas médias urbanas e como o sustentador de um projeto suficientemente "universalizante" para compatibilizar a defesa desses interesses particulares com os de outros grupos ascendentes (industriais e operários).

Desenvolvendo o setor industrial, o Estado Novo provocará uma ampliação e sofisticação do terciário urbano, valorizando, assim, a atividade intelectual e os quadros técnicos. O seu papel de condutor do processo de industrialização exigirá o desenvolvimento da burocracia governamental, o que multiplicará os órgãos técnicos (exemplos: o D.A.C.P., as comissões e departamentos dos Ministéri-

os, etc.) e ampliará, destarte, as oportunidades de trabalho à disposição das camadas médias. Constituir-se-á, assim, uma camada tecnocrática cuja valorização social e política não encontra precedentes na História da Primeira República. Isto se explica pelo fato de que esse Estado industrializante passou a "substituir" o passivo e acomodado grupo industrial na condução do processo de desenvolvimento, o que fez com que a figura do técnico governamental e do burocrata sobrepujasse em importância o industrial.

Contudo, é necessário reconhecer que o Exército nacional não complementou a construção de um Estado industrializante com uma ofensiva contra os velhos grupos oligárquicos. Se, com o golpe de 1937, estes eram afastados do Poder (que, no período 1930-1937, compartilhavam, embora já não o detivessem em caráter exclusivo), contudo, continuavam integrados ao sistema político, e em condições de funcionar como um poderoso grupo de pressão (embora o principal centro de desenvolvimento de sua tática de obstrução aos projetos do Executivo, ou seja, o Congresso Nacional, não funcionasse no período). Podiam, assim, prosseguir na sua atividade de difusão ideológica, que acoorentava as camadas médias tradicionais e dificultava o abandono, por estas, dos ideais do liberalismo econômico e político. Este compromisso com os grupos oligárquicos, além das suas repercussões propriamente econômicas (o projeto industrializante teria que tomar como um dado o padrão de distribuição de renda vigente na área rural), tinha profundas consequências políticas: deixou as elites rurais de mãos livres para manobrar politicamente as velhas classes médias (e os próprios setores do exército ainda mergulhados no clima simbólico instaurado na Primeira República) e para suscitar pressões (e intervenções) estrangeiras acauteladoras dos seus interesses. Não tendo aprofundado todas as implicações políticas de um projeto industrializante, o Estado Novo dificultou a consolidação futura de um capitalismo nacional e autônomo, conduzido por um Estado interventor e industrializante; quando os teóricos do nacionalismo desenvolvimentista da década de 1950 vieram reivindicá-lo, a oportunidade histórica de sua concretização tinha-se evaporado.